

ARTHUR YAMAMOTO

POR QUE CONTINUAMOS JUNTOS?

**Reciprocidade, mudança cultural e relações
de poder entre o urbano e o rural.**



Foto: Arthur Yamamoto, 2005.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
MESTRADO EM SOCIOLOGIA
FORTALEZA
2006**

ARTHUR YAMAMOTO

POR QUE CONTINUAMOS JUNTOS?

Reciprocidade, mudança cultural e relações de poder entre o urbano e o rural.

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Professora Doutora Maria Neyara Oliveira de Araújo.

Universidade Federal do Ceará

Fortaleza

2006

ARTHUR YAMAMOTO

POR QUE CONTINUAMOS JUNTOS?

Reciprocidade, mudança cultural e relações de poder entre o urbano e o rural.

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: 30/10/2006.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Neyara Oliveira de Araújo (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Assuéro Ferreira
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profa. Dra. Sonia Pereira
Universidade Federal do Ceará - UFC

Profa. Dra. Liduína Farias Almeida da Costa
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Agradecimentos

O presente trabalho é resultado da conjugação da paciência, apoio, carinho, compreensão e incentivo de inúmeras pessoas e instituições, às quais gostaria de registrar meus agradecimentos.

À CAPES – Coordenadoria de Apoio a Pesquisa, pelo apoio financeiro e incentivo ao desenvolvimento da pesquisa sociológica no Brasil.

Aos colegas e professores do curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, por compartilhar suas descobertas e conhecimentos, sempre surpreendentes, únicos e tão enriquecedores.

À Professora Doutora Maria Neyara Araújo, por sua inigualável sabedoria, revelando-me caminhos que não enxergava, apresentando-me cientistas sociais que iluminaram pontos obscuros que surgiram durante o desenvolvimento da dissertação, enfim, traduzindo com simplicidade e precisão o sentido de ser orientadora de um aluno de mestrado.

Aos diretores e funcionários da ADAO – Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica – pela inestimável colaboração no fornecimento das informações utilizadas neste trabalho, pela tenacidade e dedicação com que mantêm viva, dinâmica e real a Agricultura Motivada pela Comunidade no Ceará, e pelas amizades, novas e antigas, que cultivei e que revigorei no período.

Aos consumidores associados à ADAO, que me receberam com simpatia e boa vontade, revelando parte de suas histórias de vida, permitindo-me conhecer seus valores, princípios e visões de mundo em relação ao rural na caminhada do árduo, mas gratificante “desenvolvimento da agropecuária orgânica”.

Aos agricultores da Serra da Ibiapaba e suas famílias, pela hospitalidade e generosidade, acolhendo-me em seus sítios como só os grandes e puros de espírito sabem fazer, demonstrando ser possível uma nova forma de relacionamento entre o homem e a natureza, entre o urbano e o rural, entre o econômico e o social.

Aos meus filhos Saulo, pelo incentivo, mesmo que à distância, compartilhando publicações e idéias; Olavo e Caetano, pequenos ainda, mas tão compreensivos diante das ausências e falta de atenção do pai atribulado, que espera retribuir doravante com o carinho e o amor que merecem.

À Tânia, companheira e orientadora de minha vida, por participar ativamente no desenvolvimento deste trabalho, mas acima de tudo, por caminhar ao meu lado no desvelar dos mistérios do mundo, tornando-o mais belo.

POR QUE CONTINUAMOS JUNTOS?

Reciprocidade, mudança cultural e relações de poder entre o urbano e o rural.

Resumo

O presente trabalho aborda as relações sociais estabelecidas entre consumidores urbanos da cidade de Fortaleza e produtores rurais familiares de Guaraciaba do Norte, no Estado do Ceará, associados em torno da ADAO – Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica. Trata-se de uma experiência inspirada nos princípios da Agricultura Motivada pela Comunidade, em que consumidores se comprometem a adquirir semanalmente as hortaliças (folhas, frutos e raízes) produzidas pelos agricultores que, por sua vez, se comprometem a produzir de forma orgânica, em variedade, quantidade e qualidade, a demanda dos consumidores.

A partir dessa experiência, são analisados os confrontos entre o campo (produtores) e a cidade (consumidores) – reais e idealizados – em diferentes níveis, de valores e perspectivas, assim como o papel do agrônomo, que se coloca como um mediador entre esses dois mundos, e os conflitos que daí emergem, contextualizados no embate entre a agricultura convencional (baseada no uso intensivo de produtos químicos artificiais e, mais recentemente, nos organismos geneticamente modificados) e a agricultura orgânica (ou, no caso da ADAO, agricultura biodinâmica), que evidencia alternativas não apenas tecnológica mas também como expressão do ethos da sociedade contemporânea que reivindica novas formas de relacionamento do homem com a natureza, nos processos de geração de riquezas e de sua apropriação mais igualitária e justa. Assim, a ADAO é analisada como um empreendimento de economia solidária e de mercado justo, considerando que ela se propõe a afastar os interesses de lucro e busca de vantagens antagônicas entre consumidores e produtores, ao mesmo tempo em que apregoa a produção orgânica de alimentos, livres de agrotóxicos, e condições dignas aos produtores como prerrogativas.

WHY DO WE REMAIN TOGETHER?

Reciprocity, cultural change and power relationships established among urban and rural.

Abstracts

The present work is about the social relationship established among urban consumers of Fortaleza and rural farmers of Guaraciaba do Norte, in the State of Ceará, Brazil, associated in ADAO – Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica. That is an experience inspired in the principles of CSA – Community Supported Agriculture, in which consumers assume compromise to get, every week, the vegetables (leaves, fruits and ruts) produced by the farmers who, in turn, have to crop in organic ways, the variety, quantity and quality of food demanded by the consumers.

Up from that experience, the confront – real and idealized – when rural (farmers) faces the city (consumers) is studied, in different levels, of values and perspectives, as well as the role performed by the Agronomic Eng., who places himself as a mediator in the middle of those two worlds, and the conflicts then emerged, in the context of the shock between conventional agriculture (based on the intensive use of chemical artificial products and, more recently, of genetic modified organisms) and the organic agriculture (or, in the case of ADAO, biodynamic agriculture), that reveals alternatives, not only terms in the technologic aspects, but as expression of the ethos of contemporary society, that claims for new ways of relationship between man and nature in the processes of richness generation and its fair and equal appropriation. Then, ADAO is studied as a solidare economic relationship experience, considering that it proposes to eliminate profit interests and antagonist advantages between consumers and farmers, at the same time that defends the organic ways of cropping, chemicals free, and respecting farmers in their dignity.

Figuras

Figura 3.1. Cesta aprovada em 29 de abril de 1997. (Livro-ata)	70
Figura 3.2. Primeiro orçamento mensal com os custos de produção da horta orgânica do produtor da ADAO.....	71
Figura 3.3. Produção orgânica da ADAO.....	79
Figura 3.4. Mão de obra na produção orgânica da ADAO.....	80
Figura 3.5. Estufas para produção orgânica da ADAO.....	99
Figura 3.6. Evolução de produção dos principais produtos da ADAO (1998-2005).....	104
Figura 3.7. Visita aos produtores orgânicos da ADAO - I.....	121
Figura 4.1. Visita aos produtores orgânicos da ADAO - II.....	130

Quadros

Quadro 3.1. O desenvolvimento da agropecuária orgânica.....	90
Quadro. 3.2. Composição da CBM:	92
Quadro 3.3. Categorias de preço.....	93
Quadro 3.4. Demonstrativo de prestação de contas da ADAO.	95
Quadro 3.5. Resultados do planejamento estratégico da ADAO.....	114
Quadro 3.6. Etapas da História da ADAO.....	124

Tabelas

Tabela 3.1. Modalidades de contribuição para a opção “Escolha Livre”	93
Tabela 3.2. Comparativo dos principais produtos distribuídos pela ADAO e comercializados pela CEASA de Maracanaú-CE.....	103
Tabela 3.3. Repasse mensal (R\$) a quatro produtores associados da ADAO (1997-2005)...	105

Siglas

ABT – Associação Beneficente Tobias
ADAO – Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica
APOI – Associação dos Produtores Orgânicos da Ibiapaba
CAPES – Coordenadoria de Apoio a Pesquisa
CBM – Cesta Básica Mínima
CEASA – Centrais de Abastecimento do Ceará S/A
CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CSA – Community Supported Agriculture
DRI – Desenvolvimento Rural Integrado
EMATERCE – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER – Empresa Brasileira de Extensão Rural
EUA – Estados Unidos da América
FAO – Food and Agriculture Organization
FT – Força de Trabalho
IBD – Instituto Biodinâmico
IAC – Instituto Agrônomo de Campinas
IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA – Instituto de Pesquisa e Estudos Avançados
ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
K – Capital
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEPA – Núcleo de Ensino e Pesquisa Aplicada
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ONG – Organização Não Governamental
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDRI – Programa de Desenvolvimento Rural Integrado
PDV – Programa de Demissão Voluntária
PIB – Produto Interno Bruto
PNB – Produto Nacional Bruto
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
POLONORDESTE – Programa de Áreas Integradas do Nordeste
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RA – Renda Agrícola
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena e Média Empresa
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
SOBER – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural
SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UFC – Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

FIGURAS	7
QUADROS	8
TABELAS.....	9
SIGLAS.....	10
APRESENTAÇÃO.....	13
1. INTRODUÇÃO	15
1.1. A MAIORIDADE E O INGRESSO NA ACADEMIA.....	15
1.2. NO MUNDO DO TRABALHO.....	22
1.3. DE VOLTA À ACADEMIA – QUAL A PERGUNTA?.....	26
2. DIVERSAS LENTES, PARA ENXERGAR DE PERTO E DE LONGE	34
2.1. O URBANO SE ORIGINA DO RURAL (E O DEVORA)	34
2.2. A AGRICULTURA FAMILIAR	39
2.3. O AGRÔNOMO – MEDIADOR ENTRE O URBANO E O RURAL	46
2.4. RUMOS PARA O DESENVOLVIMENTO – AS APOSTAS	48
2.4.1. <i>O debate em torno da economia solidária</i>	51
2.4.2. <i>O mercado justo – vertente da economia solidária</i>	55
3. A CAMINHADA	57
3.1. ATORES E CENÁRIOS	57
3.2. O ENCANTAMENTO – NASCIMENTO DA ADAO	69
3.3. O ENCONTRO	72
3.4. A DÁDIVA – DAR, RECEBER, RETRIBUIR.....	72
3.5. MOTIVAÇÃO – O NOVO DESAFIA E ESTIMULA	74
3.6. O PROCESSO DE PRODUÇÃO	77
3.7. O DILEMA DO CRESCIMENTO	81
3.8. O DESENCANTO	84
3.8.1. <i>Lógica do mercado ou da solidariedade?</i>	84
3.8.2. <i>“É tudo da mesma família”</i>	90
3.8.3. <i>O ressurgimento da mercadoria</i>	92

3.8.4. <i>O excedente de produção gera lucro?</i>	96
3.8.5. <i>O tomate (pomo d'oro ou pomo da discórdia?)</i>	98
3.9. TERRA, TRABALHO E.....	100
3.9.1. <i>Cautela, manutenção e estabilidade.</i>	106
3.9.2. <i>O que motiva o associado a sair da ADAO.</i>	106
3.9.3. <i>Participação – a alma do associativismo em questão</i>	109
3.10. O RETORNO DO PAI.....	112
3.10.1. <i>Qualidade Total na economia solidária</i>	115
3.10.2. <i>Crescer, não crescer – novos dilemas</i>	116
3.10.3. <i>Rumos para o futuro</i>	122
4. REVENDO ESSA HISTÓRIA	125
4.1. AGRICULTURA FAMILIAR – ALÉM DAS FORMALIDADES.....	126
4.2. O URBANO E O RURAL – RECIPROCIDADE, MUDANÇA CULTURAL E RELAÇÕES DE PODER.	128
4.3. A MEDIAÇÃO.....	133
5. CONCLUSÕES	135
6. BIBLIOGRAFIA	140

Apresentação

O presente trabalho aborda as relações sociais estabelecidas entre consumidores urbanos da cidade de Fortaleza e produtores rurais familiares de Guaraciaba do Norte, no Estado do Ceará, associados em torno da ADAO – Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica. Trata-se de uma experiência inspirada nos princípios da *Community Supported Agriculture* (CSA) – ou Agricultura Motivada pela Comunidade, em que consumidores se comprometem a adquirir semanalmente as hortaliças (folhas, frutos e raízes) produzidas pelos agricultores que, por sua vez, se comprometem a produzir de forma orgânica, em variedade, quantidade e qualidade, a demanda dos consumidores.

O campo (produtores) e a cidade (consumidores) freqüentemente são vistos – e se vêem - como pólos antagônicos da sociedade. Aos olhos da cidade, o campo representa atraso, ignorância, conservadorismo, pobreza. Mas também pode significar ar puro, hospitalidade, simplicidade, tranqüilidade, equilíbrio ecológico, qualidade de vida. Para aqueles que vivem no campo, a cidade se mostra violenta, impessoal, gananciosa, suja, poluída, intranqüila. Mas também representa riqueza, oportunidades de trabalho e sucesso profissional, conforto, modernidade, - e qualidade de vida. Em meio a essas contradições, as relações campo-cidade revelam confrontos - reais e idealizados – em diferentes níveis, de valores e perspectivas.

Nesse confronto, o agrônomo se coloca como um mediador entre esses dois mundos. Ele próprio tem origem em um desses lados (via de regra, é de origem urbana, já que o acesso ao ensino superior privilegia aqueles que estudam nas melhores escolas – localizadas nos centros urbanos), e vai receber uma formação acadêmica do urbano para o rural, da academia para o agricultor.

Deste modo, tomando a minha própria trajetória de vida como ponto de partida e referencial para análise da experiência protagonizada pelos associados da ADAO, procuro compreender os meandros das relações sociais estabelecidas entre o urbano e o rural, entre o agricultor familiar e o consumidor, mediado pela consultoria do engenheiro agrônomo.

O contexto em que se dá essa experiência revela ainda um outro conflito: os paradigmas da agricultura convencional (baseada no uso intensivo de produtos químicos artificiais e, mais recentemente, nos organismos geneticamente modificados) estão sendo crescentemente questionados pela sociedade frente aos impactos provocados sobre o meio ambiente, sobre as

condições socioeconômicas dos agricultores e sobre a saúde dos consumidores. A agricultura orgânica (ou, no caso da ADAO, agricultura biodinâmica) se evidencia como alternativa não apenas tecnológica ao modelo convencional de produção de alimentos, mas também como expressão do ethos da sociedade contemporânea que reivindica novas formas de relacionamento do homem com a natureza, nos processos de geração de riquezas e de sua apropriação mais igualitária e justa.

Assim, analiso a ADAO como um empreendimento de economia solidária e de mercado justo, considerando que ela se propõe a afastar os interesses de lucro e busca de vantagens antagônicas entre consumidores e produtores, ao mesmo tempo em que apregoa a produção orgânica de alimentos, livres de agrotóxicos, e condições dignas aos produtores como prerrogativas.

E assim procedendo, busco reconhecer as motivações que aproximam ou afastam consumidores e produtores rurais que se conectam social e economicamente através da produção e comercialização do alimento orgânico. Considerá-la um empreendimento bem sucedido (quase uma década de existência ininterrupta, com produção constante e crescente de alimentos orgânicos, aproximadamente quinhentos associados, referência nacional no gênero) não é tão importante quanto perceber as contradições e possibilidades que permeiam a relação campo-cidade, reveladas ao longo de sua história. Pois são contradições e possibilidades universais.

1. Introdução

Assumindo a perspectiva proposta por Wright Mills (1965), penso que uma investigação de caráter sociológico, qualquer que seja o seu objeto, está sempre condicionada pelas referências individuais de quem a propõe. A determinação do objeto a ser pesquisado acaba por revelar uma porção do universo de interesses que motiva o pesquisador, naquilo que lhe inspira curiosidade, paixão ou inquietude, fruto do contexto em que ele está inserido. Se esse trabalho pode ser considerado um exercício de imaginação sociológica, espero “perceber o que está acontecendo no mundo, e compreender o que está acontecendo com [os homens], como minúsculos pontos de cruzamento da biografia e da história, dentro da sociedade” (MILLS, 1965, p. 14).

Os acontecimentos e fatos que influenciaram minha caminhada até aqui são, portanto, importantes elementos para a contextualização do exercício de investigação sociológica a que me propus realizar, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, curso de mestrado. Pois “*o individuo só pode compreender sua própria experiência e avaliar seu próprio destino localizando-se dentro de seu período; só pode conhecer suas possibilidades na vida tornando-se cômico das possibilidades de todas as pessoas, nas mesmas circunstâncias*” (Ibid, p. 12)

1.1. A maioria e o ingresso na academia

O interesse em investigar os meandros das relações entre atores sociais do mundo rural e do mundo urbano (produtores e consumidores) como objeto de dissertação de mestrado resgata um pouco das inquietações que me motivaram a optar pela carreira de agronomia, à época dos exames vestibulares. E permite verificar como alguém, de origem urbana se defronta com o rural, num primeiro momento de forma idealizada no contexto acadêmico, e posteriormente de forma direta através do exercício profissional vocacionado a estabelecer a mediação entre esses dois universos sociais.

A injustiça social e a pobreza sempre me incomodaram, em decorrência da formação (religiosa, católica) que recebi de meus pais. E, no meu imaginário de adolescente prestes a tomar a decisão quanto ao futuro profissional, a carreira que se mostrava mais apropriada para atuar na redução das injustiças sociais era a agronomia. Acreditava que a miséria e a fome

tinham origem na falta de técnicas apropriadas à produção de alimentos por parte dos agricultores mais pobres. A seca do nordeste ocupava meu imaginário e me motivava a estudar para aprender a combatê-la. Ingressar na faculdade de agronomia significava me capacitar para dominar os segredos da terra e depois levar esses conhecimentos aos que não os possuíam. A perspectiva de agir no mundo rural se dava através da agronomia, a partir de uma visão idealizada, referenciada no mundo urbano.

Logo no primeiro ano de faculdade, no início da década de oitenta, ainda sob o regime da ditadura militar, três “revelações” me foram apresentadas, abalando o imaginário de adolescente, e me fazendo refletir sobre a realidade a partir de novas perspectivas.

A primeira delas, em decorrência do contato com os militantes do movimento estudantil, que ressurgia e se reorganizava há pouco¹, foi a de que a pobreza e as injustiças não tinham razões apenas técnicas para existirem. Os jovens estudantes que testemunhavam e protagonizavam a luta contra a ditadura militar, buscavam explicações e saídas para a falta de liberdades e de justiça social. Nessa busca, percebiam que nenhuma ação agrônômica isoladamente seria efetiva a superação das desigualdades e da opressão. Governos e políticas precisavam mudar para que isso acontecesse, o sistema capitalista precisava ser superado – ele era o responsável pelas injustiças, na medida em que os frutos do trabalho (a mais-valia) eram apropriados pelos capitalistas - e a mobilização popular era a única forma através da qual tal mudança se tornaria viável. A partir de então, a militância política passou a ocupar o centro das prioridades daqueles estudantes, e com ela a leitura de outros “materiais” que não os compêndios agrônômicos.

Conseqüência da primeira, a segunda “revelação” permitia perceber que as injustiças sociais e as desigualdades não se explicavam na questão agrônômica ou agrícola (crédito, produção, comercialização), mas sim numa questão mais abrangente – a questão agrária. O combate às desigualdades começava com a luta pela “terra para quem nela trabalha”. Perseguir a justiça social significava lutar pela reforma agrária. O capitalismo se manifestava no campo através da concentração fundiária – os meios de produção estavam nas mãos dos latifundiários e aos trabalhadores rurais restava lutar pelo seu direito à terra.

¹ A União Nacional dos Estudantes realizou seu congresso de reorganização em 1979, enfrentando a proibição de sua existência imposta pelo regime militar. Em 1981, quando ingressei na faculdade de agronomia, as várias correntes políticas de esquerda ainda clandestinas (e que atuavam politicamente no recém-fundado Partido dos Trabalhadores ou permaneciam clandestinos, como o PCdoB, o PCB e o MR-8) disputavam a hegemonia sobre o movimento estudantil.

O Brasil figurava como um dos países com os maiores índices de concentração fundiária do mundo. Dizia-se haver “muita gente pra pouca terra, muita terra pra pouca gente” traduzindo os dados do IBGE, que mostravam 1% dos proprietários rurais donos de 40% das terras, e 70% dos demais ocupando ---% das propriedades rurais. Diante desse quadro, de fato, nenhuma medida agrônômica poderia ser suficiente para corrigir tamanha distorção.

A terceira “revelação” foi a de que os conhecimentos técnicos sobre a terra e sobre as plantas e animais estavam comprometidos com a lógica do sistema dominante, o mesmo que excluía os pobres e gerava as injustiças que queríamos combater. Ensinava-se que, para ser um bom produtor, eram necessários o devido preparo da terra - mediante desmatamento, destoca, limpeza do terreno, aração e gradagem² na época certa, a correção química do solo (calagem³ e adubação, conforme as recomendações dos laboratórios de análise de solos), a aquisição e plantio das melhores sementes (híbridas de última geração, melhoradas geneticamente em laboratórios e altamente produtivas) e a realização à risca dos “tratos culturais” principalmente com o reconhecimento das moléstias e seu pronto combate com os produtos químicos mais modernos e eficientes. Tudo isso realizado com as máquinas e equipamentos apropriados, corretamente calibrados e regulados. O ser humano era um empecilho nessa lógica. O produtor tradicional, ignorante dessas novas tecnologias, consistia num grave problema – o atraso da agricultura brasileira se devia a esse sujeito anacrônico. Para superar o atraso do campo, os conhecimentos produzidos na academia deveriam ser transmitidos mediante as melhores técnicas de persuasão e convencimento. Linguajar simples e métodos de exposição modernos deveriam constar do arsenal de ferramentas do bom extensionista, ensinavam os professores da *extensão rural*.

Esse modelo de produção agropecuária compunha os ingredientes do que se denominava *revolução verde*. Ricardo Abramovay (1983) apresenta de maneira muito clara e objetiva essa *revolução verde*⁴, e através dele, muitos jovens estudantes tomaram contato com essa expressão pela primeira vez. A revolução verde consiste na concepção de um pacote tecnológico engendrado pelo setor agroquímico do *primeiro mundo*, no período do pós-

² Aração e gradagem são operações mecânicas realizadas sobre a terra limpa, a primeira voltada para revirar a terra e a segunda para quebrar os torrões e aplainar a superfície para permitir o plantio mais uniforme das sementes.

³ Calagem é a operação de incorporação de calcário para correção da acidez e do excesso de alumínio, muito comuns nos solos brasileiros e limitantes ao bom desenvolvimento das lavouras.

⁴ Ver “O Que é Fome”, da Coleção Primeiros Passos (1983, pp. 76-81).

guerra, quando se desenvolveram as pesquisas baseadas na petroquímica, associada à adoção extremada da Teoria Mineralista de Liebig.

Conforme resume MAPURUNGA (2000), até 1842, os adubos aplicados aos solos eram praticamente os de origem orgânica (esterços, restos de lavouras). Naquele ano, Justus von Liebig cultivava uma semente em solução de sais minerais, cuja composição era semelhante à que detectara no conteúdo mineral da planta adulta. Com a germinação da semente e o desenvolvimento do ciclo vegetativo completo da planta, Liebig demonstrava que os vegetais se alimentam exclusivamente de compostos minerais. As ciências agrônômicas passam a se concentrar nessa descoberta, e universalizam o paradigma agro-químico com o desenvolvimento da petroquímica.

Para fins bélicos, pesquisadores desenvolveram substâncias capazes de dessecar plantações, matar animais e seres vivos. Com o fim da 2ª. Guerra Mundial, o uso comercial dessas descobertas passou ser fonte de lucros para as indústrias do setor. A venda desses produtos envolveu uma estratégia baseada no direcionamento do ensino e da pesquisa nas universidades, e na “cooperação” para a estruturação do aparato de extensão rural nos países em desenvolvimento, juntamente com a implantação dos sistemas de crédito rural e de pesquisa. Os agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas e demais profissionais das ciências agrárias eram formados com base nos processos de diagnóstico-controle químico das pragas e doenças. Vários produtos proibidos nos países de origem eram comercializados largamente por suas subsidiárias internacionais. Agrônomos eram os representantes comerciais ou os profissionais que prescreviam sua utilização. O DDT e o BHC se tornaram siglas populares no Brasil (até hoje se usa a expressão dedetização) sendo que são produtos altamente perigosos e proibidos nos EUA e Europa (e desde a década de oitenta, também no Brasil, após mais de vinte anos de comercialização e uso indiscriminado).

A produção agrícola *atrasada* dos países subdesenvolvidos passa a ser impulsionada a partir da utilização de sementes melhoradas, altamente produtivas e ao mesmo tempo extremamente vulneráveis a pragas e doenças - demandantes de insumos químicos para reposição de nutrientes e para combate às moléstias contra as quais as sementes artificialmente produzidas não têm resistência.

De fato, recordes são quebrados seguidamente a partir dos anos sessenta⁵: de produção de grãos, de lucros das indústrias agroquímicas e das fábricas de equipamentos agrícolas, de exportações do setor agrícola. Porém, a dependência tecnológica e econômica por parte dos países em desenvolvimento perante os países detentores do pacote tecnológico é a consequência mais evidente desse processo. E em seu rastro, a concentração fundiária e êxodo rural, os casos de intoxicações por envenenamento, desmatamento desenfreado e conversão de florestas em lavouras brancas, e tantos outros “indicadores de desempenho” do agronegócio. A fome, justamente aquela que servia de justificativa para a implementação da *revolução verde*, igualmente batia seus recordes.

Essas consequências se manifestavam como resultados da *modernização conservadora* do campo. Amplo debate sobre as vias da modernização do campo brasileiro ocupou os intelectuais e militantes políticos nas décadas de cinquenta e sessenta do século passado (PRADO JR., 1982; GOMES DA SILVA, 1996).

A Reforma Agrária era defendida pelos *progressistas*, que viam na alteração da forma de apropriação dos recursos fundiários, através da Reforma Agrária, a condição para dinamizar a economia do país, gerar alimentos com justiça social e distribuição de renda. Os *conservadores* apostavam na tecnologia e nos ganhos de produtividade (mediante adoção do pacote da revolução verde) como a melhor estratégia para gerar riquezas e suprir o processo de urbanização e industrialização com alimentos baratos, sem provocar alterações na forma de apropriação da terra. O retorno social viria através da geração de empregos, no campo e na cidade. O “bolo” seria repartido após seu crescimento. O latifúndio se tornaria empresa rural – o *agribusiness* venceria o atraso do Brasil rural através da tecnologia.

Sob o regime de ditadura militar, prevaleceu a via conservadora. As instituições de ensino e pesquisa do Brasil foram totalmente adaptadas para reproduzir os paradigmas da revolução verde. Recursos internacionais e orçamentários foram alocados para testar e adaptar às condições locais os produtos e as técnicas desenvolvidos nos centros tecnológicos e

⁵Nessa época, um slogan publicitário de uma indústria de fertilizantes químicos tornou-se de domínio público: “Com Manah, adubando dá”. Como resultado, o consumo de fertilizantes químicos saiu de 100 mil toneladas anuais no início da década de 1950 para 2,7 milhões de toneladas no biênio 1976/77 (MILLER, in MOREIRA, 1999, apud MOREIRA DA SILVA, 2003, p. 30). Da mesma forma, em 1950 havia um trator para cada 2.281ha de lavoura; em 1980, esse índice chegava a um trator para cada 87ha de lavoura (OLIVEIRA, 1999, apud MOREIRA DA SILVA, 2003, p. 30).

industriais dos Estados Unidos e Europa⁶. Praticamente todo o conteúdo curricular dos cursos de agronomia foi reformulado para atender às necessidades da modernização conservadora do campo, ao mesmo tempo em que se estruturava o sistema nacional de extensão rural, elo fundamental de ligação entre os pólos geradores de “tecnologias modernas” e o mercado consumidor das mesmas - os agricultores brasileiros. E para arcar com seus pesados custos, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi instituído para fornecer os recursos necessários aos agricultores – com elevados subsídios aos grandes empreendedores, voltados para a produção de commodities, e escassos montantes para os resistentes agricultores familiares, produtores de gêneros alimentícios dedicados ao mercado interno.

Conforme lembra Bianchini (2000), “de 1965 a 1972, foram criados o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER). Esse tripé crédito, pesquisa e extensão foram responsáveis [sic] pelo processo de modernização da agricultura brasileira.”

A estratégia “deu certo”. Em poucos anos, o Brasil tornou-se um dos maiores consumidores mundiais de agrotóxicos (e produtor de commodities, para exportação).

A discussão sobre alternativas ao modelo tecnológico da revolução verde era marginalizada, tanto pela instituição universitária, que desdenhava do romantismo e da falta de consistência científica dos defensores da agricultura sem agroquímicos, como pela maioria dos estudantes que, ou estavam convencidos de que o modelo convencional era o único caminho a ser percorrido, ou não se sentiam motivados a discutir assuntos técnicos e ecológicos quando a luta pela redemocratização do país e a mobilização popular eram mais importantes.

Pequenos grupos se reuniam para estudar e realizar experimentações em *agricultura alternativa*, simultaneamente com o surgimento das primeiras manifestações sobre ecologia e meio ambiente. Em seus estudos, a Teoria da Trofobiose se contrapunha à Teoria Mineralista de Liebig.

De acordo com CHABOUSSOU (1987, apud MAPURUNGA, 2000), quando se utiliza agrotóxicos, há a destruição dos eventuais inimigos naturais, havendo a proliferação [e não a

⁶ O Instituto Agrônomo de Campinas – IAC, um dos mais importantes centros de pesquisa do país, dedicou boa parte de seus recursos humanos e financeiros em pesquisas voltadas para a adaptação da cultura da soja às condições brasileiras. Um dos pesquisadores responsáveis por esse programa, Prof. Shiro Miyasaka, hoje defensor da Agricultura Natural, revela em suas palestras o arrependimento em ter contribuído com a introdução de uma das mais danosas atividades agrícolas ao meio ambiente do país.

diminuição pretendida] de pragas e o desenvolvimento de moléstias. Pela Teoria da Trofobiose, a planta equilibrada, saudável, não é nutritiva para o parasita⁷. Porém, o uso de agrotóxicos e de adubos químicos implica em solos sem húmus, sem vida microbiana, com conseqüente desequilíbrio nutricional das plantas, tornando-as mais suscetíveis ao ataque das pragas e doenças. A agricultura orgânica se fundamentava nesses princípios para advogar que o solo é um “organismo vivo”, e que a relação solo-planta representa a interação entre seres vivos, ao contrário da agricultura baseada na Teoria Mineralista, que enxerga no solo apenas o suporte físico e o meio de fornecimento dos sais minerais sobre o qual a planta se desenvolve. Tal teoria contrariava tudo o que se ensinava nos quatro ou cinco anos da faculdade – não era à toa que seus defensores sofressem discriminação.

A conclusão do curso, em 1985, se dava em meio a certezas políticas e ideológicas e muitas incertezas em relação ao exercício da profissão. O país se redemocratizava e, apesar de frustrada a Campanha das Diretas-Já⁸, a ditadura militar perdia o poder, instaurando-se um governo civil, com a eleição via Congresso Nacional do candidato oposicionista, dando início ao que se denominou de Nova República.

O movimento sindical, ao lado do surgimento dos movimentos sociais no campo⁹ – animavam as esperanças de que as transformações na sociedade avançariam rapidamente. Os partidos de esquerda clandestinos eram legalizados, se mobilizavam e elegiam representantes nos poderes legislativo e executivo. As campanhas eleitorais mobilizavam a militância. Já em 1982, o candidato das oposições ganhava as eleições para governo do Estado de São Paulo, juntamente com vários prefeitos municipais progressistas, abrindo perspectivas concretas de atuação profissional nas instituições públicas comandadas por gestores mais abertos e democráticos.

⁷ Os insetos fitófagos necessitam encontrar na planta hospedeira alimento solúvel, isto é, ainda não incorporados em macromoléculas (proteínas). Isso acontece mais comumente quando há, nos tecidos vegetais, inibição de síntese protéica ou quando há excesso de produção de aminoácidos – que podem ser conseqüência do uso de agrotóxicos ou de desequilíbrio nutricional das plantas, decorrentes do uso de adubos minerais altamente solúveis.

⁸ Campanha cívica que mobilizou milhões de pessoas no Brasil todo no ano de 1984, em comícios, passeatas e outras manifestações, exigindo eleições diretas para presidente da República. A emenda constitucional que restabelecia a eleição direta para presidente não foi aprovada pelo Congresso Nacional, mas o desgaste do regime militar foi tamanho que, no ano seguinte, o candidato à presidência das oposições saiu-se vitorioso, eleito pelo mesmo congresso nacional que rejeitara a emenda das “diretas-já”.

⁹ Em 1983, acontecia a fundação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

Assim, o mercado de trabalho se apresentava diverso – o setor agroquímico, os escritórios de consultoria e assessoria técnica, as cooperativas agrícolas e as instituições financeiras de crédito agrícola eram os empregos mais valorizados e cobiçados pelos novos profissionais. As instituições de pesquisa, a academia e os órgãos públicos de extensão compunham um segundo nicho de mercado. E as organizações não governamentais, as assessorias sindicais e entidades sociais compunham o setor que mais aproximava as possibilidades de atuação militante com o exercício profissional, ao lado das administrações públicas democráticas e progressistas que paulatinamente iam ganhando espaço, através dos processos eleitorais municipais e estaduais.

1.2. No mundo do trabalho

Assim como boa parte dos estudantes que se formavam naquele período, ao final de 1985, meu envolvimento com a militância política determinou em grande parte a posterior participação no mundo do trabalho.

Antes de me dedicar a *transmitir conhecimentos*¹⁰ referentes às técnicas agronômicas “modernas”, mesmo quando tal situação se apresentava (como coordenador de projetos sociais junto às prefeituras municipais de Itu e Sorocaba, SP – meu primeiro emprego -, envolvendo a implantação de hortas comunitárias, por exemplo), a discussão política com as comunidades, a mobilização e a organização de associações comunitárias, acabavam ocupando as minhas atenções e energias. Trabalhar e viver em meio àquelas comunidades, carentes de recursos e de cidadania significava a oportunidade de apresentar-lhes outras possibilidades de mundo, em que as técnicas agronômicas não tinham grande importância, a não ser como pretexto para a discussão sobre as contradições do capitalismo e a questão agrária.

Em determinado momento, o trabalho deixou de representar a possibilidade de construção da carreira profissional. Ao invés de investir minhas energias na carreira profissional, buscando aplicar os conhecimentos técnicos nos projetos em que atuava (ou mesmo procurando colocação profissional mais identificada com a área agronômica), dava preferência ao

¹⁰ Paulo Freire (1992) condenava a expressão *transmitir conhecimentos* aplicado ao processo de interação entre o técnico e o agricultor. Fazia alusão às figuras do transmissor e do receptor – numa relação não dialógica – em que um tem o que transmitir, outro nada tem a acrescentar, resumindo-se a receber os “conhecimentos” do primeiro.

emprego que me permitia militar politicamente. A militância me apartava da formação acadêmica, ao mesmo tempo em que me aproximava dos ideais que me levaram a me interessar pela agronomia.

Nas horas “vagas”, atuando junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sorocaba e Região, no interior do estado de São Paulo, a expectativa de se estabelecer no Brasil uma verdadeira reforma agrária me entusiasmava. Estava em curso o cadastramento de famílias ao Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República.

Participar desse processo permitiu vivenciar os dramas e contradições que marcam as vidas das pessoas que habitam as periferias das grandes cidades e as zonas rurais próximas. Ali foi possível perceber que a redemocratização do país, ainda muito recente, assustava os mais velhos, desconfiados dos retrocessos que invariavelmente aconteciam na história do país. Alguns trabalhadores rurais (arrendatários, empregados e caseiros, em sua maioria) ainda se sentiam pouco à vontade ante a perspectiva de ocupar terras alheias, mesmo que improdutivas. Outros se viam esperançosos e prontos para a *luta*¹¹.

Percebia-se nos trabalhadores urbanos mais miseráveis uma vontade imensa de voltar para o campo, mesmo entre aqueles que já nem se lembravam direito de como era a vida na roça, que seus pais contavam com saudosismo e nostalgia, em meio ao trabalho na construção civil ou enquanto tomavam conta de algum prédio público como vigias noturnos. A ruralidade se manifestava na periferia do mundo urbano - no imaginário, no fogão a lenha (por falta de recursos para comprar gás), no café e no bolo de milho, oferecidos invariavelmente a cada visita, na galinha do quintal, no pé de maracujá, no jeito simples e descalço de se vestir e ficar. Apenas faltava a terra, ao menos assim faziam crer os sonhos relatados com vivacidade por aquelas pessoas.

Conhecê-las, compartilhar com elas esperanças de uma vida melhor a partir da reforma agrária, participar das reuniões e assembléias que decidiram as estratégias da mobilização, da luta e da resistência, redundando na ocupação de uma fazenda (pública), seguida de expulsão, acampamento na beira da estrada, negociações, repressão e desarticulação das famílias – etapas que antes conhecíamos apenas pelas reportagens jornalísticas, pela literatura e pelo

¹¹ Comerford (1995) revela os vários significados e sentidos que os trabalhadores rurais atribuem quando falam da luta – sobrevivência, enfrentamento das dificuldades cotidianas, trabalho no roçado, disputa eleitoral, resistência e mobilização social.

imaginário militante, agora eram vivenciadas em todas as suas cores, dramáticas, comoventes e revoltantes¹².

Algum tempo após se desmancharem os barracos do acampamento, ruía o Muro de Berlim, e juntamente com suas pedras, “caía a ficha” de que era necessário retomar a profissão. As contradições reveladas nas disputas eleitorais, envolvendo acordos e alianças entre os partidos políticos antes antagônicos, o distanciamento dos líderes partidários em relação aos princípios apregoados nas cartilhas, me afastavam da militância partidária e das certezas dogmáticas e maniqueístas. Sobravam mais questionamentos do que afirmações.

No final da década de oitenta, pela primeira vez, eu era contratado como agrônomo “típico”, para atuar junto a um empreendimento de produção de cacau e borracha, pertencente ao Grupo Odebrecht, no Sul da Bahia. No entanto, um ano foi o suficiente para reafirmar minhas convicções. Na convivência com os parceiros do cacau e da borracha, explorados e desrespeitados pelos tradicionais (agora revelados em sua crua realidade) sistemas de armazém¹³, venda antecipada¹⁴, retenção de pagamento¹⁵, minha identificação com aquelas

¹² Naquele período (1986), o Governo Sarney iniciava o primeiro mandato presidencial civil pós-ditadura militar, sendo que havia grande expectativa em relação às ações voltadas à promoção de desapropriações para fins de reforma agrária. No ano anterior, o governo estadual (governo Montoro), em seu último ano de mandato, na expectativa de que o PNRA seria implementado brevemente, se antecipou promulgando a Lei 4.957/85 (Lei Estadual de Valorização de Terras Públicas), que destinava áreas públicas estaduais ociosas prioritariamente para o assentamento de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra para produção de alimentos. Aproximadamente duas mil famílias foram assentadas naquela gestão, principalmente em áreas de hortos florestais pertencentes a empresas estatais, e em terras públicas recuperadas de ocupantes irregulares particulares. A área objeto da ocupação citada pertencia à Fundação Zoológico de São Paulo, e tinha por finalidade a produção de alimento para os animais do Jardim Zoológico de São Paulo. Porém, apresentava uma série de irregularidades (arrendamento a particulares principalmente). Por uma manobra de políticos locais, as famílias que se encontravam mobilizadas e acampadas ao lado da fazenda foram convencidas a “trocar” de área, desmobilizando-as e facilitando a ação repressiva da polícia, pondo fim àquela mobilização.

¹³ Em que o agricultor é praticamente obrigado a comprar mantimentos e utensílios no armazém de propriedade do patrão, com pagamento *fiado*, sendo que a dívida é abatida diretamente no pagamento do parceiro, não restando praticamente nenhum valor monetário para o trabalhador. Desta forma, o trabalhador é condenado a permanecer dependente do armazém, sem possibilidades de se capitalizar e buscar outras alternativas de consumo, e muito menos de trabalho.

¹⁴ A venda antecipada acontece, ainda hoje de forma muito difundida no meio rural brasileiro, sendo que no Nordeste, essa modalidade de negociação recebe o nome de *venda na folha* ou *venda na palha* – produtor e comprador fazem uma estimativa da produção futura, de acordo com a área plantada e o estado geral da lavoura, e o comprador antecipa o pagamento; tudo o que vier a ser produzido ali já lhe pertence. Tal negociação acontece nas piores condições para o produtor: o preço pago sofre deságio pela antecipação e por conta dos “riscos” que o comprador estaria assumindo; e a cotação do produto sempre se dá no *piso*, nunca no *teto*. Geralmente, o produtor faz esse tipo de negociação por pura necessidade, quando seu credor (o bodegueiro, o dono do armazém, da beneficiadora ou o agiota, que são os agentes financeiros mais acessíveis) lhe pressiona para quitar suas dívidas, sendo o próprio credor aquele que faz a *compra na folha*. Ou seja, a dívida é quitada com a produção, nenhum (ou muito pouco) dinheiro sobra para o produtor. A saída, então, é tomar novos empréstimos junto ao mesmo credor, e o ciclo de dependência e exploração se repete.

famílias era reforçada, na mesma medida de meu distanciamento face ao patrão coronel-latifundiário. Ainda dessa vez, os conhecimentos técnicos agrônômicos ficavam em segundo plano, diante dos problemas enfrentados pelos agricultores e suas famílias.

De volta a São Paulo, no início da década de noventa, o “destino” me leva a ingressar na mesma instituição que, anos antes, poderia ter promovido a destinação da fazenda da Fundação Zoológico de São Paulo em assentamento. Na condição de técnico do aparato estatal responsável pela implantação e administração de projetos de assentamento em terras públicas estaduais e assistência técnica também aos assentamentos federais no estado de São Paulo¹⁶, finalmente pude conciliar a formação acadêmica com o exercício profissional condizente com meus interesses e ideais. E, nessas condições, o *choque de realidade* assumiu outra dimensão. Tratava-se agora de poder participar do destino de aproximadamente quatro mil famílias assentadas, tomar parte na formulação de políticas e programas que propiciassem o desenvolvimento da agropecuária nos assentamentos. Estava em jogo a imagem da reforma agrária. O sucesso ou o fracasso dos assentamentos – ou seja, a melhoria das condições de vida das famílias assentadas ou não – abasteceriam de argumentos os defensores ou os detratores da reforma agrária, conforme o desempenho demonstrado por elas. Ano a ano, renovavam-se os argumentos e os porta-vozes de um lado e de outro da “trincheira” da reforma agrária¹⁷.

Trabalhando junto ao universo dos assentamentos ao longo de doze anos, foi possível verificar que as contradições percebidas nos primeiros anos de faculdade continuavam a “assombrar” o meio rural. O corpo técnico que prestava assessoria aos assentamentos se formou com base na mesma cartilha da revolução verde, poucos estavam em condições de efetivamente atuar numa realidade tão distante do ideal do ponto de vista técnico. As contradições entre os *técnicos militantes* (que, na ânsia de fazer avançar a reforma agrária e suas convicções políticas, substituíam as lideranças e a própria comunidade na tomada de

¹⁵ A produção do cacau e da borracha, no Sul da Bahia, se dava de forma bem distribuída ao longo do ano, possibilitando colheitas durante todos os meses. À época, a inflação mensal era da ordem de 80%. A retenção do pagamento por algumas semanas já era suficiente para a descapitalização do produtor, e conseqüente ganho especulativo por parte do patrão.

¹⁶ ITESP, Instituto de Terras do Estado de São Paulo, atualmente Fundação Itesp, vinculada à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. (vide nota de rodapé 9).

¹⁷ Ganhou notoriedade o comentário de José Serra, à época Secretário de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, defendendo a opinião de que era “melhor dar um táxi pra cada um do que um lote de assentamento”.

decisão sobre organização social e gestão de recursos, por exemplo¹⁸) e os técnicos *tecnocratas* (que privilegiavam os assentados mais capitalizados e familiarizados com o pacote tecnológico da revolução verde, atuando de forma individualizada na assessoria técnica e relegando a segundo plano a maioria, descapitalizada e pouco receptiva aos conhecimentos acadêmicos) revelavam a diversidade de formação das equipes contratadas. Boa parte ainda prezava a formação de *extensionistas* preconizando o devido distanciamento entre o “doutor” e o agricultor, entre o que detém o conhecimento e o que nada sabe. Mas já se apresentavam também aqueles que possuíam bons conhecimentos técnicos em agricultura orgânica e em metodologias participativas de animação social¹⁹. Afinal, a opção por trabalhar com assentamentos requeria uma certa identidade desses profissionais com as questões sociais e com os sem-terra. A partir daquela experiência, fui instado a refletir com maior profundidade a respeito do papel do agrônomo na condição de mediador na construção de novos saberes juntamente com os agricultores assentados.

Por seu lado, o movimento social, ao mesmo tempo em que se fortalecia e ganhava repercussão internacional, também mostrava suas contradições. A mesma distância entre militância e senso comum, ideologia e saber popular, apartava as lideranças dos movimentos de suas bases²⁰. A organização para a conquista da terra não se preservava na organização para a produção – o cooperativismo e o associativismo custavam a vingar. Outras dinâmicas (mutirão, grupos de vizinhança e parentesco) se revelavam mais naturalizadas entre os assentados, para decepção e contrariedade das lideranças.

1.3. De volta à academia – qual a pergunta?

Ao final dessa experiência, tendo passado por vários grupos técnicos, colaborado em diferentes diretorias daquela instituição estadual, e atuado diretamente na assessoria técnica

¹⁸ SecretáriaS Conceição D’Incao (in ITESP, 2000) talvez tenha sido a primeira socióloga a cunhar a expressão *técnico-militante* para discorrer sobre as contradições vivenciadas por agentes do aparato estatal que atuavam junto aos assentamentos de trabalhadores rurais, conflitando suas convicções políticas e ideológicas, que os impeliam a apoiar a organização e a luta das famílias assentadas, com suas atribuições estatutárias de atuar como agente estatal e prestar orientação técnica agrônômica.

¹⁹ Sobre as metodologias de animação social, valemo-nos muito das experiências retratadas por Faundez (1993), para quem “o animador age (...) no meio das contradições reais que ele deve aprender a superar, ou ao menos tentar fazê-lo, mas sempre com o povo, a fim de transformar a realidade e, assim, transformar-se. (...) O animador ele próprio é, de certo modo, um processo, (...) é um ser transformando-se em um animador.” (p. 51)

²⁰ Sobre os conflitos entre lideranças dos movimentos sociais e suas bases, ver ANDRADE (2006).

em um assentamento, com uma breve passagem pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente²¹, algumas inquietações me motivaram a retornar à academia, onde poderia amadurecer minhas reflexões sobre essas experiências, nos novos contextos em que a questão agrária se apresentava. Particularmente, a experiência como técnico de campo junto aos Assentamentos Rurais localizados na periferia do município de Araras- SP²², me instigou a buscar caminhos para o desenvolvimento sustentável²³, conceitualmente fácil de se definir, na prática cheia de obstáculos.

O que mais me incomodava em Araras era o fato de que, por se encontrar a quinze minutos do centro da cidade, a maioria dos agricultores se dedicava a atividades urbanas, principalmente na construção civil, relegando à produção agrícola importância secundária e complementar. Procuramos centrar esforço para reversão dessa lógica (que os próprios agricultores repudiavam e aceitavam com resignação por falta de alternativas) na organização da produção, com a constituição de uma Associação em torno da produção de hortaliças e a articulação com o mercado consumidor. O conhecimento a respeito de experiências de produção orgânica e venda direta a consumidores diferenciados era o referencial a partir do qual estabelecemos nossa estratégia de atuação. Avançamos nesse intento, tanto em relação à organização das famílias quanto na discussão sobre as tecnologias alternativas de produção. Porém, ao me afastar da instituição no início de 2002, não mais acompanhei aquela experiência, restando as dúvidas quanto à sua evolução.

Interessante notar que, como técnico de sede (escritório central em São Paulo), as coisas pareciam lógicas e simples de se resolver - os seminários e cursos que promovíamos ou participávamos apontavam os vários caminhos a percorrer, bastava um bom método de motivação e animação social para que as comunidades avançassem. O que se revelou,

²¹ Onde atuei como assessor na coordenadoria responsável pelo setor de fiscalização ambiental estadual, colaborando na formulação de leis e participando de programas e ações voltadas à proteção ambiental. Nesse período, tive a oportunidade de perceber de forma mais evidente os conflitos e contradições que, via de regra, contrapõem *desenvolvimento* e *meio ambiente*, sendo emblemático como os militantes ambientalistas tinham dificuldade em lidar com os militantes da reforma agrária, e vice-versa.

²² Situado na região conhecida como a “Califórnia Brasileira”, no eixo Campinas-Ribeirão Preto, famosa por ser a maior produtora de laranja e cana-de-açúcar do país, além de se constituir num importante pólo industrial e tecnológico.

²³ Várias são as definições atribuídas à expressão *desenvolvimento sustentável*, sendo consagrada aquela cunhada no documento elaborado em 1987, pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, na Noruega (Relatório Brundtland): “*O desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades*”. (Gonçalves, 2005.)

entretanto, foi uma distância enorme entre vontade e realidade, ideologia e ação, teoria e prática.

A partir daquela experiência com os assentados de Araras, na tentativa de conciliar produção com comercialização direta ao consumidor, o Comércio Justo²⁴ se mostrou como uma dessas saídas que parecem tão óbvias na teoria, mas que ocultam uma ampla diversidade de questões a serem investigadas. A compra, por parte de consumidores urbanos diferenciados, de produtos originários do trabalho de comunidades rurais em padrões sustentáveis, mediante remuneração mais justa em relação ao mercado convencional, aparentemente não apresenta maiores mistérios a serem revelados. Trata-se, no entanto, de lidar com relações entre o urbano e o rural, consumidores e produtores, organização e intermediação, técnicas agronômicas convencionais e alternativas, meio ambiente e rentabilidade, *ethos* e valores sócio-culturais dos mais variados recortes.

A experiência empreendida pela ADAO – Associação de Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica, com sede em Fortaleza-CE, que se apresenta como um grupo organizado de consumidores adquirindo a preços *justos* os produtos de agricultores familiares, mediante garantia de utilização de técnicas naturais de produção, com antecipação de recursos para o financiamento da produção por parte dos consumidores - sem intermediação de instituições financeiras – aparecia como um indicativo possível do estabelecimento de uma relação de confiança e compromisso ético entre urbano e rural, consumidor e produtor, contrariando a lógica do mercado essencialmente capitalista.

Em 2003, a oportunidade oferecida pela Universidade Federal do Ceará, junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, na linha **Processos do trabalho e transformações capitalistas**, proporcionou-me a possibilidade de restabelecer o devido equilíbrio entre teoria e prática, após o longo período de dedicação profissional que fez pender a balança para o lado da ação, em prejuízo da reflexão.

Nesse sentido, a definição da pergunta a ser perseguida foi a primeira grande dificuldade que enfrentei no início dessa nova empreitada acadêmica.

²⁴Que apresenta variações de denominação justapondo Mercado, Comércio ou Economia, aos adjetivos justo, ético e solidário.

Como pano de fundo, o que inicialmente me motivava era a perspectiva de encontrar na ADAO – em princípio, uma experiência de sucesso²⁵ – os elementos necessários para a constituição de políticas públicas voltadas à generalização do comércio justo (ou da Community Supported Agriculture - CSA, base filosófica e metodológica da constituição da ADAO, conforme viria a descobrir mais tarde), no meu entender, uma alternativa interessantíssima para viabilização da agricultura familiar. Daquilo que pude constatar em decorrência da minha experiência junto aos agricultores, a produção não é problema: os agricultores, devidamente apoiados pelo aparato técnico e com financiamentos adequados, conseguem dar conta da produção. O grande problema está na comercialização, quando o produtor efetivamente realiza e completa seu meio de vida. E o mercado justo seria uma saída fantástica para esse nó. A pergunta originada dessa expectativa remetia a uma constatação:

Por que o mercado justo (ou CSA) não *explode*?

Ou seja, se a relação consumidor-produtor é tipicamente *ganha-ganha* (ganha o consumidor, por obter alimento saudável, ajudar a preservar o meio ambiente e apoiar o agricultor familiar; ganha o produtor, por encontrar saída segura para sua produção, obter remuneração digna de seu trabalho, dispensar o uso de agrotóxicos e preservar a saúde de sua família, seus funcionários e de sua propriedade), por que mais ADAO's não surgem em ritmo mais intenso?

No transcorrer do curso de mestrado, outras perspectivas de análise foram abertas, que me fizeram perceber a distinção entre o referencial do militante – que busca soluções para problemas que julga estratégicos – e do pesquisador, que percebe na formulação da pergunta (e da hipótese) o caminho para o conhecimento.

Nessa busca, constatei que a experiência protagonizada pela ADAO apresenta elementos muito significativos para compreensão dos conflitos e possibilidades da *economia solidária*. Pode-se dizer que se trata de um fato social total, parafraseando Mauss. Ou seja, são quase infindáveis as possibilidades de abordagem analítica (cultural, econômica, tecnicista, geográfica, ecológica, política, etc.). Em verdade, concordando com Bachelard (citado por Morin, 1999), “*não há nada simples na natureza, só há o simplificado*”. O que não significa deixar-se levar pela generalidade e dispersão (perda de foco). Ou, como diria o próprio Morin,

²⁵ A ADAO contava, então, com sete anos de existência, mais de quatrocentos associados consumidores, reconhecimento na mídia e grande visibilidade nos eventos especializados (congressos e feiras).

“Se tentamos pensar no fato de que somos seres ao mesmo tempo físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade é aquilo que tenta conceber a articulação, a identidade e a diferença de todos esses aspectos, enquanto o pensamento simplificante separa esses diferentes aspectos, ou unifica-os por uma redução mutilante. Portanto, nesse sentido, é evidente que a ambição da complexidade é prestar contas das articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento. De fato, a aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional”. (Morin, 1999: 176-177)

Ou, apontando para perspectivas mais amplas, Neyara Araújo (2005, p. 14) lembra que “*não basta admitir que o real é complexo e articular complexamente o pensamento. É preciso redescobrir o sentido do mundo*”.

Ao se organizarem sob uma mesma estrutura associativa atores – tão diversos e aparentemente tão distantes – como profissionais liberais da elite de Fortaleza e agricultores familiares do interior do estado do Ceará, é interessante observar os valores que são atribuídos pelo associado da ADAO a essa relação, eminentemente complexa.

Decorrente dessas reflexões, sem a intenção de reduzir (ou mutilar) a complexidade das relações entre os associados da ADAO, as perguntas norteadoras da investigação passaram a ser menos especulativas e mais exploratórias no sentido do conhecimento da própria associação, e que podem ser assim sintetizadas:

O que motiva consumidores e agricultores a se unirem em torno de uma mesma associação? E quais são as razões que os mantém unidos?

As respostas a essas perguntas permitem, ao menos essa é a minha expectativa, compreender o alcance da economia solidária, suas potencialidades e contradições.

Parto da premissa de que, para além de valores de caráter religioso ou filantrópico, valores como meio ambiente saudável, dignidade, cidadania, bem estar e igualdade de oportunidades, respeito às diferenças e liberdades, refletem um novo modo de enxergar o (e agir no) mundo (*ethos*), partilhado por um crescente número de pessoas, desencantadas da lógica *massificante e coisificante* da economia de mercado capitalista. E esse *ethos* seria o motor que move o urbano a se associar à ADAO – através do alimento, livre de venenos químicos e egoísticos.

Por outro lado, os dissabores causados pelas constantes crises que se abatem sobre a agricultura, a falta de respaldo de políticas públicas eficazes e efetivas para os agricultores familiares, ou seja, motivações essencialmente econômicas seriam as principais razões que estariam levando os produtores a se associarem à ADAO, diante da perspectiva que esta lhes oferece de escoamento seguro de sua produção a preços justos. A eliminação da dependência

de agrotóxicos para produzir também teria contribuído decisivamente para sua permanência na associação.

Para a busca das respostas à pergunta lançada, não me bastaria descrever os atores, os processos e os produtos integrantes dessa relação, como se os fatos observáveis hoje pudessem explicitar todas as motivações e contradições estabelecidas entre eles. Era necessário resgatar a história, conhecer experiências vividas no passado, percorrer o caminho por eles trilhado, para reconhecer os obstáculos vencidos, reconstituir os acidentes do percurso, os desvios tomados ou evitados, para explicar o presente. Somente assim, penso eu, poderia compreender a dimensão da obra feita, dos sacrifícios do empreendimento pioneiro, daqueles que ousaram abrir o caminho da agricultura orgânica em pleno Ceará *das secas, da fome, do atraso*.

Assim, recorro a Thompson (1998) e me apoio em sua concepção metodológica da Hermenêutica de Profundidade para orientar meus esforços de investigação e de construção de conhecimentos. Pois a mim me pareceu muito apropriada a sistemática *análise sócio-histórica* > *análise formal ou discursiva* > *interpretação / re-interpretação* em que se baseia a Hermenêutica de Profundidade.

É assim que, para a análise sócio-histórica, investigar uma experiência que teve início há quase dez anos atrás requereu uma visita a documentos e depoimentos que reconstituíssem essa história. A pesquisa documental constituiu-se na oportunidade de verificar quantitativa e qualitativamente a evolução da ADAO, tanto em relação aos produtos comercializados quanto em relação aos associados filiados. Afortunadamente, a secretaria da associação tem registradas, de forma detalhada e pormenorizada, as informações mais significativas desde sua fundação. O livro em que constam as atas das assembleias (tive acesso apenas ao primeiro livro, que cobre o período de fundação, em 16 de abril de 1997 até novembro de 1999) constitui importante material de consulta. Os controles de recebimento de produção e de repasse de recursos aos produtores, já organizados em planilhas, mês a mês, produtor por produtor, revelam o “negócio” da ADAO em sua concretude. Para averiguar a representatividade desses números no âmbito do Estado do Ceará, busquei dados junto à CEASA de Fortaleza que me permitiram comparar (para itens comparáveis) as variedades e os volumes comercializados por um e por outro canal. Busquei ainda informações junto à Rede Pão de Açúcar, que comercializa produtos orgânicos oriundos de outra associação de

produtores (APOI, apresentada mais adiante). Porém, a política da diretoria daquela rede é no sentido de não fornecer informações para pesquisadores. Diretamente junto a alguns produtores e diretores da APOI obtive informações sobre seu funcionamento e sua história, mas nenhuma informação sobre a produção e a comercialização dos produtos propriamente.

Entrevistas foram necessárias para revelar a percepção, a interpretação que cada ator social empresta a essa relação associativa, além de revelar as motivações e valores de que são portadores. As entrevistas foram abertas, semi-estruturadas, com perguntas orientadoras compondo um enredo para uma conversa, um diálogo que se pretendeu informal e buscando afastar a rigidez das entrevistas fechadas do tipo “pergunta-resposta”. Talvez por conta dessa informalidade, aspectos importantes tenham escapado, detalhes deixaram de ser investigados. No entanto, enxergar-me e ser enxergado como um igual, e não como um “pesquisador científico” faz parte do meu vício do agrônomo que espera se comunicar com “o outro”. Aproveitei-me, ainda, da preciosa pesquisa realizada por estudantes do curso de Comunicação da UFC (GIFONI, 2003) para conhecer o perfil socioeconômico dos associados consumidores da ADAO.

Junto aos produtores, na Serra da Ibiapaba, tive a oportunidade não só de entrevistá-los, mas, por duas ocasiões, acompanhar seu dia-a-dia, sua rotina de trabalho, sendo que na segunda vez, me hospedei na casa de um deles por três dias, o suficiente para reconhecer sua inestimável generosidade e perceber suas vidas para além do trabalho. A rede estendida na sala de estar para me proporcionar repouso em meio ao impensável frio da noite cearense, fez-me renovado e eternamente grato.

Também pude assumir a condição de consumidor-visitante, ao participar da excursão dos consumidores aos produtores, numa iniciativa da diretoria da ADAO repleta de significados que intencionalmente procurei captar.

Vivenciar, experimentar o real, tomar parte do cotidiano da associação – além do desejo de fazer parte da ADAO e participar da possibilidade de consumir alimentos orgânicos, a decisão de me associar à ADAO foi movida também pela perspectiva de, ao me imiscuir no objeto analítico, permitir-me compartilhar da própria história construída pelos demais e melhor compreender o significado atribuído por quem fala e conferir sentido aos seus discursos.

A participação em eventos (Expo Brasil desenvolvimento local; XLIV Congresso da SOBER) e como monitor (estágio docência) na disciplina *Prática de Ensino em Ciências Sociais (I e*

III) do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, foi de grande valia para ampliar e enriquecer minhas referências teóricas e para a reflexão crítica sobre meu projeto de dissertação, na medida em que me atualizava dos debates em curso sobre a economia solidária, colocava-me em contato com cientistas sociais com diferentes olhares, possibilitando-me enxergar no dilema agrônomo-agricultor (vivenciado por mim pessoalmente) o pano de fundo para a análise dos vários confrontos campo-cidade-mediador intrínsecos à ADAO.

A internet é hoje um dos mais importantes recursos tecnológicos que o mundo globalizado tem proporcionado. Como diria Otávio Ianni, esta é uma das faces boas da globalização. Através de suas ferramentas de busca, é possível “navegar” por todo o planeta, acessar a mais ampla e variada produção acadêmica e científica que qualquer biblioteca jamais poderia arquivar – e disponibilizar ao público. Talvez tenha abusado desse expediente para obter apoio teórico que me auxiliasse a compreender e explicar os acontecimentos, e para obtenção de informações sobre outras experiências empíricas que enriquecessem meu universo de referência. No entanto, acredito que este recurso deve ser explorado em toda sua potencialidade, amplificando ao máximo seu caráter democrático e universal.

E assim procedi, lançando-me à empreitada que ora apresento, sistematizada de forma a concatenar idéias, fatos e interpretações dos mesmos.

Assim, na primeira parte, contextualizo o objeto analisado nos aspectos que entendo serem mais relevantes para apoiar sua compreensão nas múltiplas dimensões implicadas. Através da conceituação da agricultura familiar, sua importância na realidade brasileira, contestada e enaltecida num acirrado debate acadêmico e ideológico, e seu significado como categoria sociológica específica, ajudam a situar os produtores rurais associados à ADAO. As origens da urbanidade a partir do rural, as transformações observadas na sociedade ao longo do processo de industrialização / urbanização e suas conseqüências sobre o rural, são tratados para referenciar a relação entre o consumidor (urbano) e o produtor (rural) e nos permite refletir sobre a natureza desse contato – econômico, social e cultural. E entre esses dois universos, o agrônomo, profissional que se origina do mundo urbano e formado para atuar no mundo rural, é analisado nas suas ambigüidades e responsabilidades no papel de mediador entre esses dois universos sociológicos. As perspectivas apontadas pelos vários discursos contemplando o *desenvolvimento*, subjacente ao discurso do fortalecimento da agricultura

orgânica, remetem à discussão sobre o que se entende por desenvolvimento, em especial quando a economia solidária (em que o Mercado Justo se insere) disputa esse termo numa perspectiva mais humana e libertadora em relação ao capitalismo.

É a partir dessa contextualização que apresento a segunda parte, a mais longa, em que caracterizo os principais atores sociais, suas origens, os espaços em que se situam e os caminhos percorridos que os levaram a se encontrar e se constituírem como uma associação. Os momentos iniciais, o primeiro contato, os esforços do momento de criação da entidade são contados em seguida, juntamente com a apresentação do novo processo de produção a que os produtores aderem. E como juntos prosseguiram, cresceram, viveram sua crise e, ao enfrentá-la, promoveram mudanças na forma de considerar os produtos e de remuneração dos produtores, causaram rupturas e geraram desconfianças recíprocas, com a saída de sócios consumidores e produtores, cujas motivações eu apresento na forma de relatos. A superação da crise estabelece um novo momento de estabilidade, ao mesmo tempo em que há uma acomodação na participação dos dirigentes e associados. Concluindo essa parte, descrevo as iniciativas mais recentes tomadas pela nova diretoria, e os novos dilemas que se colocam diante dos desafios de crescimento, de aprimoramento da qualidade da produção e da adoção de métodos e conceitos de gestão empresarial que se superpõem aos princípios da economia solidária. Na terceira e última parte, retomo os elementos de contextualização apresentados na primeira parte para revisar, reinterpretar e discutir os pontos que considero mais significativos na história da ADAO, permitindo-me tirar conclusões acerca dessa relação e que apontam para as perguntas e hipóteses que me inspiraram nessa empreitada.

2. Diversas lentes, para enxergar de perto e de longe

2.1. O urbano se origina do rural (e o devora)

A ADAO, ao acolher sob um mesmo estatuto associativo produtores rurais orgânicos e consumidores urbanos, promove um encontro de grupos sociais distintos – é o universo do urbano, com seus valores, seu poder econômico-financeiro, suas demandas de consumo e diversidade profissional e sócio-cultural, se relacionando com o universo do rural, com seu saber-fazer, seus valores, sua relação mais próxima com a natureza, a prevalência da economia não financeira, a administração do “tempo lento”.

Interessa-nos verificar se (ou em que medida) essas relações refletem essa dicotomia urbano-rural no sentido de engendrar relações desiguais entre as partes, motivadas pela premissa da superioridade do urbano sobre o rural.

Para dar conta do desafio de analisar os meandros dessas relações sociais e compreender o que os distingue e o que os aproxima, em relação aos valores que emprestam aos fatos que marcam essa relação, torna-se necessário uma breve contextualização sócio-histórica na conformação desses grupos.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1978), discute o desafio das ciências sociais em lidar com o rural e o urbano no Brasil. “*Estaria em processo uma homogeneização rural-urbana, que levaria a abolir a especificidade das duas sociedades interligadas?*”(p.47) é a pergunta provocadora embutida em suas considerações, em que reitera a pertinência de uma Sociologia Rural. Nesse sentido, a autora assevera que

“O problema da Sociologia Rural adquire nova dimensão; o meio rural não pode nunca ser estudado em si mesmo, mas deve ser encarado como parte de um conjunto social mais amplo, do qual faz parte juntamente com a cidade. Do mesmo modo, toda Sociologia Urbana não pode deixar de englobar também o aspecto rural ao formular seus problemas, pois a cidade está sempre implantada no campo, tendo para com este relações de variada forma, desempenhando funções diferentes em relação a ele, conforme o caso.”(Op. Cit.: 51)

Para melhor situar esse problema da Sociologia, convém reconhecer a sua origem, num prudente exercício de estranhamento diante da percepção da superioridade do mundo urbano como paradigma de organização social natural ao ser humano.

A literatura historiográfica mostra que a conformação das cidades se apresenta como um processo de complexificação da organização social decorrente da unificação das aldeias rurais. A necessidade de defesa do território e de exercício de poder conforme o desenvolvimento da produção de riquezas em determinado contexto geográfico e temporal parecem determinar esse movimento. As cidades-estado são as precursoras das nações e dos impérios. A urbanização vai possibilitar o fortalecimento bélico, político e econômico dos povos. Ao mesmo tempo, vai se tornar palco das manifestações simbólicas de poder e dominação entre as classes sociais que se estabelecem a partir dessas organizações (soldados e agricultores, nobreza e plebe). Para Jaguaribe (2002), a urbanização se constitui no marco civilizatório por excelência, marcando o início do que ele denomina “civilização genuína”. (pp.281 e 282)

As cidades passaram a ter maior importância na sociedade a partir da intensificação do mercantilismo e do capitalismo industrial, normalizando uma tendência a considerar o rural

como sinônimo de atraso (econômico, tecnológico, cultural, político – tradicional) e o urbano como sinônimo de desenvolvimento (econômico, tecnológico, cultural, político – moderno).

Polanyi (2000) apresenta o nascimento das cidades e a civilização urbana como o “resultado mais significativo dos mercados”. Considera que “as cidades, as crias do mercado, não eram apenas as suas protetoras, mas também um meio de impedi-los de se expandirem pelo campo e assim, incrustarem-se na organização econômica corrente da sociedade” fundada na atividade agropecuária, até o advento do mercantilismo e da revolução industrial. (p 82). É muito instigante o desenvolvimento do pensamento de Polanyi a respeito da natureza das relações sociais e econômicas havidas nas sociedades primitivas e medievais, e que condicionavam a relação do urbano e do rural até aquele momento histórico.

(...) todos os sistemas econômicos conhecidos por nós, até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, ou alguma combinação dos três. Esses princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia. Dentro dessa estrutura, a produção ordenada e a distribuição dos bens era assegurada através de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento. E entre essas motivações, o lucro não ocupava lugar proeminente. Os costumes e a lei, a magia e a religião cooperavam para induzir o indivíduo a cumprir as regras de comportamento, as quais, eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico. (POLANYI, 2000, p. 75)

Nesse contexto, Polanyi verifica que

A cidade era uma organização de burgueses. Só eles tinham direito à cidadania e o sistema repousava na distinção entre burgueses e não burgueses. Nem os camponeses, nem os mercadores de outras cidades eram burgueses, naturalmente. Entretanto, enquanto a influência militar e política da cidade tornava possível lidar com os camponeses das redondezas, tal autoridade não podia ser exercida em relação ao mercador estrangeiro. Em conseqüência, os burgueses se encontravam numa posição inteiramente diferente em relação ao comércio local e ao comércio a longa distância. (Ibid, p. 85)

Com o advento do capitalismo, diversas correntes teóricas irão refletir sobre o desenvolvimento (antagônico) do urbano e do rural.

De um lado, a exemplo das provocações de Lefebvre (2002), a noção de que a urbanização (geográfica ou cultural) é inerente ao capitalismo, e portanto, desígnio inescapável de todas as comunidades, fez produzir vários estudos considerando esse pressuposto. Baigorri (1995), por exemplo, chega a afirmar que o espírito do capitalismo e a sociedade informacional

penetraram a tal ponto nos “supostos” espaços rurais que não é fácil perceber hoje as diferenças em hábitos, atitudes e valores, e menos ainda no que se refere às estruturas e relações de produção. Para ele, os vazios demográficos da zona rural cumprem exclusivamente a mesma função que, em termos de microurbanismo, cumpriram os parques e as zonas verdes na cidade industrial. Deste modo, a sociologia rural seria uma ideologia ou uma utopia. (p. 1, tradução livre)

No contraponto, Veiga (2004) apresenta uma interessante análise contextualizando um estudo produzido pela OCDE (Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento), em que os conceitos de população rural e população urbana são reformulados a partir de indicadores econômicos, sociais, demográficos e ecológicos. Com base nesse estudo (que mostra a tendência de crescimento da população rural nos países da Comunidade Européia), e considerando as hipóteses de Lefebvre (2002, apud VEIGA, 2004) - completa urbanização - e de Kayser (1990, apud VEIGA, 2004) - renascimento do rural, conclui que:

*Na atual etapa da globalização, a ruralidade dos países avançados não desapareceu, nem renasceu, fazendo com que as duas hipóteses fossem ao mesmo tempo parcialmente verificadas e refutadas, o que leva à formulação de uma terceira: **o mais completo triunfo da urbanidade engendra a valorização de uma ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo.*** (VEIGA, 2004, p. 58. Grifos do autor)

Por seu lado, Radaelli da Silva lembra que

Gilberto Freire abordava o processo de “rurbanização”²⁶ como forma de possibilitar uma real integração dos espaços nacionais. Além de defender a diminuição das desigualdades, previa as possibilidades de integração através das manifestações culturais, recreativas, econômicas, e sociais, como formas de inclusão e de permanências através da circulação entre rural e urbano, nas quais prolifera a oferta de artesanato e gastronomia, bem como das mais variadas formas de expressão de cultura e religiosidade para se beneficiar economicamente através do desenvolvimento do turismo. (RADAELLI DA SILVA, 2005)

A discussão sobre educação DO campo, em contraposição a educação NO campo, atualmente em curso junto aos movimentos sociais e órgãos de governo ligados à questão agrária e à educação, revitalizam esse conflito de valores. Educação NO campo diz respeito apenas à localização geográfica do aparato educacional. E as práticas de ensino são pautadas pelos valores “urbanos”, os referenciais utilizados, os materiais didáticos, as informações de caráter cultural e econômico privilegiam, invariavelmente, o universo “urbano”. A perspectiva de

²⁶ Expressão que tem se firmado no meio acadêmico como significando as múltiplas interações do rural com o urbano. (desenvolver....)

mundo do aluno fica deslocada, o “mundo rural” deixa de pertencer ao conjunto de alternativas de seu projeto de vida. Isso sem mencionar a qualidade do ensino e a precariedade (ainda maior no meio rural) das instalações e da formação do quadro de professores, dos meios de transporte e dos materiais pedagógicos.

Ao se falar em educação DO campo, está-se referindo a conteúdos e práticas que dizem respeito ao universo de valores e referenciais empíricos do “rural”, incluindo o fator tempo – a sazonalidade da produção agrícola interfere diretamente na participação dos alunos nas atividades escolares, os horários dos afazeres “do sítio” são determinados pelos ciclos da natureza (ordenha, alimentação dos animais, irrigação, etc.) e não pelo calendário escolar oficial²⁷. Ao mesmo tempo, a apresentação do mundo das ciências através do “rural” ao aluno torna a sua realidade valorizada como referencial de identificação e pertencimento.

As assertivas abaixo sintetizam o pensamento pró-educação DO campo.

I. Uma educação que supere a dicotomia entre o rural e o urbano – já superamos a idéia de que é preciso destituir a cidade para o campo existir, e vice-versa. O campo e a cidade são dois espaços que possuem lógicas e tempo próprios de produção cultural, ambos com seus valores. Não existe um espaço melhor ou pior, existem espaços diferentes que coexistem. No entanto, fica evidente a histórica ausência de políticas públicas que considerem, na sua formulação e implementação, as diferenças entre campo e cidade, no sentido de que a vida em um parâmetro único (e geralmente urbanizado), que não se aproxima das necessidades, potenciais saberes e desejos dos que vivem no campo, acabam por reproduzir a desigualdade e a exclusão social, distanciando cada vez mais os sujeitos do campo do exercício de sua cidadania.

II. Uma educação que afirme relações de pertença ao mesmo tempo diferenciadas e abertas para o mundo – o sentimento de pertença é o que vai criar o mundo para que os sujeitos possam existir, uma vez que a condição para o desenvolvimento das suas competências

²⁷ O que nos remete para referenciar E. P. Thompson (1998) e sua análise sobre os costumes e a conformação da cultura contemporânea a partir da incorporação de práticas sociais que, lentamente, condicionaram ao povo inglês, camponês alegre e folgazão, a se tornar um cidadão sisudo e cumpridor de horários.

e dos seus valores é a pertença a um lugar. É a partir dele que o ser humano elabora a sua consciência e o seu existir neste mundo. Pertencer significa se reconhecer como integrante de uma comunidade e um sentimento que move os sujeitos a defender suas idéias, recriar formas de convivência e transmitir valores de geração a geração. (GRUPO PERMANENTE DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. 2004, p. 36)

A discussão sobre o rural e o urbano, sob este enfoque, revela o paradoxo entre a busca pela superação da dicotomia forjada pelo “complexo de superioridade” de parte a parte, e a valorização do sentimento de pertença ao lugar (de elaboração da consciência) como necessidade da afirmação da cidadania daqueles que habitam o meio rural.

2.2. A agricultura familiar

No contexto do “mundo rural”, os produtores rurais associados à ADAO se posicionam como uma categoria sociológica específica²⁸ (HALAMSKA, 1998), e, a partir de sua caracterização, é possível compreendermos de forma mais objetiva suas motivações, suas lógicas e contradições que se manifestam diante dos desafios de produzir não mais para um mercado genérico, mas para um parceiro urbano plenamente identificado.

Partimos do pressuposto de que podemos identifica-los como agricultores familiares e, nesse sentido, procuramos compreender melhor sua trajetória desde suas origens até os dias atuais.

A agricultura familiar no Brasil, desde o seu surgimento no período colonial (MARTINS, 1982) foi marcada por sua posição marginal na sociedade, colocando-se na periferia do latifúndio da cana-de-açúcar, mais tarde do café, e por fim das cidades industrializadas, sempre na condição de provedora de alimentos para a sociedade, porém, nunca reconhecida como importante na matriz da economia nacional.

²⁸ Halamska ao lançar a pergunta “*é acertado considerar os produtores agrícolas enquanto grupo particular, dotado de uma característica que os distinguiria dos outros grupos sociais?*”, responde definindo os camponeses por sua particularidade cultural, a sua ‘forma de vida social e cultural’ completamente específica, diferente dos outros grupos sociais. Citando Galeski, afirma que “*essa forma de vida social e cultural define as regras da união desse grupo com a sociedade global e rege as relações internas. As diferenças que aparecem dentro do grupo não têm muita importância, pois, da distinção dos camponeses enquanto grupo, dependem sua especificidade histórica, produtiva e econômica, sua alteridade costumeira acompanhada de uma hierarquia específica de valores, bem como sua consciência social inata*”.(HALAMSKA, 1988:233-234)

Assim é que o agricultor familiar se estabeleceu em terras de pequenas dimensões (a Lei de Terras de 1850 somente permitia a dominialidade das terras brasileiras por titulação ou por compra e venda – o agricultor de poucas posses não conseguiria adquirir grandes quantidades de terras), marginais ao latifúndio e, via de regra, servindo como precursor da expansão da fronteira agrícola, desbravando e amansando a terra para, depois, ceder lugar ao grande fazendeiro (proprietário ou grileiro) da cana-de-açúcar, do gado, do café, do algodão. Nessas condições, desenvolveu uma estratégia de sobrevivência que implicava na maximização das potencialidades dos recursos de que dispunha – sua força de trabalho familiar e terra. Uma vez que o mercado interno era pouco dinâmico – os principais negócios se voltavam para a exportação (característica típica e intrínseca à condição de colônia provedora de riquezas ao reino de Portugal), o agricultor primeiro tratava de garantir o seu sustento, a partir da implantação de uma diversificada produção de alimentos para auto-consumo. O quintal, repleto de fruteiras e hortaliças, ladeado pelo galinheiro e pelo chiqueiro, tendo mais ao longe o curral para os animais de maior porte (eqüinos e bovinos, principalmente), garantiam o “pão de todo dia”. As lavouras comerciais, cultivadas em maior extensão do sítio quando possível, mesmo elas faziam parte das estratégias de sustentação dos sistemas de produção. O milho não era todo vendido – boa parte se destinava às galinhas, aos porcos e aos animais de tração (que eram usados para puxar o arado no preparo da nova safra). Do feijão, boa parte da colheita era separada para abastecer a despensa, sua e dos vizinhos e parentes. E deste modo, se conformou um perfil de agricultor, que centra suas estratégias no trabalho e na diversificação, não no capital e na especialização.

A mistura de culturas nativas, africanas e portuguesas define a combinação de vários produtos típicos da agricultura familiar – mandioca, milho, couve, temperos, aves, porcos e leite.

E assim, isolado e pouco integrado à dinâmica da vida econômica do país, o agricultor familiar ficou estigmatizado pela cultura dominante como atrasado, ignorante, inculto (CÂNDIDO, 2001). O habitante do meio rural era cidadão desqualificado aos olhos da sociedade urbanizada, moderna e civilizada. Até porque boa parte de seus representantes eram escravos libertos, bastardos, socialmente marginais à sociedade colonial.

Com o fim do regime de escravidão e a dinamização do ciclo do café, evidencia-se no meio rural as figuras do colono, do morador e do trabalhador rural assalariado. O agricultor familiar agora é posseiro e que, por morar e produzir num quinhão de terra sem ter pago nada ao

estado ou ao “legítimo proprietário”, torna-se uma figura não só discriminada como indesejável – não respeita o “direito de propriedade” que a lei determina. Sua expulsão se dá na mesma intensidade da penetração do capital agrário pelo interior do país – inicia-se um processo crescente de êxodo rural, ainda hoje em curso.

No período pós-guerra, com a *revolução verde* e a modernização conservadora do campo sendo engendrada, o campo se aparta ainda mais. O pacote tecnológico custa caro e, através do Sistema Nacional de Crédito Rural, o setor agropecuário é financiado com fartos subsídios, concedidos apenas àqueles “empreendedores” que demonstrassem condições para fazer bom uso dos recursos, necessariamente proprietários de terras, portadores de competência técnica e, obviamente, influência política.

Assim, o crédito rural é um dos principais instrumentos de política agrícola indutores da adoção do pacote tecnológico da revolução verde - os projetos de financiamento pré-estabelecem todas as operações e insumos requeridos, e somente são considerados adequados pelas instituições bancárias, aqueles que observarem rigorosamente os padrões do “pacote”. Da mesma forma, o seguro agrícola somente indeniza as lavouras sinistradas aos agricultores que comprovarem, através da apresentação de notas fiscais de compra de adubos, corretivos e venenos, a aplicação integral do “pacote” prescrito pelos agrônomos.

Ao mesmo tempo, serviu para aprofundar ainda mais as desigualdades econômicas e sociais no campo, na medida em que, com a expansão da monocultura exportadora, promoveu maior concentração fundiária, desemprego de mão de obra provocada pela crescente mecanização agrícola, depreciação dos preços agrícolas pelo excesso de produção, e tantos outros efeitos, dentre os quais se destaca o fenômeno da proletarianização dos agricultores. Graziano da Silva (1996, apud MOREIRA DA SILVA, 2003, p. 33) lembra que:

É o caráter social e irreversível da industrialização da agricultura que permite a criação de um verdadeiro proletariado rural, estreitando-se a possibilidade de reprodução de formas independentes da pequena produção ou de formas independentes em que o trabalhador mantém o controle do processo de trabalho. Em outras palavras, a industrialização da agricultura determina a passagem da subordinação indireta para a subordinação direta do trabalho ao capital.

Após pouco mais de duas décadas de aplicação sistemática dessa política, revela-se *o fracasso das estratégias urbanas de desenvolvimento rural, baseadas no estímulo à modernização da grande propriedade a partir de generosos subsídios, provocando a redução prematura da demanda relativa por mão de obra agrícola, além de inflacionar os preços da terra que acirraram os conflitos fundiários e a conseqüente expulsão de pequenos produtores na fronteira agrícola* (Hans Biswanger, citado por GUANZIROLI et al., 2001)

O êxodo rural e a estagnação econômica do campo no período anulam o resultado dos esforços governamentais de assentar famílias de trabalhadores rurais sem-terra. As cidades continuam recebendo filhos e filhas de agricultores familiares, já que o campo não lhes proporciona perspectiva de vida com um mínimo de dignidade.

O agricultor familiar tradicional que resiste à proletarização é objeto - não sujeito - da ação dos extensionistas (FREIRE, 1977), prontos a levar o pacote da salvação da lavoura ao campo, *atrasado e anacrônico*. Agricultores familiares são levados a ingressarem na lógica da agricultura empresarial. Como conseqüência, boa parte se vê induzida a substituir sua estratégia de privilegiar o trabalho por uma crescente dependência do capital e, em seguida, se desestruturar pelas crescentes dívidas bancárias. A perda das terras, mais uma vez, é o resultado percebido.

A partir da década de oitenta, o processo de redemocratização do país inaugura um período de fortalecimento dos movimentos sociais, com especial destaque para a atuação da CPT e de partidos de esquerda, e o surgimento do MST e sua luta pela reforma agrária (FERNANDES, 1996). Os problemas que diziam respeito aos agricultores familiares se confundiam com a luta pela reforma agrária dentro da questão agrária (PRADO JR., 1979). Entretanto, mesmo os movimentos sociais, por um bom tempo, iriam excluir de suas bases organizativas os agricultores familiares típicos – proprietários de pequenas porções de terra, dedicados ao policultivo intensivo e “alienados politicamente”. Seria necessário perder a terra, tornar-se um “sem-terra” para ser incluído na questão agrária.

Outra vertente de grande expressão política e social vai se firmar no período da redemocratização – o movimento ambientalista. A questão ambiental (JOLLIVET, 1994) passa a ocupar espaço crescente, se institucionaliza, ganha notoriedade na legislação e na Constituição Federal e vai encontrar na Conferência Mundial do Meio Ambiente – Rio 92,

sua consagração como parte do ideário nacional dos valores contemporâneos (VIEIRA & BREDARIOL, 1998).

Porém, na esteira desse processo, ainda mais uma vez, o agricultor familiar vai ser estigmatizado, agora como anti-ecológico, depredador da fauna silvestre e das matas nativas²⁹, sendo muitas vezes visto como mais danoso até que o próprio latifúndio.

A academia se divide, nos anos 90, entre os que enaltecem a agricultura familiar e a reforma agrária como extensão de uma política de fortalecimento do setor (ROMEIRO, GUANZIROLI, LEITE, 1994), e os que apresentam o contraponto do *agribusiness* (MILLER, 1989) como a grande verdade do futuro da agricultura brasileira, e a inviabilidade da agricultura familiar como de importância econômica, fadada a ser apenas via de remediação dos inevitáveis marginalizados pela modernidade (GRAZIANO, 1996). Retomava-se o debate sobre modernização conservadora ou progressista que dominou a academia nas décadas de 50 e 60. Com o fato novo de que o conceito de agricultura familiar passava a demandar maior precisão, visto que o seu “tamanho” enquanto categoria social significava sua importância proporcional no debate nacional e na disputa por políticas públicas.

Consagrou-se, no período a definição de agricultura familiar³⁰ como sendo aquela em cujo estabelecimento se observam simultaneamente:

- a direção dos trabalhos exercida pelo produtor;
- o trabalho familiar superior ao trabalho contratado³¹;

²⁹ “Os projetos de assentamento e reforma agrária implantados pelo Incra na Amazônia nos últimos 30 anos têm sido motivo de intensos debates, não só entre os segmentos diretamente envolvidos com a questão fundiária no Brasil, como também por parte da sociedade civil em geral, pesquisadores e cientistas e também pelos diferentes órgãos de governo, em seus diferentes níveis. Grosso modo, o tema figura nos debates como uma das principais causas das alterações que a região vem sofrendo, sobretudo em termos de aumento do desflorestamento”.(Machado,2002)

³⁰ Definição assumida pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) e amplamente aceita pelos estudiosos da agricultura familiar, a partir de estudos realizados por Guanzioli, Romeiro, Buainain, Di Sabbato e Bittencourt (GUANZIROLI et al., 2001)

³¹ Essa questão – mão de obra contratada – foi objeto de preocupação e discussão com meus professores e colegas. O fato dos produtores da ADAO apresentarem predomínio de mão de obra contratada descaracteriza-os como agricultores familiares? Pois se é impossível manter um hectare de horta orgânica apenas com a força de trabalho familiar, pode-se considerá-los agricultores empresariais, ou patronais? Se o perfil daqueles agricultores, decorrente de sua história de vida, a lógica com que percebem o trabalho – seu e de seus empregados -, a produção agrícola e sua participação em todo o processo produtivo, são elementos suficientes para definir sua **identidade social** como agricultores familiares. Entretanto, a lógica do trabalho subordinado que começa a imperar nos empreendimentos **gerenciados** pelos produtores associados da ADAO, a redução da participação familiar diante do emprego predominante de mão de obra contratada e, por decorrência, a crescente dependência dos produtores ao capital (mensalidades pagas pelos consumidores), são aspectos que lançam problemas de ordem conceitual em relação à consideração dos produtores da ADAO como agricultores familiares.

- a área inferior a até 15 vezes o módulo regional.

Mais do que critérios técnicos, a caracterização do agricultor familiar, do ponto de vista sociológico revela um modo de vida e um relacionamento com a terra que o diferencia de outros que igualmente vivem com suas famílias no meio rural, mas nem por isso podem ser considerados agricultores familiares.

Fickert (in KÜSTER e MARTÍ, 2004) lembra que anterior a essa definição, falava-se em “pequena produção”, “pequena agricultura”, “agricultura de baixa renda” ou até “de subsistência”, ou seja, adjetivando e muitas vezes de forma pejorativa o agricultor familiar.

Na matéria reproduzida a seguir, revela-se a formalização do conceito de agricultura familiar, agora estabelecido em lei.

Sancionada a Lei da Agricultura Familiar

Notícias | 27/07/2006 - 15:07

<http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?ctuid=9841&scid=487>

A lei que estabelece a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais recebeu sanção presidencial nesta segunda-feira (24), no Palácio do Planalto, em Brasília (DF). A Lei 11.326/06 reconhece a agricultura familiar como segmento produtivo e representa um novo marco para as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural, desde a fase de elaboração até a implementação, execução e gestão de recursos.

Conhecida como Lei da Agricultura Familiar, foi aprovada pelo Congresso Nacional em 4 de julho. A lei define os conceitos da agricultura familiar e do agricultor familiar e prevê a descentralização – com a participação de municípios, estados, Governo Federal e produtores rurais – no desenvolvimento e gestão dos programas agrários. A agricultura familiar é responsável hoje por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e representa 40% do PIB na agropecuária.

4,2 milhões de estabelecimentos rurais

O presidente da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Manuel dos Santos lembrou que a lei é resultado de um processo em construção há mais de 10 anos. “A lei garante um tratamento diferenciado para a agricultura familiar em relação ao agronegócio”, afirmou. A agricultura familiar no Brasil reúne hoje 4,2 milhões de estabelecimentos familiares, representa 84% dos estabelecimentos rurais e emprega 70% da mão-de-obra do campo. Além disso, é responsável pela maioria dos alimentos na mesa dos brasileiros: 84% da mandioca, 67% do feijão, 58% dos suínos, 54% da bovinocultura do leite, 49% do milho, 40% das aves e ovos, 32% da soja, entre outros.

Parâmetros para enquadramento como agricultor ou agricultora familiar

- Não deter área maior do que quatro módulos fiscais (unidade-padrão para todo o território brasileiro).

- Utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu empreendimento.

- Ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento.

- Dirigir o estabelecimento ou empreendimento com auxílio de pessoas da família.

O que ocorre com a nova lei

- A agricultura familiar passa a ser reconhecida como um segmento produtivo e se encerram as dúvidas sobre a sua conceituação legal.

- Garante a participação de agricultores e agricultoras familiares na formulação e implementação das políticas.

- As relações de trabalho e organizacionais nesse segmento se fortalecem com a aplicação de diversas políticas fundamentais para os agricultores familiares, como a da Previdência Social.

- Os órgãos governamentais poderão adotar esse conceito para aplicar outras medidas em benefício ao segmento, além do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O “espírito da lei” é o da inclusão social e da democratização do acesso às políticas públicas aos agricultores antes excluídos.

Diante dessas definições, cabe indagar:

O fato dos produtores da ADAO apresentarem predomínio de mão de obra contratada descaracteriza-os como agricultores familiares? Pois se é impossível manter um hectare de horta orgânica apenas com a força de trabalho familiar, pode-se considerá-los agricultores empresariais, ou patronais (que a literatura apresenta como contraposição ao agricultor familiar)?

O perfil daqueles agricultores, decorrente de sua história de vida, a lógica com que percebem o trabalho – seu e de seus empregados - a produção agrícola e sua participação em todo o processo produtivo, são aspectos importantes para considera-los agricultores familiares. Entretanto, o trabalho subordinado que começa a predominar nos empreendimentos gerenciados por eles, a redução da participação relativa da mão de obra familiar nos processos produtivos, o emprego crescente de mão de obra contratada e, por decorrência, a crescente

dependência frente ao capital (mensalidades pagas pelos consumidores), são aspectos que lançam problemas de ordem conceitual quanto à consideração dos produtores da ADAO como agricultores familiares.

2.3. O agrônomo – mediador entre o urbano e o rural

No Brasil, o diploma de curso superior indica que seu possuidor passou pela “peneira” que exclui a maioria dos jovens conforme sua condição socioeconômica – somente os mais afortunados (não necessariamente ricos) têm condições de concluir o curso superior (pois não precisou trabalhar precocemente, pôde estudar nas melhores escolas, teve condições de custear seus estudos durante a faculdade). O que acirra a exclusão dos jovens de origem rural.

No caso da região Sudeste, mais especificamente no Estado de São Paulo onde estudei, a maioria dos agrônomos formados é de origem urbana, de classe média. Os de origem rural pertencem ao que costumávamos classificar como “filhos de fazendeiros³²”, ou seja, oriundos da elite rural, em que a realidade de pobreza e dificuldades do agricultor familiar brasileiro típico está longe de seu cotidiano. Os valores e modos de vida daqueles que conseguem se formar em agronomia estão, portanto, referenciados no meio urbano. O rural é um mistério, um desafio a ser desvendado, tanto quanto os mistérios das plantas, dos solos, das águas e dos animais.

É por essa perspectiva que entendo a importância desse profissional como mediador de valores culturais urbano-rural. Os conhecimentos técnicos isoladamente não são o aspecto mais relevante quando se estabelece o contato agrônomo-agricultor. O agrônomo é um “estranho” (remetendo a José de Souza Martins, 1993) ou ainda, um “invasor” (remetendo a Paulo Freire, 1992), no sentido de que ele não pertence ao meio rural. Seus conhecimentos assustam, geram desconfiança, resistência (quando revela erros, mal uso de recursos, aponta “crimes ambientais”, etc.), ou surpreendem, motivam e conquistam (quando aponta “soluções” para problemas antes insolúveis, valoriza seus conhecimentos e facilita a revelação de novos conhecimentos, etc.)

Mas sua presença gera mais do que expectativa de aprendizado técnico – há um “diálogo de culturas”, em que os valores de cada um são trocados através das vestes, do vocabulário, do

³² Afirmo isso como fruto de minha experiência pessoal - com raríssimas exceções, filhos de agricultores familiares, dotados de enorme força de vontade, sacrifícios, inteligência e talento, conseguiam “furar a peneira”.

carro novo, do notebook, e até mesmo dos dentes, mãos e porte físico. São universos distintos com valores distintos que se aproximam, via de regra, em condições desiguais: se o agrônomo está ali, é porque algum problema há e o agricultor não conseguiu resolver. Ou sequer sabia que tinha um problema, e o agrônomo vai lhe mostrar como ele poderia estar “bem melhor de vida” se algumas providências fossem tomadas.

Na faculdade, o ensino privilegia a lógica do produtor patronal, empresarial, cuja racionalidade reside na otimização do capital, e por decorrência, na implementação de sistemas de capital intensivo, aí incluída a mão de obra contratada. Por essa lógica, o referencial de atuação do agrônomo é o mercado – de insumos, de tecnologias, de comercialização da produção. Nem sempre é essa a lógica do agricultor familiar. Esta se baseia em outra racionalidade, qual seja, a da otimização da força de trabalho. Por conseguinte, os sistemas de produção que adota primam pelo uso de trabalho intensivo. Através de múltiplas estratégias de valorização de seu trabalho (criando pequenos animais, cultivando pomares e hortas, confeccionando seus próprios equipamentos e vestes), prioriza a sustentação (auto-consumo, segurança alimentar) da família³³, buscando garantir a reprodução da força de trabalho familiar.

Mas a perspectiva de crescimento econômico referenciado no mercado (venda do excedente de produção) predomina de tal forma que até mesmo o agricultor muitas vezes deixa de perceber a importância das atividades de auto-consumo como estratégicas e fundamentais para a viabilização de sua sustentação na terra. Mercado dominado pelo urbano, onde se definem a demanda dos variados produtos, os preços, os padrões de qualidade, os requisitos de ordem logística (transporte, embalagem, classificação).

O agrônomo aproxima o agricultor desse universo na perspectiva de gerar novos conhecimentos. Mas *“conhecer não é o ato através do qual um sujeito transformado em objeto, recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou lhe impõe. O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção”*. (FREIRE, 1992. P 27)

³³ Sobre a importância das estratégias de auto-consumo típicos da agricultura familiar, ver GUANZIROLI et al., 2001.

Aproximar o urbano do rural, portanto, pode implicar na “invasão cultural”, *“como atitude contrária ao diálogo que é a base da autêntica educação. Como o conceito de dominação, que se encontra tão freqüentemente no âmago da concepção da educação tradicional, e como esta, em vez de libertar o homem, escraviza-o, redu-lo a coisa, manipula-o, não permitindo que ele se afirme como pessoa, que atue como sujeito, que seja ator da história e se realize nesta ação fazendo-se verdadeiramente homem”*. (Jacques Chonchol, prefaciando FREIRE, 1992. P. 13)

É nesse contexto que devemos analisar o processo de aproximação do consumidor urbano ao agricultor – e a (re)aproximação deste com a agricultura orgânica – mediado pelos agrônomos e diretores da ADAO.

2.4. Rumos para o Desenvolvimento – as apostas

A agricultura familiar nos países periféricos provavelmente represente o setor social que melhor (simbolicamente) se posicionou no fio da navalha do discurso da globalização. A ela foi cobrada a modernização, a competitividade, a eficiência, a integração comercial, a verticalização, a organização, a profissionalização, sem que lhe fosse oferecida reforma agrária efetiva, política agrícola, infra-estrutura, assistência técnica, formação e capacitação, recursos e meios, enfim, para enfrentar tais desafios. A verdade passou a ser contada apenas a partir da lógica dos grandes números carimbados na balança comercial pelo agronegócio (ou agribusiness, para os globalizados), em que só têm peso os milhões de toneladas de grãos, carnes, sucos, açúcar e álcool exportados pelos grandes empreendimentos empresariais.

Ao longo desse processo, a evolução da questão agrária brasileira em geral e da agricultura familiar em particular veio acompanhada de um crescente interesse por parte dos pesquisadores, cientistas sociais principalmente, em analisar as dinâmicas sociais do campo, suas representações, as mobilizações em torno dos movimentos sociais (MEDEIROS, 1989), apontando tendências e perspectivas no novo contexto histórico da sociedade capitalista.

Em meio a esse esforço de compreensão do mundo atual, o enfoque sobre a lógica do mercado determinando a dinâmica da produção agrícola e sua (in)sustentabilidade, desde o processo decisório sobre o que plantar, passando pela aquisição dos insumos e serviços (pacote tecnológico) requeridos pelos processos produtivos, condicionando as relações de trabalho decorrentes, culminado com a comercialização dos produtos, merece uma análise

mais atenta e integrada dos vários componentes que esse processo e essas relações encerram.

Por um lado, Küster e Martí apontam que:

“A agricultura moderna não é sustentável por ter se desligado da lógica dos sistemas vivos naturais e as conseqüências tornam-se cada vez mais visíveis, com a exaustão dos solos, consumo elevado de energia e água e o uso de agrotóxicos, não degradando somente o meio ambiente e empobrecendo a biodiversidade, mas também causando enorme desigualdade social no campo, com altos lucros para poucos donos das multinacionais da agroindústria, que controlam o mercado, marginalizando milhões de pequenos agricultores (citando Lutzemberg, 2002).”

“(...) Os agricultores foram persuadidos pelas indústrias, pelo comércio de agrotóxicos e insumos químicos, que levaram à aplicação indiscriminada de substâncias tóxicas, carregando os alimentos com crescentes doses de veneno, minando as resistências do corpo humano.” (KÜSTER e MARTÍ, 2004, p.15)

E no contraponto, MALAGODI & QUIRINO (2002), destacam que, de fato,

“Já estão em curso experiências diversas de solução desse dilema, que acenam para uma situação em que a agricultura possa desenvolver-se sem riscos de danos à saúde do produtor/consumidor, e mesmo assim obter ganhos de produtividade em trabalho e em área cultivada, como também melhorando a qualidade dos produtos.(...) Trata-se de uma busca que não deixa de lado o fator determinante – o mercado – mas pelo contrário, procura partir do mercado, buscando dotar o consumidor de meios para avaliar o produto que consome e, ao mesmo tempo, capacitá-lo a expressar suas demandas específicas.” (MALAGODI & QUIRINO, 2002:88)

Trata-se, assim, de reconhecer novos valores, em meio ao *ethos* deste novo milênio no seio da sociedade contemporânea, em que as preocupações com a saúde ultrapassam (ou ao menos estabelecem um paralelo) a perspectiva da vaidade pessoal (do culto ao corpo, da ditadura da magreza/beleza), e assumem uma dimensão mais crítica em relação às formas com que os alimentos são gerados e comercializados, as conseqüências ambientais, sociais e de saúde advindos. O aspecto econômico deixa de ser prioritário – o consumidor se dispõe a pagar mais caro³⁴ por um produto que lhe inspire maior confiança e que faça sentido perante esse novo *ethos*, que justapõe ética, solidariedade, sustentabilidade ambiental, responsabilidade social.

Trazer para o mundo real essas dimensões implica na existência de pessoas com disposição para empreender, militar, executar. SANTOS (2001) advoga que “a globalização contra-hegemônica é fundamental para organizar e disseminar estratégias políticas eficazes, criar alternativas ao comércio livre por via de iniciativas de comércio justo e garantir o acesso das ONGs dos países periféricos ao conhecimento técnico e às redes políticas onde emergem as políticas hegemônicas que afetam esses países”.

Na interação entre o urbano e o rural sob os padrões éticos da justiça e solidariedade, SEN (2001) contribui com sua análise sobre igualdade de oportunidades, considerando que

“Raws concentra sua atenção sobre a distribuição de ‘bens primários’ – incluindo ‘direitos, liberdades e oportunidades, renda e riqueza, e as bases sociais da auto-estima’ – no seu Princípio da Diferença, o que

³⁴ O caráter eminentemente elitista desse mercado é apontado por vários estudos (ver, por exemplo, Küster e Martí, 2004), e o perfil socioeconômico dos associados consumidores da ADAO ratificam essa avaliação.

pode ser visto como um movimento naquela direção. Esta abordagem também pode ser interpretada (...) como nos conduzindo na direção da liberdade abrangente realmente desfrutada pelas pessoas, e isso tem o efeito de reorientar a análise da igualdade e justiça em direção às liberdades desfrutadas em vez de mantê-la restrita aos resultados alcançados. Um problema surge do fato de que bens primários não são constitutivos da liberdade como tal, sendo melhor concebidos como meios para a liberdade” (SEN, 2001: 134-135).

Abre-se, assim, um novo enfoque sobre a noção de desenvolvimento.

Muito já se discutiu sobre as implicações metodológicas e conceituais da noção de desenvolvimento baseada na referência macro-econômica (PNB, PIB, renda per capita), na referência política e cultural (organização do estado, complexidade das relações sociais, indicadores sociais, arcabouço jurídico, sistema de representação política, crenças e valores), e ultimamente vem prevalecendo aquilo que se pode denominar de referência holística (sustentabilidade econômica, social e ecológica, grau de liberdade e empoderamento, capital social, equidade).

Furtado, referindo-se ao Brasil, lembra que:

*Poucas regiões do Terceiro Mundo terão alcançado, nos anos 50 e 60, uma taxa de crescimento tão elevada e terão realizado um processo de industrialização tão intenso (...). Porém, nesses anos e nos decênios seguintes os salários reais da massa da população não refletiram o crescimento econômico (...). E, mais grave, a grande maioria da população rural pouco ou nada se beneficiou desse crescimento. Se os vinte anos de regime militar agravaram o mau-desenvolvimento, cabe-nos indagar por que, agora que a prática da democracia está incorporada à sociedade brasileira, ainda parece tão difícil promover mudanças nesse quadro. Para se tracejar uma tentativa de resposta, não é demais relembrar certas idéias elementares: o **crescimento econômico**, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o **desenvolvimento** se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. (FURTADO, 2004. P 1. Grifos do autor)*

O pensamento sobre o desenvolvimento (e a sociologia do desenvolvimento) lança mão recorrentemente do conceito *mudança social*, o que remete a outras ponderações. O simples fato de se poder analisar uma mudança significa que aquele que analisa teve acesso a

informações sobre como era a sociedade *antes* e como ficou *depois*. Ou seja, a mudança social se observa a partir da provocação de fatores externos, de grande impacto na dinâmica das relações sociais, com óbvias conseqüências econômicas, políticas, e por decorrência, culturais. O resultado não será a supressão de uma cultura e a supremacia de outra, mas antes aquilo que Hall (2003), evocando Pratt, denomina transculturação, a produção de uma zona de contato entre culturas, necessariamente perpassada pelas relações de poder e dominação.

Giddens defende que:

Ao explicar a mudança social, nenhum mecanismo único e soberano pode ser especificado; não existem chaves que descerrem os mistérios do desenvolvimento social humano, reduzindo-o a uma fórmula unitária, ou que respondam pelas principais transições entre tipos de sociedade de tal maneira também. (GUIDDENS, 2003. Págs. 286 e 287)

2.4.1. O debate em torno da economia solidária

É nesse “momento complexo” que a economia solidária se apresenta como um referencial teórico e ideológico na perspectiva do desenvolvimento da sociedade (brasileira e da humanidade). Paul Singer é um dos que se destacam, no Brasil, em sua defesa, e entende

(...) desenvolvimento solidário [como] um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma.

(...) Em suma, o desenvolvimento solidário busca novas forças produtivas que respeitem a natureza e favoreçam valores como igualdade e auto-realização, sem ignorar nem rejeitar de antemão os avanços científicos e tecnológicos, mas submetendo-os ao crivo permanente dos valores ambientais, da inclusão social e da autogestão. (SINGER, 2004. p. 7)

É crescente o apoio que essas idéias vêm recebendo, teórica e concretamente, apontando para um fenômeno proporcional ao nível de desocupação estrutural das forças produtivas provocada pelas inovações tecnológicas e pela competição predatória impostas pelo capitalismo. A própria origem dos princípios da economia solidária remonta às primeiras crises de desemprego, logo na primeira revolução industrial.³⁵

As raízes teóricas da economia solidária têm, portanto, a mesma idade do próprio capitalismo. A *união dos proletários de todo o mundo*, convocada por Marx quando se apercebia das graves contradições do sistema, contém o mesmo apelo por solidariedade entre os excluídos da nova ordem econômica globalizada.

A lógica capitalista continua atuando, e as novas forças produtivas se inserem na disputa com outras vantagens comparativas frente às velhas forças.

³⁵ LECHAT, Noëlle Marie Paule. (2005)

A economia solidária não pretende opor-se ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual.

O desenvolvimento solidário apóia-se sobre os mesmos avanços do conhecimento, e sua aplicação aos empreendimentos humanos, que o desenvolvimento capitalista. Mas o desenvolvimento solidário propõe um uso bem distinto das forças produtivas assim alcançadas: essas forças deveriam ser postas à disposição de todos os produtores do mundo, de modo que nenhum país, região ou localidade seja excluído de sua utilização, e portanto, dos benefícios que venham a proporcionar. (SINGER, 2004. P. 11)

É um pensamento que remete à concepção dialética de que os fatores de superação de um sistema são intrínsecos a ele, as bases para sua substituição (por outro sistema melhor) são criadas por suas próprias contradições. A diferença é que não se propõe mais, como Marx, a potencialização dessas contradições em força revolucionária. Agora se propõe a constituição de uma nova cultura, um novo saber-fazer, que modifique as relações, sem necessariamente modificar o estado e o sistema. Isso (talvez) acontecerá quando uma nova ética e uma nova cultura – da solidariedade – se disseminar entre os que anteriormente se denominava proletariado (a maioria da população, portanto).

Essa visão divide opiniões, e se constitui num tema de acirrado debate, de cunho essencialmente ideológico:

Do ponto de vista social, uma questão, que afeta o rumo do desenvolvimento diz respeito à competição versus cooperação, como motivação de comportamentos desejáveis. Existem linhas de pesquisa de economia experimental que mostram que, apesar de todo o estímulo à competição interindividual no capitalismo atual, a maioria das pessoas continua a valorizar a reciprocidade e a ajuda mútua. Mas é duvidoso que essa controvérsia venha a ser resolvida através do avanço científico. Ela está no cerne das grandes lutas políticas de nossa época e resulta do confronto de valores e visões de mundo. (SINGER, 2004. P. 8)

É exatamente esse confronto de valores e visões que vai nortear o debate entre ideólogos dos mais variados matizes, a partir de diferentes referenciais de análise e interpretação das potencialidades da economia solidária. Numa perspectiva crítica do alcance da economia solidária em relação ao ambiente externo, capitalista, Novaes provoca:

Muito longe de defender a aparente “liberdade” de controle da produção pelas fábricas, Bettelheim reconhece que o controle fabril, a gestão descentralizada ou a autogestão em algumas empresas individualmente – a partir de agora chamada por nós de Visão Míope – ignora os condicionantes da produção externos à empresa. (...)

No entanto, a vertente de esquerda da Economia Política insiste em querer conservar o ‘lado bom do capitalismo’ – a concorrência – com o cooperativismo. (NOVAES, 2004)

Já numa perspectiva otimista e processual, Rocha aponta que os valores e visões assumidos como norteadores da economia solidária são elementos conducentes a transformações da realidade:

O princípio da solidariedade pode ser colocado como opção criativa para fazer frente ao paradigma neoliberal que convivemos hoje de forma compulsória nas sociedades ocidentais. Contrapondo-se à mercantilização do homem imposto pelo neoliberalismo, o mecanismo de ação recíproca entre cidadãos livres poderá constituir uma via para romper com a hegemonia neoliberal (...). A preocupação de discutir

o paradigma da economia solidária como uma opção crítica ao neoliberalismo é marcada por Jean Loius Laville (CRIDA), em sua participação no Fórum Social Mundial, comentada por Zaira Machado que escreve:

‘o que faz a originalidade da economia solidária é sua capacidade de articular constantemente a dimensão política e a dimensão econômica e resistir e construir e contestar e propor e ligar a crítica à globalização com práticas de cidadania econômica no cotidiano’

(ROCHA, 2002)

Motchane, por sua vez, assume uma perspectiva de espectador, e procura apontar as possibilidades e riscos que a economia solidária representa:

O crescimento do desemprego e da pobreza na Europa na década de 80 provocou o surgimento de novas empresas sociais. Instrumentos de luta contra a exclusão, vetores de inovação, elas representam, quase sempre, uma resposta a novas necessidades diante da incapacidade das administrações e das coletividades locais e regionais para imaginar e pôr em prática soluções eficazes. Devido à carência parcial dos poderes públicos e aos recuos do Estado-Providência face à escalada liberal, o terreno ficou livre e nasceu uma nova forma de economia social: a economia solidária.

Para alguns, é uma prótese social eficaz, que permite a uma sociedade de mercado amortecer os desgastes da globalização, desemprego e exclusão. Para outros, é álibi para um liberalismo que tolera, no momento, que 6 a 11% de sua economia escape da ditadura dos mercados. Poderia ela constituir um protótipo eficaz de empresas que concebesssem outra forma de relações entre a economia e a sociedade? Ela terá que escolher seu campo e mudar seu discurso, ou ficar marginal e fundir-se na economia liberal.

(MOTCHANE, 2005)

O associativismo e o cooperativismo, expressões há longa data cunhadas e precursoras dos conceitos a partir dos quais a economia solidária esboça uma releitura, foram objetos de estudos e reflexões por parte das ciências sociais, e nunca foi tarefa fácil tentar compreendê-los em suas intrincadas teias de relações e implicações ideológicas, culturais, políticas, econômicas, e tantas outras.

As relações de poder, a democracia interna, a participação dos membros, a organização e a capacidade de resistência às dificuldades, os dissensos e as dissidências, o esvaziamento de propósitos, a burocratização, a dependência financeira e política – são “infinitas” as questões suscitadas sobre o cooperativismo e o associativismo. A perspectiva aberta pelo ideário da economia solidária agrega ainda mais elementos nessa infinidade. Se antes, o cooperativismo e o associativismo “tradicionais” tratavam de catalisar as potencialidades da co-operação³⁶ (um mais um é mais que dois) e as vantagens competitivas (pelo ganho de escala, pela organização da divisão do trabalho, pelo efeito sinérgico da ação coletiva), a economia solidária se coloca em posição de transformação, como elemento de diferenciação na noção de desenvolvimento (de outro tipo). Ou seja, resgata um tanto dos sonhos do socialismo utópico, a partir da enunciação de que a economia solidária extrapola seu alcance (filosófico e ideológico) para além dos limites de seus membros associados – se posiciona como

³⁶ MARX, K. O Capital, volume 1, parte IV, capítulo 13.

alternativa no embate político e ideológico com o capitalismo, como fator para superação de suas contradições.

A solidariedade a que se referem os ideólogos da economia solidária não se baseia nos princípios durkheimianos³⁷, e recorrentemente remetem a Mauss (1974) e o paradigma da dádiva. A desnaturalização do interesse econômico da acumulação e da busca permanente da vantagem material nas relações de troca, e portanto, o questionamento quanto a natureza essencialmente egoísta do ser humano, são desdobramentos do pensamento maussiano, que podem nos auxiliar a explicar os fundamentos da economia solidária para além, ou em adição, da perspectiva dicotômica capitalismo X socialismo.

Graeber (2004) resume de forma bastante competente essa abordagem quando diz que de várias formas, a análise de Mauss gerou aproximações com as teorias marxistas sobre alienação e reificação desenvolvidas por figuras como György Lukács por volta da mesma época. Nas economias da dádiva, as trocas não têm as qualidades impessoais do mercado capitalista: de fato, mesmo quando objetos de grande valor mudam de mãos, o que realmente importa é as relações entre as pessoas; trocas dizem respeito a estabelecimento de amizades, ou resolução de rivalidades, ou obrigações, e apenas incidentalmente dizem respeito a movimentação de bens valoráveis. Como resultado, tudo se torna pessoalmente carregado, mesmo a propriedade: nas economias da dádiva, os objetos mais famosos das trocas – colares, armas – sempre parecem desenvolver personalidades próprias. Numa economia de mercado, prossegue, ocorre exatamente o contrário. Transações são vistas simplesmente como formas de obter coisas úteis; as qualidades pessoais do comprador ou do vendedor deveriam, no ideal, ser completamente irrelevantes. Como consequência, tudo, incluindo as pessoas, começa a ser tratado como se fosse coisa também – lembrando a expressão “bens e serviços”. A principal diferença com o marxismo, todavia, é que enquanto os marxistas de seu tempo ainda insistiam num determinismo de fundo econômico, Mauss sustentava que em sociedades antigas sem mercado – e por decorrência, em qualquer futuro verdadeiramente humano – “a economia”, no sentido de um domínio autônomo de ação voltado especificamente para a criação e distribuição de bens, a qual procederia por sua própria e impessoal lógica, sequer existiria. (GRAEBER. 2004, tradução livre)

³⁷ Ou seja, não se trata da solidariedade mecânica, em que a aproximação social ocorre pela identidade, sentido de pertencimento grupal, nem tampouco se refere a solidariedade orgânica, movida pela divisão social do trabalho, pela dependência involuntária de uns pelos outros; pois por essa perspectiva, toda e qualquer relação estabelecida no mercado é solidária – o vendedor e o comprador são solidários na realização da comercialização.

É possível que esse debate e essas perspectivas sequer tenham lugar entre os consumidores e agricultores associados à ADAO. Poucos talvez sejam aqueles que, conscientemente, estejam buscando na ADAO uma relação que negue a “coisificação” do ser humano, implicada pela economia de mercado (sob a conceituação de “bens e serviços”, como bem observa Graeber). Entretanto, sua experiência, “vista de fora” pode revelar muito mais do que as intenções que os motivam a se relacionar.

2.4.2. O mercado justo – vertente da economia solidária

A minha primeira aproximação com a temática da economia solidária ocorreu em fins da década de noventa, através do que se denomina mercado justo, ou comércio justo (essas terminologias derivam da expressão *fair trade*, consagrada na Europa, onde se iniciaram as primeiras experiências de comercialização diferenciada entre Norte e Sul). Há uma certa diferenciação conceitual e “militante” entre a economia solidária e o comércio justo.

Várias são as publicações e trabalhos científicos focando a história e os significados do mercado justo e suas variações. Em uma delas,

O comércio justo define-se como um conjunto de práticas socioeconômicas alternativas ao comércio internacional convencional, cujas regras são globalmente injustas para os países do Sul e, em particular, para seus produtores rurais. As práticas do comércio justo e solidário estabelecem relações entre produtores e consumidores baseadas na equidade, parceria, confiança e interesses compartilhados, obedecendo a critérios bem determinados e perseguindo objetivos em dois planos: [a] obter condições mais justas para grupos de produtores marginalizados, e [b] fazer evoluir as práticas e as regras do comércio internacional com apoio dos consumidores. (JOHNSON, 2004)

Carvalho, citado por Tibúrcio (2005), lembra que existe uma diferença conceitual entre comércio justo e o denominado ético. O comércio justo tem como objetivo fortalecer a posição econômica dos produtores marginalizados nas cadeias produtivas. Suas normas estão, em geral, voltadas para garantia de preço, pré-pagamento e pagamento direto aos produtores. Já o comércio ético visa garantir as condições básicas ao trabalhador, dentro das cadeias produtivas, eliminando as diversas formas de exploração do trabalho.

Trata-se de um movimento que tem observado crescimento considerável nos últimos anos.

O comércio justo internacional alcança, atualmente, um faturamento anual superior a meio bilhão de Euros. Ele integra diversas redes internacionais, centrais de importação e organização próprias de comércio no varejo com mais de três mil lojas na Europa, alcançando também o mercado convencional, com produtos certificados que são comercializados em mais de 70 mil pontos comerciais em três continentes. (JOHNSON, 2004. P. 13)

Esse crescimento tem provocado, entre seus participantes, um processo de reflexão quanto aos rumos e perspectivas do comércio justo como uma forma diferenciada de agir no mundo.

Há um debate generalizado sobre como continuar a crescer promovendo simultaneamente a transformação estrutural das relações de comércio. (...) a prática deste comércio introduziu e amadureceu uma nova compreensão de economia, fundada em valores éticos, subvertendo a mercantilização da existência humana, afirmando que através de novas práticas comerciais podemos exercer uma atitude positiva no fortalecimento de laços solidários que promovam a justiça, a liberdade e o respeito à dignidade humana, fortalecendo uma cultura democrática, que desconcentra a riqueza, promove a inclusão sócio-produtiva de populações excluídas e marginalizadas, que respeita os ecossistemas e promove a paz entre os povos. (Ibid. P. 15)

Em meio a essas reflexões, discute-se a precisão conceitual e os referenciais paradigmáticos das diferentes formas de considerar a economia solidária.

Para alguns, nem todo comércio justo é solidário, pois em alguns casos convive com a relação de assalariamento no processo produtivo. Para outros isso não é problema, se a remuneração do trabalho for justa. Mas, nesse caso, haveria apropriação privada de lucro pelo proprietário sobre o trabalho coletivo? (Ibid. Pgs. 15 e 16)

As apostas se somam, na perspectiva de se constituir alternativas de projetos de mundo, através de práticas conscientes e motivadas por valores que transcendem o econômico.

Na constituição de arranjos sócio-produtivos solidários, cabe atender, difundir e ampliar de maneira estratégica o volume de consumo solidário. Quanto mais rápida for a transição do consumo de bens e serviços produzidos de maneira não solidária para o consumo de bens e serviços solidários, mais rapidamente veremos crescer todas as formas de economia solidária, pois o consumo, etapa final das cadeias produtivas, é o que sustenta todas as demais etapas de comércio, produção e financiamento.

“Por isso, o desafio de tornar os consumidores mais conscientes de seu poder está lançado, não apenas para o comércio justo e solidário, mas para toda a economia solidária.” (Ibid, pág. 21)

Não se trata de uma aposta simples de ser vencida. Mas esforços nesse sentido estão se multiplicando, e a ADAO é um exemplo dentro desse universo de iniciativas diferenciadas de produção e comercialização.

“O desenvolvimento dessas práticas de comércio, como de tantas outras de economia solidária que se multiplicam pelo mundo afora, está diretamente relacionado à capacidade que estas venham a ter de agir colaborativamente em processos mais abrangentes, em redes de economia solidária. Isto é, a colaboração entre inúmeras redes, integrando formas solidárias de finanças, produção, comercialização, consumo, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, pode desencadear uma sinergia não imaginada pelos atores que operam, de maneira compartimentada, nesses segmentos.” (Ibid. pág. 17)

3. A caminhada

3.1. Atores³⁸ e cenários³⁹

Na década de setenta, o então garoto ConsultorR, nascido e criado na cidade de São Paulo, visita a fazenda de um colega de ginásio, descendente de japoneses, no interior do estado. Após uma semana, volta de lá convencido de que vai ser agrônomo quando crescer. Filho de imigrantes ingleses, o pai industrial e a mãe professora, tal opção, até então nunca lhe havia ocorrido. Ele próprio especula que, talvez, o hábito da jardinagem cultivado por sua mãe e o contato com a exuberância das plantas do grande quintal de sua casa também tenham contribuído para a tomada dessa decisão.

Conclui o curso de Agronomia no início da década de oitenta. Sem maiores definições sobre áreas de especialização, e nenhuma identificação com a agroecologia, resolve viajar para a Inglaterra, para fazer estágio em uma fazenda especializada em agricultura biodinâmica, aproveitando seu domínio da língua inglesa e a indicação de um amigo que, por acaso, lhe apontara tal possibilidade. Esse estágio determina uma profunda alteração no seu modo de ver

³⁸ A caracterização dos atores se baseia em informações obtidas exclusivamente a partir de depoimentos registrados em entrevistas; a redação na forma de narrativa não altera a essência dos mesmos, promovendo apenas adaptação de estilo. Todos os nomes foram alterados, preservando o anonimato.

³⁹ A caracterização da Serra da Ibiapaba foi feita a partir de observações diretas, pesquisas na Internet e entrevistas com os agricultores, que forneceram elementos da história local a partir de sua própria vivência pessoal.

o mundo e a agricultura – os fundamentos da filosofia de Rudolf Steiner (a antroposofia)⁴⁰ são estudados tanto quanto as técnicas da agricultura biodinâmica⁴¹. No inverno, quando as atividades de campo são reduzidas, as jornadas de estudo são intensas e ocupam quase todo o tempo, noite adentro.

No retorno ao Brasil, busca pôr em prática os conhecimentos adquiridos. Assume a gestão de um sítio pertencente à família de sua noiva⁴², localizado no interior do estado do Rio de Janeiro. Durante sete anos vivem baseando-se apenas na produção de alimentos obtidos no sítio e comercializados na sede do município, através de uma feira de produtos orgânicos que ajudam a organizar, e mediante entrega a restaurantes determinados.

Mas confessa que *se cansou* desse esquema de vida – já havia aprendido a implementar, nas condições brasileiras, os conhecimentos adquiridos na Inglaterra; e estava incomodado com as limitações financeiras que a vida de produtor rural impunha à sua família. “*Não sobrava para o lazer da família, para uma emergência no caso de um carro batido, por exemplo*”.⁴³

Resolve prestar consultoria, “levar os conhecimentos para mais gente”. Após uma estressante passagem por São Paulo, onde ocupa um cargo de assessoria junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, resolve se mudar para Fortaleza, que conhece em decorrência de um contrato de consultoria junto a um empreendimento de produção de caju orgânico.

⁴⁰ “A Antroposofia é um caminho de conhecimento que deseja levar o espiritual da entidade humana para o espiritual do universo. Ela aparece no ser humano como uma necessidade do coração e do sentimento. Ela deve encontrar sua justificativa no fato de poder proporcionar a satisfação dessa necessidade. A Antroposofia só pode ser reconhecida por aqueles que nela encontram aquilo que buscam a partir de sua sensibilidade. Portanto, somente podem ser antropósofos pessoas que sentem como uma necessidade de vida certas perguntas sobre a essência humana e do universo, assim como se sente fome e sede.” (SIXEL, 2006a)

⁴¹ “O impulso da Agricultura Biodinâmica, sendo uno com a Antroposofia, tem como conseqüência natural a renovação do manejo agrícola, a sanação do meio ambiente e a produção de alimentos realmente condignos ao ser humano. A Agricultura Biodinâmica quer ajudar aqueles que lidam no campo a vencer a unilateralidade materialista na concepção da natureza, para que eles possam, cada um por si mesmo, achar uma relação espiritual – ética com o solo, com as plantas e os animais e com os coirmãos humanos. A Biodinâmica quer lembrar todos os homens que: ‘A Agricultura é o **fundamento de toda cultura**, ela tem algo a ver com todos’. O ponto central da Agricultura Biodinâmica é o Ser Humano que conclui a criação a partir de suas intenções espirituais baseadas numa verdadeira cognição da natureza.” (SIXEL, 2006b).

⁴² Ana, posteriormente, sua esposa, com quem teria dois filhos e uma filha. Ana foi personagem fundamental na constituição e na história da ADAO. Porém, por se encontrar ausente do Brasil, não foi possível entrevistá-la, tornando incompleto o desenvolvimento deste trabalho.

⁴³ Situação que enseja reflexão: o agricultor não tem essa perspectiva de se cansar de ser agricultor. Não tem outra alternativa, a não ser o da migração, em condições que ele mesmo reconhece como incertas e via de regra, decepcionantes. Ao mesmo tempo, revela como a agricultura, por melhor administrada que seja, é penosa e cheia de sacrifícios – lazer, descanso, conforto e segurança financeira – são aspectos pouco acessíveis ao agricultor familiar, como ConsultorR pode constatar.

Em 1996, é contratado para implementar um programa promovido em conjunto pelo Banco do Nordeste do Brasil, Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará (EPACE, já extinta) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) com o objetivo de incentivar a agricultura orgânica no estado. Fazia parte da proposta a implantação de campos de demonstração em dezesseis diferentes propriedades rurais familiares, nas várias regiões do estado e considerando diversas culturas. Assim, tem contato com a Serra da Ibiapaba, um dos locais escolhidos para implantação dos campos de demonstração de hortaliças.

x – x – x – x – x – x

Situada no extremo oeste do estado do Ceará, para se chegar à Serra da Ibiapaba saindo de Fortaleza, há duas alternativas: “por baixo”, passando por Canindé, ou “por cima” passando por Sobral. De um jeito ou de outro, a distância não muda muito – 350 a 400 quilômetros. A referência, na verdade, é medida em tempo – quatro a seis horas, dependendo do veículo e das condições da rodovia escolhida. A paisagem tampouco apresenta grandes diferenças – prevalece a monotonia de extensas áreas com aspecto árido e de abandono, poucas e deterioradas moradias isoladas, um pedaço aqui outro acolá de milho, mandioca ou capim forrageiro. De vez em quando, algum gado, carneiros e cabras testemunham a existência de alguma *atividade produtiva*, no jargão agrônomo. Ao longe, os campos chapados e tórridos revelam intrigantes silhuetas de montanhas verdejantes – são as serras, maciços que pontuam ao longo do percurso e acompanham o viajante de longe. A passagem por placas anunciando “ponte sobre o rio tal” se torna um curioso exercício de “caça ao tesouro” – qual dessas pontes vai passar sobre um rio com água corrente?⁴⁴ Pequenas cidades e vilarejos eventualmente quebram a monotonia, com suas motos (pilotadas por motoqueiros sem capacete, invariavelmente), cavalos, crianças, posto de combustível e botecos⁴⁵.

Na chegada à Serra da Ibiapaba, (vindo “por baixo”) rapidamente a paisagem é alterada. O primeiro sinal de que o ambiente mudou são as bananeiras. A presença de vários pomares indica que o clima, o solo e a disponibilidade de água são mais propícios à produção agrícola. As casas melhoram de padrão e aparecem mais próximas umas das outras – os sítios são menores, portanto, e os quintais mostram uma diversidade de cultivos que contrastam com a

⁴⁴ Essas observações foram feitas na primeira viagem, realizada em julho de 2005, já no “verão”, ou seja, no período seco do ano. Numa segunda viagem, realizada no “inverno”, era possível encontrar alguns rios com água correndo debaixo das pontes. São os conhecidos rios intermitentes, pude testemunhar.

⁴⁵ Nessa primeira viagem, uma manifestação de trabalhadores rurais sem terra bloqueando a passagem próximo à cidade de Canindé provoca o desvio do trânsito para uma estrada vicinal e proporciona a oportunidade de ver uma paisagem um pouco mais atraente, com mais casas e mais pessoas à vista.

monotonia das pastagens que até ali predominavam. Equipamentos de irrigação em plena atividade mostram que a agricultura intensiva se faz presente. A cana-de-açúcar ocupa boa parte das terras, associada a engenhos de produção de rapadura que aparecem com regularidade.

O Bairro do Limoeiro fica na cidade de Guaraciaba do Norte, há menos de dez minutos do núcleo urbano (de carro). No século dezoito, os primeiros ocupantes, fazendeiros do sertão, ali se estabeleceram – era uma área não ocupada pelos indígenas, apesar da fertilidade das terras - e, aos poucos, os sítios foram se constituindo a partir do desmembramento das fazendas e da venda de terrenos para os que foram chegando depois. Até o início do século vinte, o Campo Grande (origem do município de Guaraciaba do Norte) foi palco de recorrentes conflitos, com elevado número de atentados e assassinatos motivados por desentendimentos entre fazendeiros, jagunços e autoridades. Aos poucos, a violência deu lugar a ocupações pacíficas e a região foi se notabilizando pela produção de lavouras de subsistência – milho, mandioca, feijão – além da cana-de-açúcar e a criação de gado. Com o passar dos anos, os sítios maiores foram sendo divididos entre os filhos da primeira geração, e depois entre os netos. Guaraciaba do Norte proporcionava educação, saúde e demais serviços para a comunidade do Limoeiro. Poucos, entretanto, chegaram a concluir a quarta série primária. Nas situações de aperto econômico, que não foram poucas, membros das famílias saíam em busca de emprego nas grandes cidades – Rio de Janeiro, principalmente. Após uma temporada, trabalhando na construção civil, ou como garçom ou porteiro, retornavam para o sítio. Ou não.

No início da década de oitenta, a realidade do Limoeiro sofre uma significativa alteração. Junto com o aporte de investimentos públicos em eletrificação rural e abertura de estradas, há um grande esforço governamental em incentivar a “modernização” da agricultura no Nordeste, e na Serra da Ibiapaba por decorrência⁴⁶. Com apoio técnico e financiamento das

⁴⁶ “Em 1975, parte dos recursos do PIN/PROTERRA foi destinada a financiar um novo programa, surgido a partir de estudos do IPEA – o Programa de Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE. A idéia inicial do POLONORDESTE era estimular o surgimento de pólos de desenvolvimento no interior do Nordeste. Cada área geográfica selecionada – algumas dezenas – se chamava PDRI – Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado. A estratégia DRI (desenvolvimento rural integrado) concebia a integração de um conjunto de ações ao mesmo tempo, no mesmo espaço, para atacar os problemas do desenvolvimento local. O PDRI Ibiapaba tinha algo como 14 ou 15 componentes, como estradas, educação, saúde, saneamento, assistência técnica, pesquisa adaptada, comercialização, etc. Se todos esses componentes chegassem ao mesmo tempo no mesmo lugar, a sinergia produzida seria capaz de elevar o nível econômico daquela região e melhorar a renda das pessoas. Na prática, houve melhoras, que foram reconhecidas, mas não se obteve a integração almejada”. (Magalhães, 2000)

instituições oficiais de crédito rural, produtores de tomate vindos de outras regiões (da Serra de Baturité, segundo um produtor entrevistado) chegam em busca de terra “nova”, adotando técnicas de produção até então pouco conhecidas por ali, associando irrigação com uso intensivo de agrotóxicos e alta produtividade. A experimentação dessas técnicas, como empregados ou como arrendatários ou parceiros, e a alta rentabilidade obtida em áreas relativamente pequenas, faz com que os agricultores do Limoeiro (e das outras comunidades rurais da Serra da Ibiapaba) se tornem produtores de tomate, e depois de cenoura, repolho e pimentão – as hortaliças mais demandadas pelo mercado, principalmente Fortaleza, assim como de maracujá e outras frutíferas.

Agricultores têm agora a oportunidade de comprar carro “zero”, adquirir equipamentos novos, construir e reformar suas casas, e mesmo comprar seu próprio sítio. Mas logo conhecem o outro lado da moeda: as regras do mercado – preços despencam ao ponto de não compensar a colheita, atravessadores pagam com atraso, ou dão “calote”, enquanto o banco cobra a quitação dos empréstimos liberados, com juros e correção. O carro “zero” tem que ser vendido, e o filho no Rio de Janeiro tem que mandar mais dinheiro.

Às vezes, era até com os atravessador, que antes você chamava de patrão, ele adiantava o dinheiro proê pagar os funcionários, pra pagar os insumos, e depois retirava e se sobrasse alguma coisa pra gente, tudo bem, se não, só pagava a ele e ficava por isso mesmo. Muitas vezes acontecia isso, era só zerar.

A gente adquiriu alguns recursos, melhorou um pouco. Mas depois também aconteceu que a própria horta chegou a tirar tudo. Fiquei devendo um monte, depois fui trabalhando, trabalhando até pagar. Na época em que eu terminei de pagar as minhas dívidas, que zerei tudo, que tava sem condições de começar a produzir novamente, botar as hortas grandes como eu gostava de plantar, pra adquirir alguns recursos, mais ou menos, aí eu perdi tudo, foi um período que eu fui pro Rio de Janeiro, foi em 89 e voltei em 91. (ProdutorL)

E a natureza também começa a cobrar seu preço. Doenças e pragas estranhas e desconhecidas atacam as lavouras. Diferentes produtos em quantidades crescentes e cada vez mais caros têm que ser adquiridos e aplicados. Já não é mais possível comer um tomate colhido na hora – o

produtor não tem coragem de se alimentar com seu próprio produto, pois sabe a quantidade de veneno que aplicou.

Tinha um período que era muita verdura que tinha plantado, tinha 16 funcionários. Foi em 92, 94. Só que em certo período, aquele período de tirar aquela horta.- que no convencional você planta uma parte agora, depois você dá um tempo, aí passa a plantar novamente. No período que você tá preparando o solo, tá irrigando, e cuidando da horta, até colher, é muita mão de obra, muita gente. Era a única opção que tinha. Você via os outros fazendo, chegava aquelas pessoas e “rapaz, vamos plantar uma horta, eu ajudo fornecer isso, eu quero que você plante, você tem terra, tem água, se você tem coragem de trabalhar – se tem, vambora”. E aí a gente ia, era o jeito, era obrigado a trabalhar no veneno porque não tinha opção. (ProdutorL)

O vendedor da loja de produtos agrícolas passa a ser mais importante do que os técnicos da rede pública de assistência técnica. O solo se resseca, e a produção só sai a muito custo. A dor de cabeça acomete boa parte dos agricultores, sendo que antes isso não acontecia. Cria-se um paradoxo entre eles – a horticultura trouxe oportunidades e riquezas que não se imaginava ser possível a partir do milho, da cana, do feijão e da mandioca; mas trouxe também as incertezas e as mazelas do mercado com seus altos e baixos absolutamente desacorçoantes; e visivelmente está prejudicando a saúde das pessoas e da natureza.

Às vezes tinha a EMATERCE, tinha algum agrônomo que vinha, mas assim, ensinar a trabalhar com veneno, não. A gente lia o que vinha no rótulo, e fazia mais ou menos. O vendedor também quase não tinha como explicar. Às vezes a gente recorria era a EMATERCE, que era do governo. Quando tinha um problema eles vinham, mas não identificavam – tantas doenças que às vezes que tinha alguns problemas. Aí era só tacar veneno, veneno, esse aqui não ta dando certo coloca outro. Era muito difícil. A gente trabalhava porque era o jeito. Mas muitos dias,, um tá pulverizando e você não agüentava não. Né, passando mal, ânsia de vômito, dor de cabeça. (ProdutorL)

Em 1996, a Serra da Ibiapaba é conhecida pela sua produção de hortaliças e pelo uso exorbitante de agrotóxicos. As instituições públicas estaduais de pesquisa e extensão rural e de meio ambiente, acompanhando a crescente discussão sobre preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e agroecologia em nível nacional, resolvem agir para incentivar a adoção da agricultura orgânica no estado do Ceará, e contratam o jovem consultor ConsultorR para prestar assessoria na implantação dos campos de demonstração.

x – x – x – x – x – x

ProdutorN nasceu e se criou no Limoeiro. Como “*todo mundo*” da região, ajudava os pais na roça, e cresceu acompanhando a chegada e o predomínio das culturas do tomate, da cenoura e do pimentão. Já adulto, assumiu sua parte no sítio da família e se dedicou a essas culturas. Tudo o que precisava ser feito, ele fazia. Os técnicos estatais que eventualmente passavam por lá reconheciam nele um produtor interessado e eficiente. Porém, os sintomas de esgotamento do solo e desequilíbrios ecológicos denunciavam que algo não ia bem, apesar de todo o investimento feito em fertilizantes e produtos químicos. E o fato das crianças não poderem brincar no meio da lavoura devido ao cheiro forte dos venenos, e não poderem comer o tomate direto do pé, isso o incomodava muito.

Possivelmente, por considerarem-no um produtor exemplar, interessado e empreendedor, e que manifestava seu descontentamento com os resultados e as conseqüências da agricultura convencional, os técnicos responsáveis pela seleção dos agricultores que fariam parte do programa de incentivo à agricultura orgânica escolheram ProdutorN para participar na implantação de um dos dezesseis campos de demonstração.

Os campos de demonstração foram devidamente implantados e, apesar da desconfiança da maioria dos produtores, já acostumados com a lógica da agroquímica, apresentaram resultados animadores. Nenhum resultado, porém, foi mais surpreendente do que aquele obtido por ProdutorN. Em apenas seis meses, sem nenhuma adição de produtos químicos, e seguindo à risca as novas recomendações técnicas, obtinha produção de várias espécies de hortaliças de excelente qualidade.

A consultoria havia concluído seu trabalho. Era o momento de apresentar os resultados. Diante de uma platéia composta por numerosos convidados, entre as entidades parceiras, os produtores envolvidos e pessoas interessadas no tema, a exposição dos resultados mostrava que a agricultura orgânica era viável e merecedora de apoio para se fortalecer no Ceará –

arroz de sequeiro, algodão, feijão, milho, caju, hortaliças – variadas culturas instaladas com diversas repetições apresentavam produção considerável, mesmo considerando o curto espaço de tempo da experimentação.

Todos gostaram do que viram. Entretanto, os produtores, mesmo achando interessante, não se sentiram encorajados a continuar – não estavam familiarizados com as novas técnicas, os riscos de perda da produção eram grandes e o mercado não valorizaria esse esforço na hora de comprar os produtos. À exceção de ProdutorN, que não se conformava:

- E agora? Quero continuar a produzir produtos orgânicos, mas sozinho não vou conseguir vender de forma diferenciada do produto convencional. O que fazer?

x – x – x – x – x – x

Havia pouco tempo, ConsultorR terminara de ler o livro “Farms of Tomorrow – Community Supported Farms - Farms Supported Community” (GROH, 1990). Nele, os autores descrevem oito experiências de empreendimentos em agricultura biodinâmica e sugerem algumas diretrizes daquilo que consideram as *fazendas do amanhã* – a sustentação do agricultor por grupos de consumidores urbanos, numa relação em que os custos de produção e de manutenção da família do produtor são assumidos pelos consumidores, em troca do fornecimento semanal de determinado conjunto de produtos a serem obtidos de forma orgânica. É aquilo que, nos Estados Unidos ficou conhecido como CSA – Community Supported Agriculture.

ConsultorR apresenta a publicação, resumindo:

Esse livro, basicamente o que é: ele cita oito grupos, hoje são mais de seiscentos, que cada um seguiu o seu caminho, no sentido de uma distribuição participativa, com o grupo consumidor. A idéia era estender ao consumidor as preocupações do produtor rural, ou seja, compartilhar a realidade do produtor, e melhorar o acesso desse produtor às cidades. E basicamente cuidar, fazer um sistema em que os consumidores assumem parte dos riscos de produção, e garante ao produtor certa estabilidade para que ele possa se dedicar àquilo que ele sabe fazer, que é produzir. O produtor não entende de Ceasa, de comércio, de venda, por assim dizer. Enquanto que na cidade, você tem pessoas que têm talento pra isso, eles podem ajudar a fazer essa ponte. Basicamente, o CSA é isso: é um compromisso mútuo, em que o produtor promete produzir, o consumidor promete comprar, eles juntos se debruçam sobre um orçamento anual preparado pelo produtor, onde ele coloca todas as suas necessidades, inclusive as pessoais - da família, da escola, das crianças. E cada categoria então é analisada em assembléia pelos consumidores, que aprovam, criticam ou até mesmo aumentam se eles acham “puxa, foi muito pouco o que você pediu”. (ConsultorR)

Esse livro inspira ConsultorR a propor a constituição de uma associação nos moldes das “Fazendas do Amanhã”, em Fortaleza. Compartilha essa idéia com vizinhos e amigos, e contando com o apoio da esposa, motivado pelo desejo (“*um pouco egoísta*”, ele diz) de

poder consumir alimento orgânico no Ceará, aproveita a oportunidade do evento de apresentação dos resultados da consultoria para divulgar a idéia daquilo que viria a ser a Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica – ADAO. Dos cento e cinquenta participantes do evento, quarenta assinam a lista de interessados. Destes, vinte e sete, dentre profissionais liberais, técnicos de instituições públicas, professores universitários e o agricultor ProdutorN, vão participar da assembléia de aprovação dos estatutos e da fundação da ADAO, em 16 de abril de 1997.

Dentre os adeptos, estão DiretorM, que viria a ser o primeiro presidente da ADAO (permanecendo por dois mandatos), e DiretorB, terceiro⁴⁷ presidente (também permanecendo por dois mandatos).

x – x – x – x – x – x

Nascido no interior do estado do Ceará, DiretorM vai completar seus estudos na cidade de São Paulo. Deseja cursar Eletrônica, e a melhor – ou única – alternativa naquele período (década de 1960), é a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Enquanto conclui o ensino secundário e se prepara para ingressar na faculdade, é acolhido pela família de um amigo, que lhe dá apoio na sua solitária jornada pela metrópole paulistana. A “mãe” lhe faz companhia enquanto estuda, e longas conversas são travadas diante da curiosidade dela em conhecer a realidade do nordeste brasileiro, à época tão distante, geográfica e culturalmente. Conforme vai contando as realidades nordestinas, DiretorM vai formulando explicações para os problemas que se vê expondo para sua interlocutora, e alternativas para contorná-los. A certa altura, sua ouvinte se propõe a anotar em um caderno todas as informações e idéias que lhe são confiadas. *“Isso poderá ser muito importante para você no futuro”*, vaticina.

De volta ao Ceará, agora junto à Universidade Estadual do Ceará, na Faculdade de Medicina Veterinária, aquelas idéias vão se constituir na base para o nascimento do NEPA – Núcleo de Ensino e Pesquisa Aplicada, congregando acadêmicos e professores, informalmente em 1992, e depois formalizado como entidade em 1996. Com a missão declarada de *“trabalhar para mobilizar a comunidade rural e urbana, no sentido de conciliar as relações de produção e consumo de alimentos, desenvolvendo e implantando modelos de desenvolvimento sustentado”*, essa entidade se pauta pela visão de *“criar uma referência de qualidade de vida*

⁴⁷ DiretorB pode ser considerado segundo presidente, pois Ana, que de fato sucedeu a DiretorM, não completou seu mandato, passando a incumbência a DiretorB poucos meses após a posse.

*em que a sociedade participe de forma ativa na preservação e conservação do ambiente natural, onde a produção humana é vista como uma co-produção, em que o homem cria em harmonia com a natureza*⁴⁸

No ano da formalização do NEPA, portanto, os germens da ADAO estavam paralelamente se desenvolvendo.

A palestra de ConsultorR expondo os resultados da experiência aplicada, e o chamamento aos interessados em apoiar o agricultor ProdutorN na viabilização de uma parceria consumidor-produtor se ajustavam como uma luva aos anseios de DiretorM.

X - X - X - X - X - X

DiretorB nasceu no interior do Ceará. Seu pai é agricultor e pequeno criador de gado. Cresce em meio às dificuldades da zona rural, muito marcantes naquela época (anos 40 e 50). Forma-se em Agronomia num período em que ter diploma universitário era sinônimo de emprego garantido. Sai direto da faculdade para a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. A partir daí, percorre um caminho todo trilhado dentro do serviço público, acumulando funções de assessoria e direção em diversas instituições ligadas ao desenvolvimento agrícola e de recursos hídricos. Devido a essa atuação, acompanha o crescente debate em torno de temas ligados à sustentabilidade e agricultura orgânica. Quando convidado a participar de um grupo de pessoas interessadas em organizar uma associação voltada para apoiar a agricultura orgânica, logo se prontifica. É o sócio-fundador número 2 da ADAO.

X-X-X-X-X-X-X

GerenteA morou a maior parte de sua vida no interior do Rio de Janeiro. Seus avós têm uma fazenda em Minas Gerais onde plantam café. Sua infância e adolescência são marcadas por lembranças dos finais de semana e férias passadas naquela fazenda. Formado em Engenharia Industrial e Arquitetura, trabalha com montagem industrial, o que o traz para Fortaleza para constituir uma empresa do ramo (no que não é bem sucedido). Fixa residência na casa vizinha a ConsultorR e Ana. Nas conversas de final de tarde, ConsultorR conta a GerenteA e sua esposa SecretáriaS as experiências em agricultura biodinâmica e a idéia de constituir uma associação para apoiar um produtor na produção de alimentos sem uso de agrotóxicos.

⁴⁸ Conforme consta na página da internet do NEPA, acessado em julho de 2006.

Inspirados no livro “Farms of tomorrow”, conversam detidamente sobre como poderia ser a associação cearense. GerenteA será o responsável pela distribuição das verduras e SecretáriaS a primeira secretária da diretoria da ADAO. Anos depois, GerenteA virá a se desvincular da gerência de distribuição, indo constituir uma loja de produtos naturais que será a primeira pessoa jurídica a se associar a ADAO, adquirindo um certo número de cestas para revenda na loja, para não sócios.

X-X-X-X-X-X-X

Em 2003, alunos de graduação da UFC cursando as disciplinas Plano de Marketing, Planejamento de Campanha e Criação I, (GIFONI et al., 2003) realizam uma interessante pesquisa incluindo dados sobre o perfil do consumidor associado da ADAO. Num universo de oitenta consumidores entrevistados, pode-se verificar as principais características sociais desse ator:

A maioria (66%) é **mulher**, tem **mais de 40 anos** (70%, sendo que 40% tem mais de 50 anos), tem nível **superior completo** (75%, sendo que 10% têm pós-graduação), ganha **mais de 10 salários mínimos** (67,5%), é **casada** (86%) e **tem filhos** (93%).

Em relação à ADAO, tomou conhecimento através de amigos e familiares (86%), confirmando o “**boca a boca**” como o principal veículo de divulgação da ADAO. Suas principais motivações para se associar dizem respeito a adoção de um estilo de vida mais saudável (53%), a preocupação com o meio ambiente (12%) e o apoio ao desenvolvimento da agricultura orgânica (11%).

O grupo começou a se auto-conhecer. Todas as pessoas eram bem de vida. A maioria das vezes, eram pessoas de família de classe média pra cima. Que estavam buscando um alimento saudável. O pessoal tinha muita informação, muita leitura. (Sócio fundador da ADAO)

A partir daí, infere-se que o consumidor da ADAO tem elevado poder aquisitivo, está estabilizado (familiar e profissionalmente) e é bem informado.

Entretanto, caberia uma análise mais aprofundada sobre esse perfil sócio-econômico do associado (elevado poder aquisitivo), a partir do depoimento de sócios que fogem desse estrato.

Quando nós chegamos aqui (vindos de São Paulo), nós sentimos muita dificuldade para comprar as verduras (...). Ia no Pão de Açúcar não tinha nada, quando tinha era muito caro, aquelas verduras pequenininhas. Aí um rapaz jardineiro, começou a dar apoio aqui pra gente e disse que ‘ah, no final da rua tem umas verduras lá’, e nós fomos lá e conhecemos (a ADAO). Achamos muito caro pra ficar sócio, achei muito difícil. Acho muito bom, mas acho que muita gente não entra por causa disso. Eu sei que no fim, fica mais de R\$ 200,00 pra entrar. Aí, até que nós parcelamos pra entrar. Nós já tínhamos ido várias vezes lá, ia lá especular, não dava, fazia as contas, não dava, até que nessa vez aí, porque dinheiro de aposentado, né, acho que porque dessa vez eu tinha conseguido uma licença do INSS (auxílio-doença), e aí eu peguei esse dinheirinho aí e falei: agora vou ficar sócia da ADAO!, porque já tava cansada de ir ao mercado e não conseguir uma verdura, já estava nervosa. É umas das coisas que eu sentia muita falta de São Paulo. No mês a mês, torna-se barato, mas pra entrar... (Consumidora)

No começo, o problema que eu sentia era o preço, eu achava muito caro. Tanto é que eu quis sair (ainda hoje minha irmã paga pra mim). (outra consumidora)

Um outro aspecto que chama a atenção refere-se à principal motivação para o ingresso na ADAO: saúde. A recomendação médica, após ocorrência de alguma crise de saúde, foi recorrentemente apontada, nas entrevistas que realizamos, como fator determinante na procura da ADAO. Nesse universo, alguns poderiam ser considerados “radicais”, consumindo exclusivamente produtos orgânicos, chegando a adotar dieta vegetariana, e a maioria como “preocupados com a alimentação”, complementando sua dieta com alimentos não orgânicos.

Outro fator importante na caracterização do consumidor diz respeito ao hábito alimentar – a maioria entrevistada diz ter assimilado o hábito de consumir “de tudo”, mas que encontraram dificuldades em convencer os familiares a fazer o mesmo. Apesar da constatação empírica indicar que o cearense está consumindo mais verduras do que no passado⁴⁹, ainda não se pode afirmar que elas tenham se incorporado de forma significativa na dieta do mesmo.

⁴⁹ Apresento algumas informações sobre a produção e o consumo de hortaliças mais adiante.

Variedades como acelga, couve-flor, brócolis, couve-manteiga, rúcula, rabanete, berinjela, não são conhecidas de boa parte dos consumidores.

Esse aspecto cultural, portanto, é mais um fator a ser considerado quando se analisa a história da ADAO no contexto social do Ceará. A expansão da associação implica, muitas vezes, num “sacrifício” na hora de preparar as refeições.

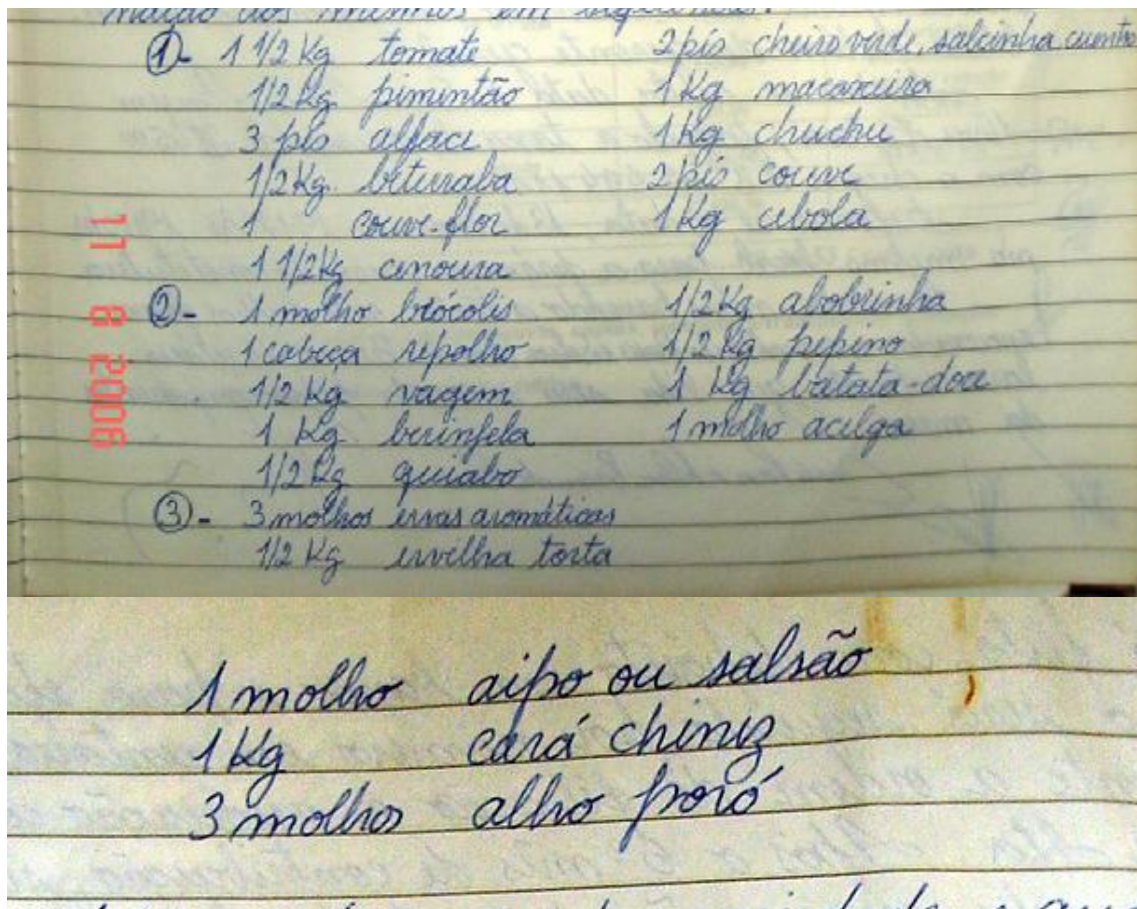
“Sinto ter que solicitar a minha exclusão da Associação pois tenho tido que jogar fora quase todas verduras, pois as minhas funcionárias não sabem utilizá-las, como também não comem...” (Carta de desligamento de uma associada da ADAO, em 2 de maio de 2000)

3.2. O encantamento – nascimento da ADAO

Na constituição da ADAO, em 16 de abril de 1997, a filosofia e as diretrizes da *Agricultura Motivada pela Comunidade* são adotadas – os 27 sócios-fundadores consumidores indicam uma variedade e quantidade de produtos que gostariam de consumir semanalmente durante um ano, e ProdutorN, com apoio técnico de ConsultorR, agora Diretor Técnico da ADAO, define um orçamento para produzir o solicitado.

O valor é discutido incluindo a remuneração do produtor e sua família, as despesas com deslocamento da consultoria, os custos das caixas e da distribuição, e, ao final, o total é rateado por todos os sócios e parcelado em doze mensalidades. Uma primeira contribuição de R\$46,50 é definida como adesão anual. Desses, R\$ 1.200,00 são repassados para a conta de ProdutorN.

Figura 3.1. Cesta aprovada em 29 de abril de 1997. (Livro-ata)



Em assembléia, quinze dias após a fundação da ADAO, estipula-se o valor de R\$ 41,53 para as cotas mensais. Convencionou-se que os três primeiros meses serão pagos antecipadamente ao produtor para possibilitar os investimentos iniciais e o custeio até o início da produção (descontando-se os R\$ 1.200,00 já adiantados).

Esse orçamento foi dividido por aquelas pessoas que estavam indo a essas reuniões, cada um mensalmente dava uma parte e a idéia era que esse recurso era adiantado sem receber nenhum pé de alface. Era o pessoal só acreditando. Começou o sucesso aí. As pessoas mostravam interesse e contribuíam financeiramente. (Sócio fundador)

Figura 3.2. Primeiro orçamento mensal com os custos de produção da horta orgânica do produtor da ADAO.

PLANTILHA +

ASSOCIAÇÃO para o DESENVOLVIMENTO da AGRICULTURA ORGÂNICA

ORÇAMENTO PARA 0,5 HECTARE DE HORTALIÇAS

ITEM DE CUSTO	QUANTIDADE / UNIDADE	CUSTO TOTAL em reais	OBSERVAÇÕES
1. MATERIAIS			
• Compostagem (esterco + bagaços)	4 carradas + 8 carradas	1.750,00	custo para 2 adubações com-pletas / ano + coleta de resíduos
• Adubação micro	6 aplicações	75,00	AGRO e DAESkrill
• Mangueiras	1 rolo 50 metros	110,00	
• Aspersores	10	250,00	convencionais
• Defensivos nat.	vários	30,00	enxofre, cobre, nicotina, sabão
• Tambores plásticos	4 unidades	140,00	para chorume
• Sementes	25 variedades	400,00	horta
• Sementes aduba-ção verde	8 variedades	110,00	leguminosas
• Inoculantes	0,5 kg	25,00	coquetel ad. verde
• Adubos Naturais	0,5 tonelada	140,00	fosfato natural
	0,5 tonelada	50,00	calcário
• Envaramento	500 unidades	17,50	estaqueamento
2. SERVIÇOS			
• mão-de-obra geral *	2 trabalhadores	3.600,00	período integral
• elaboração de composto	35 diárias	210,00	6,00 / diária
• preparo de solo	3 H/M	75,00	3 X aração
	3 H/M	75,00	3 X gradagem
3. DESPESAS PESSOAIS		6.720,00	
4. DEPRECIAÇÃO		715,00	tubulação, motor 15 CV, bomba, pulverizador.
	10 % / ano		
5. ENERGIA		550,00	6 meses normal 6 meses c/ redução
6. TAXAS		120,00	INCRA
7. ACOMPANHAMENTO TÉCNICO		2.376,00	R\$ 0,30 / km
	veículo		
TOTAL 1		17.538,50	

TOTALR\$ 36,53 / mês / cota

* inclui preparo de canteiros/covas, capina, semeadura/transplante, adubação, manejo de pragas e doenças, irrigação, colheita, lavagem, encaixotamento e demais operações referentes a cultivo.

Arthur Yamamoto

3.3. O encontro

ConsultorR tem o dom da comunicação fácil e envolvente. Sua simplicidade e entusiasmo, aliados à demonstração de competência técnica, dissipam qualquer resistência ou desconfiança.

Aí conhecemos o Dr. ConsultorR, uma pessoa muito bacana. Eu senti um pouco de dificuldade [no começo da produção orgânica] porque até conhecer mais um pouco, trabalhar com várias culturas, novidade. Mas o Dr. ConsultorR passa muito bem claro, ele tem uma técnica maravilhosa de passar pra gente, porque hoje eu vejo assim que ele é uma estrela, pra nós aqui, é um marco, porque ter chegado, ter implantado o orgânico, ter acreditado nele e ele acreditado em nós, em nosso potencial. Aí foi maravilha. Graças a deus, eu já não poderia mais trabalhar com veneno, porque já sentia muitos problemas, já tinha abandonado, já não trabalhava mais com o convencional, de 93 a 94 as pessoas que ficavam trabalhando pra mim, eu já não trabalhava dentro da horta que eu não agüentava mais o cheiro do veneno. Então ele foi uma maravilha. Eu só tenho que agradecer a ele e todos que estão no orgânico. (ProdutorL)

Assim, a primeira impressão é marcada pela admiração, surpresa em conhecer um “doutor” com essa simplicidade e competência técnica, especialmente em se tratando de um portador de uma mensagem tão benevolente: agricultura sem agrotóxico, custo de produção antecipado, mercado garantido e remuneração justa.

3.4. A dádiva – dar, receber, retribuir

Passados os noventa dias de constituição da ADAO, as primeiras cestas chegam a Fortaleza. Têm um valor “quase simbólico” já que ainda são poucos os produtos, mas a satisfação e o ânimo elevado de todos indicam que valeu a pena. As distribuições semanais são feitas em espaços indicados por associados ou amigos destes, em áreas comerciais, fundos de loja, etc. A produção vem de carona num caminhão que carrega produtos da Serra da Ibiapaba para a Ceasa (Central de Abastecimento S.A.) de Maracanaú. Às quatro horas da manhã das sextas-feiras, os diretores e outros voluntários mais envolvidos vão buscar a produção vinda do sítio

do ProdutorN⁵⁰ e fazem a divisão e organização dos produtos nas cestas – no início, utilizam-se sacolas plásticas, e posteriormente decide-se por caixas plásticas⁵¹. Às seis horas, chegam os sócios para buscar suas cestas – cada um traz uma caixa vazia e leva uma cheia.

“Eu acordava de madrugada, eu, a Ana, o GerenteA – o GerenteA virou gerente de distribuição - Nós compúnhamos essas vinte, trinta, quarenta, cem cestas, e as pessoas às sete horas da manhã vinham. Mas era um relacionamento assim, típico desse livro. Você conhecia os cento e vinte, a gente se via toda semana, conversava sobre a natureza, orgânico, ecológico, sobre as chuvas que caíram. Havia um refinamento no relacionamento muito bom. Era gostoso, ficávamos até onze horas”. (ConsultorR)

No final do ano (1997), os associados fazem uma festa de confraternização na fazenda de um dos associados, localizada dentro da zona urbana de Fortaleza (Fazenda Uirapuru, próxima ao Estádio do Castelão). Logo em seguida, seus proprietários cedem um galpão para servir de ponto de distribuição da ADAO. A partir do início de 1998, o caminhão vindo da Serra entrega diretamente as verduras no novo local de distribuição antes de seguir para a Ceasa. O número de associados cresce e GerenteA é designado “gerente de distribuição”, único cargo remunerado pela ADAO, que lhe repassa ainda recursos necessários para pagar quatro auxiliares envolvidos na organização das cestas. São contratados de forma autônoma, sem vínculos trabalhistas com a ADAO. O pagamento das mensalidades é feito no próprio local de distribuição, na última semana de cada mês. Os cheques são depositados na conta da ADAO e posteriormente, é feito o repasse para a conta de ProdutorN da parte que lhe cabe (um doze avos do orçamento anual).

Nesse período, a distribuição se torna um momento de confraternização, de conversas animadas sobre a bem sucedida e importante experiência da qual são coadjuvantes os associados. Em um ano e meio, o número de associados chega a cento e vinte⁵². DiretorM,

⁵⁰ “No início, ProdutorN tinha um cuidado todo especial com a produção, cuidava da aparência dos produtos” (ex-diretor)

⁵¹ Os custos das caixas plásticas e de distribuição fazem parte do orçamento rateado entre os associados.

⁵² Número considerado limite pelos autores de “Farms of Tomorrow”, porque consideram que acima desse número, as relações começam a se tornar impessoais e as dificuldades administrativas e organizacionais começam a comprometer os fundamentos da “agricultura motivada pela comunidade”

ConsultorR e Ana se alternam em várias frentes de divulgação da ADAO. Entrevistas em programas de rádio, jornais, participação em eventos, congressos e feiras, contato com instituições e palestras a dirigentes e funcionários de entidades públicas e privadas – a novidade é amplamente divulgada pela diretoria. Mas o principal fator de crescimento do número de associados consumidores parece ser o “boca a boca”⁵³.

Minha irmã me falou o seguinte: que tinha sabido através de uma outra pessoa, porque tinha um filho que estudava numa escola lá perto da casa dela, uma escola para alunos especiais, e uma pessoa da escola tinha sabido sobre os orgânicos, inclusive nem tinha sede nem nada, distribuíam parece que era em outras lojas, logo no começo. Entrei por isso, porque minha irmã falou. (Consumidora)

Os novos associados são contagiados pelo entusiasmo da diretoria e dos sócios fundadores, acompanham as explicações⁵⁴ de ConsultorR sobre o processo de produção que acontece no sítio de ProdutorN através de slides ilustrando cada etapa do empreendimento. A seriedade da proposta é atestada pelo “ver para crer”. Mesmo aqueles que não têm formação agrônômica podem compreender as eventuais falhas no fornecimento da cesta – passam a compreender que “a agricultura orgânica está sujeita a falhar mais do que a convencional, pois não pode aplicar venenos poderosos no surgimento de uma praga repentina”. Essa confiança é a base para que o “boca a boca” se dê com maior convicção.

3.5. Motivação – o novo desafia e estimula

No início, assembléias são realizadas quinzenalmente⁵⁵. Todos os detalhes, problemas e possíveis soluções são debatidos. Interessante notar, no entanto, é que a participação do produtor é esporádica. E a participação do consumidor oscila entre quinze e vinte pessoas nas assembléias. No início, esses números são expressivos (total de vinte e sete associados). Mas, com o passar do tempo (no final do ano de 1997, a ADAO já contava com oitenta associados;

⁵³ Nas fichas de inscrição consta a pergunta “como ficou conhecendo a ADAO”. A grande maioria indica “um amigo(a) associado(a)”. Poucos apontam “ouvi no rádio” ou “divulgação num evento” ou “folheto”.

⁵⁴ Por deliberação aprovada em assembléia, institui-se a obrigatoriedade aos novos associados de participarem dessas palestras de apresentação da filosofia e das práticas adotadas pela ADAO.

⁵⁵ Da fundação da ADAO, em 16 de abril de 1997, até o final daquele ano, são realizadas 11 assembléias formais, registradas em ata, fora as reuniões de diretoria e encontros informais.

no final de 1998, somavam aproximadamente duzentos), o número de participantes permanece o mesmo, revelando uma redução relativa significativa no nível de participação.

A tônica das assembléias diz respeito ao aprimoramento do funcionamento da associação. Há uma grande preocupação em conferir transparência no uso do dinheiro confiado pelos consumidores à diretoria. A prestação de contas é realizada rotineiramente, com detalhamento de todos os gastos realizados. A questão da distribuição é outro ponto de discussão. Não possuindo sede própria, a distribuição se dá em locais cedidos por associados que dispõem de ponto comercial acessível à maioria, assim como os locais de recebimento das mensalidades. Alguns consumidores já se manifestam interessados em adquirir apenas “meia cota”, ou seja, pagar metade da mensalidade e receber meia cesta. A assembléia não acata essa possibilidade, mas sugere a figura do “sócio colaborador”, que dividiria a cesta (e a cota) com um sócio efetivo, que já existe na informalidade (e assim permanece até hoje).

O ingresso de um associado pessoa jurídica é debatido logo na primeira assembléia após a fundação. O tema é polêmico, divide opiniões (que não estão registradas em ata) e acaba prevalecendo a posição contrária ao ingresso desse associado.⁵⁶

A sistemática de controle de pagamento das mensalidades exige criatividade, já que o depósito em conta bancária nem sempre permite a identificação do depositante. Institui-se um artifício de se acrescentar centavos ao valor das mensalidades, de acordo com o número de filiação à ADAO. Desta forma, pelo valor depositado é possível identificar o número do associado.⁵⁷ Posteriormente, a cobrança passará a se dar por boleto bancário⁵⁸. Já no começo de sua caminhada, a ADAO conhece um problema com o qual terá que conviver de forma permanente: a inadimplência e o atraso nos pagamentos. Recorrentes são os apelos feitos nas assembléias para que os associados em atraso nos pagamentos regularizem a situação, para não prejudicar o repasse ao produtor.

A movimentação semanal de produtos, a organização da entrega das cestas e o recebimento das mensalidades, o controle das despesas do agricultor e do repasse do dinheiro realizado, a

⁵⁶ Tempos depois, o Grupo Pão de Açúcar procuraria a ADAO buscando estabelecer contrato de fornecimento de hortaliças orgânicas. Os associados deliberaram por não aceitar esse tipo de relacionamento com o “mercado”, considerando “o caráter predatório dos sistemas convencionais de comercialização” (ADAO, informativo histórico, sem data), provavelmente reproduzindo o mesmo receio apontado nessa primeira ocasião.

⁵⁷ Por exemplo, o depósito de R\$62,31 refere-se ao associado 31

⁵⁸ Uma das justificativas apresentadas pela diretoria e aprovada em assembléia foi a de que esperava-se com o boleto bancário reduzir a inadimplência nas mensalidades, que chegou a 30% no primeiro ano da associação.

adesão de novos associados e desistência de outros, a confecção de materiais de divulgação – logo se percebe a necessidade de se criar uma estrutura administrativa – uma gerência, profissionalizada, remunerada. E os recursos necessários, mais uma vez, são captados entre os consumidores, engrossando o orçamento mensal da associação. O gerente de distribuição acumula as funções de gerente administrativo da associação.

Meses depois, em assembléia, os sócios decidem que é necessário aprimorar a estrutura administrativa e contratar uma funcionária para organizar as cobranças, as adesões de novos sócios, os contatos telefônicos, o encaminhamento de pedidos para o produtor e as contas.

x – x – x – x – x – x

SecretáriaS acabara de voltar do Rio de Janeiro, após alguns anos de trabalho no comércio e de seu casamento com Henrique, gerente de vendas que lá conhece. Volta ao Ceará cansada da cidade grande e decepcionada por não ter conseguido continuar seus estudos, dando seqüência ao segundo grau que tanto sonhava. Convence Henrique a se mudar para Fortaleza e começar vida nova. As perdas são grandes. Salários menores, empregos pouco animadores. Por recomendação de seu irmão ProdutorL (já então produtor associado da ADAO), se candidata à vaga de secretaria na ADAO. Após entrevista com ConsultorR, num banco de praça, é contratada, inicialmente com a incumbência de procurar um local que pudesse servir de escritório da ADAO, que até então não existia. Apesar do decepcionante primeiro salário, que custou a ser pago, SecretáriaS se empenha – identifica-se “profundamente”, diz ela, com a filosofia e a missão da ADAO, acompanha as palestras proferidas por ConsultorR e demais diretores e passa a se interessar pelo assunto, estuda e se envolve. Em pouco tempo, aos olhos da diretoria, torna-se peça estratégica e imprescindível na administração da ADAO. Sua condição de parente (irmã e prima) dos produtores do Limoeiro a colocam em posição de conhecer a realidade “dos dois lados” – consumidor e produtor, mas ao mesmo tempo, enfrenta as contradições inerentes às relações de parentesco com os produtores.

x – x – x – x – x – x

Os novos sócios, para serem aceitos, além de participar da reunião de exposição da filosofia da ADAO, devem pagar antecipadamente o relativo aos três meses que os sócios pioneiros pagaram no início, agora convertidos em taxa de adesão, caução e primeira mensalidade. Com o passar do tempo, as reuniões de apresentação escasseiam, resumem-se a entrega de um folheto explicativo. A caução cobre eventuais inadimplências nas mensalidades, e

principalmente demandas do produtor que não estavam previstas, ou despesas da própria diretoria da ADAO.

Com a divulgação da ADAO, surgem alguns apoios externos, decorrentes da atuação da diretoria, especialmente pelos contatos feitos por ConsultorR em meio ao seu círculo de relacionamentos anteriores à ADAO. Assim, ao mesmo tempo em que obtém sua certificação junto ao Instituto Biodinâmico (IBD)⁵⁹, a ADAO obtém um empréstimo por parte da Associação Beneficente Tobias (ABT) para a compra de um terreno para construção de sua sede. Em 1999, iniciam-se as obras, após aprovação de projeto arquitetônico elaborado de forma voluntária por uma associada.

Durante todo esse período (aproximadamente dois anos), o voluntarismo e a doação caracteriza a participação dos fundadores. Especialmente ConsultorR e Ana, além da dedicação pessoal sem remuneração, cedem o escritório da sua empresa (de consultoria) para todas as necessidades administrativas da ADAO (telefone, computador, arquivos). Mesmo os constantes deslocamentos entre Fortaleza e a Serra da Ibiapaba são feitos sem ônus ao caixa da associação. Apenas determinadas despesas específicas e próprias ao funcionamento da entidade constam nos gastos – e no orçamento mensal (boletim, taxas bancárias, etc.).

3.6. O processo de produção

Quase todos os trabalhos relativos ao processo da produção orgânica de hortaliças são executados manualmente – e por isso demandam muita mão de obra.

Um solo “convencional”, que vinha sendo cultivado com adubos químicos e com utilização de produtos sintéticos, para ser utilizado na agricultura orgânica, deve ser submetido a um processo de adequação, visando a sua “desintoxicação”.

Primeiramente, é necessário instalar um “coquetel”. Diversas sementes de diferentes espécies, selecionadas por suas características botânicas, são misturadas e plantadas ao acaso.

⁵⁹ A certificação é um dos instrumentos-chave da produção orgânica. Significa o reconhecimento, por parte de uma entidade legitimada para exercer tal atribuição, de que o produtor, sua propriedade e seu sistema de produção estão coerentes com os princípios e técnicas aceitos pela comunidade científica. A obtenção da certificação implica em custos – o técnico certificador e sua entidade são remunerados – e em obediência às normas e procedimentos especificados como requisitos para classificação como produto orgânico. No caso da ADAO, a certificação foi feita a “preço de custo”, numa demonstração de apoio do IBD ao empreendimento, considerando que o próprio ConsultorR é um agente certificador credenciado por aquele instituto.

Mapurunga (2000) coletou a seguinte sugestão de composição de coquetel junto a produtores da ADAO (em quilos de sementes por hectare): milho (24), milheto (2), mucuna (16), crotalária (6), soja (1), girassol (12), lab-lab (12), sorgo (3) feijão kudzu (2), feijão de porco (14), mamona (8), amaranto (2), trefosia (2), feijão de rolinha (2), dente de burro (1), gergelim (1).

Após a germinação das sementes, se houver necessidade, a área é irrigada. Permite-se o desenvolvimento das plantas até a fase em que produzem flores - antes de produzirem frutos, são cortadas e incorporadas à terra. Deste modo, os nutrientes extraídos pelas raízes a diferentes profundidades (as raízes do milho, por exemplo, são mais superficiais; as raízes das leguminosas são mais profundas, além de apresentarem a propriedade de fixar o nitrogênio atmosférico em seus nódulos radiculares, disponibilizando-o como nutriente às plantas) servem para reciclar os nutrientes e incrementar o teor de matéria orgânica do solo.

Enquanto isso, a área é dividida em talhões e bananeiras são plantadas nas suas delimitações – servirão de quebra-vento, importante medida para reduzir a incidência de doenças, com a vantagem de que seus frutos podem ser comercializados.

Estrume de gado tem que ser adquirido de currais vizinhos (no caso dos produtores da ADAO, que não dispõem de produção própria de animais em quantidade), assim como bagaço de cana, adquirida junto a uma usina existente na região. A combinação desses dois materiais, após processo controlado de fermentação, vai formar o composto – suprimento nutricional orgânico aplicado ao solo (é o adubo orgânico por excelência). No primeiro ano, admite-se, de acordo com análise de laboratório, a aplicação de fosfato natural e calcário – elementos minerais que corrigem e equilibram a fertilidade do solo, sem agredi-lo, ou às plantas.

Sementes e mudas são adquiridas conforme a programação de produção (espécies mais demoradas são plantadas primeiro, espécies menos produtivas ou mais demandadas são plantadas em maior quantidade, etc.). Após a incorporação do “coquetel” no solo e um período de descanso, os canteiros de hortaliças são levantados, manualmente ou com ajuda de microtrator, com a adição do composto, e as mudas e sementes são plantadas de forma organizada e planejada. Com a interrupção do uso de adubos químicos e produtos sintéticos, o solo se equilibra e, com o passar dos anos, suas propriedades físicas (textura, principalmente), químicas (fertilidade natural) e biológicas (atividade microbiana) garantem aumento de

produtividade com redução de custos – inclusive com redução na necessidade de adubação com composto, conforme pudemos constatar nos sítios visitados.

Figura 3.3. Produção orgânica da ADAO.



Foto 1. Coquetel e bananeiras na fase inicial da implantação de uma horta orgânica



Foto 2. Compostagem



Foto 3. Levantando o canteiro



Foto 4. Plantio de mudas de alface

Fotos: Arthur Yamamoto, 2005.

Diariamente, os trabalhadores seguem uma rotina de molhar os canteiros, limpar o mato onde ele estiver em excesso (nem sempre o “mato” é considerado danoso - pelo contrário, em algumas situações ele é considerado desejável, pois servirá para proporcionar os mesmos efeitos do “coquetel” na renovação dos canteiros), aplicar os produtos naturais de proteção contra as pragas se necessário, preparar novos canteiros conforme a programação, e finalmente, colher os frutos do trabalho.

Figura 3.4. Mão de obra na produção orgânica da ADAO.



Fotos 5, 6, 7 e 8 – Irrigação manual; pulverização com produto repelente; colheita e encaixotamento.

Fotos: Arthur Yamamoto, 2005.

No início, as muitas variedades solicitadas pelos consumidores causaram estranhamento junto ao produtor, habituado a lidar com uma, duas, no máximo três hortaliças ao mesmo tempo (cenoura, repolho, tomate, por exemplo) e observando a lógica da “safra”, ou seja, colheita concentrada num curto período do ano. Agora, era demandado a lidar com espécies e variedades que sequer tinha ouvido falar, assim como manter aquela produção diversificada durante todos os meses do ano. Assim, a adaptação do agricultor teve que se dar não só nos aspectos inerentes à técnica orgânica de produção, com o desconhecido, em termos de comportamento das plantas que jamais havia cultivado, mas também em lidar com a diversidade de produção e a maior complexidade da administração da mão de obra, das compras de insumos e das colheitas. Nesses aspectos, a competência técnica e capacidade de comunicação de Fernando, mais uma vez foram fundamentais para o sucesso da associação.

ProdutorN segue à risca as orientações técnicas, agora já não estranhando tanto os métodos apresentados por Fernando, por ter participado da fase de instalação dos campos de demonstração. Sérgio, empregado e braço direito de ProdutorN na roça, executa as tarefas com interesse e empenho⁶⁰.

O sucesso da experiência de ProdutorN motiva seus vizinhos – renda mensal garantida, produção sem agrotóxico, despreocupação com a comercialização – são fatores altamente motivadores.

3.7. O dilema do crescimento

O senso de responsabilidade dos diretores da ADAO aumenta na mesma proporção do ritmo de adesões de associados consumidores. É necessário ampliar o número de produtores – “um único produtor torna o sistema muito vulnerável e suscetível a falhas, caso algum problema na sua produção ocorra” lembra um ex-diretor.

Em novembro de 1997, sete meses após sua constituição, a ADAO contava com aproximadamente oitenta consumidores associados, e ProdutorN como único sócio-produtor. Um dos sócios fundadores da ADAO se dispõe a se tornar sócio-produtor. Trata-se de ProdutorJ⁶¹. Na condição de técnico da EMATERCE (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará), ProdutorJ acompanhou o passo-a-passo da bem sucedida empreitada de ProdutorN, participando das palestras de ConsultorR e das atividades públicas desenvolvidas pela ADAO. Diante da oportunidade de se tornar também um produtor orgânico, ProdutorJ não pensou duas vezes: abriu mão da estabilidade e dos salários de seu emprego, e se voltou totalmente à produção orgânica.

Mas seu ingresso na ADAO se dá de forma diferente daquela prevista nos critérios da Agricultura Motivada pela Comunidade. ProdutorJ não conta com recursos antecipados pelos consumidores para realizar sua conversão à agricultura orgânica. Contrai empréstimo junto ao banco e inicia sua produção, com acompanhamento técnico de ConsultorR – numa relação

⁶⁰ No momento em que finalizava essa investigação, Sérgio havia adquirido terreno próprio e se arrisca como produtor orgânico, se associando à ADAO. Interessante será acompanhar sua evolução, como produtor e como associado, na perspectiva de ser apontado como um caso de ascensão social proporcionado pela ADAO, “do assalariado rural que virou produtor”.

⁶¹ A “história” de ProdutorJ só foi surgir já no final do processo de coleta de informações da dissertação. Até então, ninguém havia sequer mencionado sua passagem como produtor de importância na história da ADAO. Tentamos contatá-lo, mas não fomos bem sucedidos. As informações que apresentamos foram prestadas pela administração da ADAO.

muito mais fácil, pela formação técnica do novo produtor. “Ele vai ser o coordenador da ADAO na Serra”, declara a diretoria da ADAO, na assembléia que aprova sua admissão (23 de outubro de 1997 – Livro Ata ADAO).

Enquanto isso, ProdutorN amplia sua horta, de 1 hectare para 1,7 hectares, com o mesmo orçamento. O anúncio de tal feito, naquela mesma assembléia, entusiasma os associados consumidores, que decidem manter o valor de contribuição em R\$62,00 (valor que havia sido definido para rateio entre 50 associados, e que agora somavam 80 associados).

Em assembléia realizada em 5 de março de 1998, ProdutorJ é formalmente apresentado como novo produtor da ADAO (após o período de conversão de seu sítio para a produção orgânica) juntamente com outros dois representantes de assentamentos - Assentamento Capim Grosso (no município de Caucaia) e Assentamento Novas Vidas (no município de Ocara). O primeiro seria voltado para a produção de produtos pecuários (ovos e frangos, principalmente) e o segundo para frutas e legumes (mamão, melão, berinjela, quiabo, pepino e abóbora).

Nessa assembléia, um dos associados consumidores questiona: “por que não há mais produtores? Existe preferência?”.

“Não existem preferências; apenas eles precisam preencher alguns requisitos indispensáveis para serem orgânicos”, responde a diretoria.

A experiência com os produtores dos assentamentos teve início efetivo em 1998 e foi interrompida em dezembro de 2000. Segundo MOREIRA DA SILVA (2003), no caso do Assentamento Novas Vidas, após entregarem mais de 1259 caixas de legumes e frutas (nos anos de 1999 e 2000), as 14 famílias envolvidas com a agricultura orgânica “*se queixaram das exigências feitas pela associação, tais como o que produzir, as observações técnicas do preparo do solo e as quantidades de produtos, mas não era só isso. O grande entrave estava no processo de transporte, visto que eram os produtores que tinham que garantir [arcando com os custos] a chegada do produto até a sede da associação, em Fortaleza, CE*”. (MOREIRA DA SILVA, 2003, pp. 13 e 14). Ou seja, os critérios para participação dos produtores assentados na ADAO foram distintos daqueles preconizados para os demais.

Conforme revela a pesquisa Mercados urbanos de cidades rurais: ação pública, comércio, receitas e consumo em feiras livres do Jequitinhonha (RIBEIRO et. all., 2006), realizada em 5 municípios do Vale do Jequitinhonha (MG), “a principal dessas demandas é o transporte para feirantes [agricultores familiares], onde ele não existe, ou a sua melhoria, onde ele já existe.

Em alguns municípios, a ausência de sistemas públicos de transporte chega a comprometer 1/3 do valor das vendas das famílias feirantes”. Ou seja, o frete é um dos itens que mais oneram os agricultores familiares. Talvez por contar com melhores condições iniciais, maior poder de endividamento e nível de organização, ProdutorN tenha “resolvido” seu problema, adquirindo caminhão próprio. Mas, em seu caso, a ADAO (os consumidores), embutiu no valor do orçamento anual esse custo. Até hoje, o frete “cobrado” por ProdutorN representa um valor significativo em sua renda.

Em 26 de março de 1998, ConsultorR informa que “no próximo mês [abril], sairá uma reportagem da ADAO no [jornal]. Isto é o indicador da chegada de novos associados, porém, devemos ter cautela pois necessitamos continuar crescendo passo a passo para não comprometer a credibilidade da ADAO.” Ao final daquela assembléia, afirma que, para fortalecer a ADAO “temos que dar oportunidades a novos produtores interessados em ingressar na agricultura orgânica. Com isso, melhoraremos a estabilidade da oferta de nossos produtos certificados. Novos produtores serão bem vindos”.

Ou seja, a preocupação com a credibilidade da ADAO estava referenciada no urbano. A “estabilidade da oferta” visava tranquilizar o consumidor, mas o crescimento de adesões – ampliando a demanda - deveria se dar “passo a passo”.

Meses depois, outros dois produtores da Serra da Ibiapaba se apresentam: ProdutorT e ProdutorL, primo de ProdutorN. Outros vizinhos mostram interesse e “fazem fila”.

Os diretores se deparam, mais concretamente agora, com o dilema – admitir ou não os novos produtores interessados. Não havia consumidores associados suficientes para absorver a produção de tantos produtores. Ao mesmo tempo, essa era a missão da ADAO – o desenvolvimento da agropecuária orgânica, através da ampliação do número de agricultores orgânicos.

Sem consultar os associados, a diretoria decide “*tomar uma decisão arrojada*”: capacitar doze produtores e iniciar uma campanha de filiação, com a meta de atingir mil consumidores. Sob uma condição: a exemplo de ProdutorJ, os novos produtores não teriam o apoio inicial de antecipação de recursos que ProdutorN teve. Os custos de implantação da nova tecnologia de produção teriam que ser arcados pelos próprios interessados. Seria uma espécie de “contrato de risco”. A confiança de ProdutorN e seu sucesso até ali demonstrado são motivadores o suficiente para os interessados descartarem a hipótese de desistir da ADAO. Alguns tinham

recursos disponíveis, outros venderam algum bem, outros (a maioria), a exemplo de ProdutorJ, contraíram empréstimo no banco e se associam.

O processo de crescimento, portanto, foi bem distinto do processo de constituição. Não houve participação compartilhada entre produtores e consumidores para discutir o orçamento da produção dos novos associados, nem planilha de demanda de produtos – os consumidores ainda não existiam, a não ser como aposta da diretoria na sua capacidade de arregimentação de mais associados. O orçamento, em tese, já estava dado tomando-se por base o que ProdutorN realizava – bastava extrapolar os custos por hectare de ProdutorN para os novos produtores. A demanda semanal também não seria muito diferente do observado *per capita* pelos sócios pioneiros.

3.8. O desencanto

3.8.1. Lógica do mercado ou da solidariedade?

Após o início de produção dos demais produtores, surge um primeiro problema: a remuneração – ou o montante de recursos a ser repassado aos produtores. Se até ali, o repasse ao ProdutorN havia sido definido como sendo o “razoável” para sua sustentação e de sua família, qual deveria ser o repasse aos demais produtores associados? A essa altura, ProdutorN já havia ampliado sua horta para 1,7 hectares. Não seria justo equiparar seu repasse com a dos “novatos”. Cria-se, então, três níveis de repasse. Produtor Nível III, do qual fazia parte apenas ProdutorN, com repasse maior; Produtor Nível II, para aqueles que já apresentavam condições de solo e de produção compatíveis com a certificação orgânica, com repasse intermediário; e Produtor Nível I para os iniciantes, ainda em fase de conversão, ou com pouca área orgânica (ver Tabela 3.3, adiante) .

Nesse período, a ADAO efetua o repasse aos produtores de acordo com a área plantada de forma orgânica (conforme os custos de produção e necessidades dos produtores) e não pela quantidade de produtos cultivados e colhidos. Não há preço da cenoura, do cheiro verde, da couve... Há um conjunto de alimentos, que custaram X para serem produzidos, e cujos responsáveis pela produção merecem ser remunerados em Y (conforme os níveis).

Por essa sistemática, a “demanda” se define pelo número de associados consumidores; em termos de variedade, supõe-se que o planejamento da produção, espelhado na lista definida pelos consumidores, seria devidamente observado pelo grupo de produtores.

A campanha de filiação não acompanha o mesmo ritmo do aumento no número de produtores – ou seja, a “demanda” não acompanha a “oferta”, que quintuplica em poucos meses (o ano de 1998 fecha com a entrega de 68 mil quilos de hortaliças; em 1999 registra-se a entrega de 364 mil quilos, recorde não alcançado até hoje). Uma vez que toda a produção é dividida entre os associados, as cestas tornam-se enormes, pesadas, e ao final da distribuição ainda sobram produtos de excelente qualidade. O associado pode levar o quanto quiser, ou o quanto puder. O que aparentemente poderia ser visto como um sucesso da empreitada – abundância de produtos - na verdade revelava a feição da primeira e uma das mais graves crises que a ADAO teve que enfrentar.

O volume de produtos rateados por um número limitado de cestas faz com que muitos consumidores reclamem do desperdício. Vários consumidores acabam subdividindo suas cestas entre parentes e amigos, pagando uma única “cota” para a ADAO. Outro problema diz respeito aos produtos cultivados. Como a remuneração é feita por hectare, diz-se que alguns produtores começam a se dedicar aos produtos mais fáceis de lidar, menos suscetíveis a perdas (batata doce, por exemplo). Com isso, as cestas ficaram empobrecidas em termos de variedade, e mais pesadas do que o esperado. Uma tentativa de ajuste é introduzida. A remuneração deixa de se dar por área de horta orgânica e passa a se dar por quilo de produto. Mais uma vez, (conforme depoimento informal de um associado), o produtor responde com produção visando melhor remuneração – ao invés de observar a programação prevista, prefere cultivar espécies mais densas e volumosas (batata doce, repolho, abóbora), em detrimento das folhosas, mais leves e, portanto, de menor valor “por quilo”. (Sobre esses aspectos, ver análise do histórico de produção, item 3.9).

“Cada um que tinha um hectare, a gente recebia R\$ 1.950,00 por mês, independente do que mandasse. Na época, o ProdutorN era nível três, o dinheiro dele era bem mais alto, o ProdutorJ era nível 2, era muito produtor e passou a não produzir mais. Porque se ele mandasse cem caixas por semana, ou por mês, ele era nível 2, eu não me lembro na época de quanto, quanto é que passava de nível 1 pra nível 2. Era quase o dobro. Era por nível⁶². Aí, ele ganhava bem mais do que nós,

⁶² Nos controles fornecidos pela ADAO, pudemos observar um produtor ganhando R\$ 3.250,00 em maio de 1999; alguns (a maioria) ganhando R\$ 1.950,00 no mesmo período; e um produtor, com pouca oferta de produtos, ganhando R\$ 950,00 – valores de repasse ao produtor.

só que nós, teve uma época que nós tava produzindo muito bem e o ProdutorJ tava mandando, nós mandava 60 a 80 caixa por semana e ProdutorJ mandou 68 caixas durante o mês. Não se tocou mais de produzir. O negócio dele, tanto fazia ele mandar 100 caixas quanto mandar uma, o dinheiro dele era x. Aí os consumidor que tava pagando isso aí começaram a se doer. Porque tavam pagando por área. Se eu tivesse dois hectares eu ganhava quase R\$ 4 mil reais por mês. E sem produzir. Aí o que que fizeram. Arrumaram uma reunião e mudaram o esquema todinho. Ai cada um foi ganhar por aquilo que produzia. Aí foi aonde o pessoal caiu que não tinha produção pra cobrir. Aí fizeram a reunião: como fazer? Tinha que sair alguém. Quem tava na dívida que achava que não era certo”.(ProdutorS)

“Entregando ou não entregando a produção, o produtor recebia pelo seu hectare plantado. Os mais sérios e comprometidos mantinham a horta diversificada, mas alguns mais sabidos, se acomodava”
(ProdutorT)

O que se observa é que o número de adesões de consumidores de fato cresceu – não no ritmo desejável e esperado, mas cresceu. O problema é que o ritmo das desistências também cresceu significativamente. Por que o associado deixava aquela experiência tão rica? Naquele contexto, um dos principais motivos está explicitado no seguinte depoimento:

“Eu, e muitos outros sócios, saímos da ADAO porque faltou reciprocidade por parte dos produtores. Era só o ‘vinde a mim’, não havia penalidades para a falta de produção compromissada por eles... A falta de produção é só falta de planejamento, e as sobras reflete isso também. Só sobra demais se não se plantou de acordo com o planejado. Essa falta de planejamento (aliás, de execução do planejamento) se deve a essa postura paternalista por parte da ADAO de remunerar, independente da qualidade, variedade ou quantidade”.
(Ex-sócio da ADAO)

Pelo lado dos produtores, a situação não se mostrava exatamente bem sucedida na lógica do “vinde a mim” atribuída pelos críticos consumidores.

“Quando chegou a produção lá, não tinha consumidor. Aí foi aonde começou a ADAO a se afunilar. E aí, a gente foi se desgastando, e com as contas pra pagar. Aí a gente ia reclamar pra eles, eles falavam que não, que tava bom, que a gente tava ganhando bem. E a gente tando aqui no campo não achava .”(ProdutorT)

Com o desequilíbrio na proporção consumidor/produtor (o que, para o produtor significava “*muitas bocas para pouco pão*”), e com os problemas de “oportunismo” em relação ao sistema de remuneração por hectare plantado ou por peso de produtos, a diretoria finalmente propõe, em meados de 2000 (quando a associação completava três anos de existência), um “plano de demissão voluntária”, através do qual os produtores desistentes contariam com apoio para quitação de suas dívidas junto aos bancos. As reservas da ADAO, constituídas pelas cauções pagas pelos sócios são utilizadas nesse processo. Permanecem na ADAO apenas três produtores (ProdutorN, ProdutorL e ProdutorS). Um dos produtores “demissionários” dá o seguinte depoimento, cinco anos depois daquele período:

“Eles queriam tudo, na assembléia lá, perante os sócios, eles queriam tudo com planilha. Vamos supor, um mês tal, taqui o gasto seu, o apurado e o que sobrou. Só que a gente não tinha isso tudo em mãos. Eles nunca chegaram ao ponto de preparar a gente pra isso.

Aí foi aonde a gente foi pruma assembléia geral lá. Aí a gente discutiu, onde o menino do ProdutorS falou muito lá, que ia até sair, aquela coisa toda (o ProdutorD, que até hoje eu gosto muito dele que ele defendia muito a gente, era pela gente). Foi aonde a gente se desgostou, aí veio o ConsultorR com uma proposta pra quem quisesse sair, pagava as contas. Eu já tava com a minha quase toda quitada, aí nós saímos. (ProdutorT)

Dessa experiência, o ProdutorT tira suas conclusões relativas à natureza da relação promovida pela ADAO:

Só que depois que eu saí que eu fui entender o que era a ADAO. Hoje eu sei o que é a ADAO. A ADAO se limitou em 350 sócios, mas é uma associação de consumidor, não é de produtor. Os produtores ia se girar feito um boneco.

Depois que eu fui entender, que os consumidor lá na assembleia geral, se o produtor tá achando ruim que saia, nós bota outro bem ali pra produzir pra nós.

Se nós tivesse formado a nossa associação de produtor nós tinha força de chegar lá e reivindicar nossos direitos.

Teve gente que devia 4 mil real. E acho que eles pagaram. A única coisa boa que eles fizeram foi que eles se comprometeram de pagar. É tanto que até hoje, os produtor da ADAO, eles argumentam que ... a gente ter que dar graças a deus porque o ConsultorR assumiu o compromisso e eles produtores é que pagaram as contas da gente. Mas se for botar na ponta do lápis, ninguém pagou a conta de ninguém. Se eles pagaram é porque é uma coisa que eles vinham já devendo a cada um dos produtor.” (ProdutorT)

Essa avaliação é confirmada por um dos diretores que, relatando um “diálogo” com os produtores num momento de atrito, teria mandado um recado dizendo “primeiro, a ADAO não vai se acabar; segundo, se vocês quiserem deixar a ADAO não tem problema não. A gente arranja outros produtores” (Diretor).

Chama a atenção o enorme abismo que se abriu entre o urbano e o rural nesse episódio. Apesar de se relacionarem como associados, em nenhum momento, consumidores e produtores referem-se a “nós, associados”. Prevalece, ao contrário, a tensa polarização nós-eles. A referência é do não pertencimento associativo. Quando dizem “nós”, categorias sociais distintas são nitidamente delineadas:

“Ele [produtor] defendia muito a gente, era pela gente”, elogia o produtor, e reclama que “eles [consumidores] queriam tudo na planilha”.

A “postura paternalista da ADAO” diante da “[falta de] reciprocidade” denunciada pelo consumidor se coaduna com a percepção do produtor de que “é uma associação de consumidor, não é uma associação de produtor”.

E o ex-produtor vê confirmadas suas conclusões a partir do depoimento de um dos diretores, relatando o início da associação:

Todos os problemas a gente discutiu: a parte de produção, a parte de capacitação, a organização de uma instituição que ninguém sabia o que era, a parte relacionada ao levantamento da demanda – o que cada um consumia. Então a coisa partiu muito do lado do consumidor. Essa é a grande coisa, o grande sentido da ADAO é que ela partiu não foi do produtor. (Diretor)

Essa crise que se abateu sobre a ADAO provocou um certo desencantamento. O que antes parecia caminhar no rumo da harmonia e da estabilidade, mostrava-se complexo, delicado, com vários pontos de tensão.

Enquanto isso, tanto o produtor quanto o consumidor que ficam revelam outra forma de interpretar essa relação.

“Eu acho que pra quem cultua este ideal – é a cultura não só do comer, mas daquela coisa do agricultor e a consciência (eu acho tudo isso tão bonito, sou assim meio idealista). Eu acho que em nome disso aí, as coisas corriqueiras do dia a dia, da execução, do modus operandi, podiam ser relevadas. Tá entendendo? (Consumidora)

O que nós oferecemos de produtos para o consumidor da ADAO é com alto respeito, com alto critério na produção. Sabe? A gente aqui tem momento que passa até dificuldade, tem momento que tem prejuízo, porque não tem a produção, planta e não chega a produzir, dá uma murcha bacteriana, dá uma virose, falta água, alguma coisa desse tipo, mas nenhum artifício é usado pra obter vantagem, oferecer algum produto que não tenha qualidade de orgânico. (...) Isso é pelo respeito pelo trabalho digno, honestamente. (ProdutorN)

Com esses valores declarados por quem fica, a ADAO resiste.

Naquele período, em que tanto produtores quanto consumidores estavam descontentes, alguns daqueles produtores que saem da ADAO vão formar uma nova associação, a APOI – Associação dos Produtores Orgânicos da Ibiapaba.

Quadro 3.1. O desenvolvimento da agropecuária orgânica.

Com a saída dos produtores desistentes da ADAO, a idéia de se formar outra associação ganha forma na região da Ibiapaba. Com apoio de técnicos do BNB, que na verdade são também produtores rurais, surge a APOI, contando com vários dos desistentes (ou demitidos, como alguns se consideram) da ADAO. Porém, o caminho da comercialização escolhido é outro. Ao invés da relação direta com o consumidor, a APOI busca (ou é procurada por) um comprador de peso no mercado varejista – a rede de supermercados Pão de Açúcar. Através de uma empresa intermediadora (que recepciona, seleciona, embala, etiqueta e transporta), a APOI fornece toda sua produção para aquela rede, que distribui por algumas de suas lojas (oito filiais localizadas nos bairros de classe média e alta de Fortaleza).

Especula-se sobre as condições em que se encontram os produtores da APOI, particularmente em comparação com os da ADAO. Apesar de um contato inicial com alguns de seus membros, não obtivemos informações suficientes para efetuar tal avaliação. Soubemos que a maioria dos seus fundadores que eram oriundos da ADAO também saiu da APOI, após problemas de gestão em sua diretoria. Como estão se saindo? Que perspectivas lhes aguardam? Estarão melhores do que se constituíssem uma relação com o consumidor semelhante à estabelecida pela ADAO? O “intermediário” e as regras de mercado impostas pela rede varejista estarão submetendo os associados da APOI a condições de exploração? São questões cuja pertinência deve ser avaliada no desenvolvimento de outra investigação.

3.8.2. “É tudo da mesma família”.

A expressão, dita pelo ProdutorT, refere-se aos produtores que ficaram, e aos que foram entrando depois na ADAO após o “PDV”. Sem precisar prolongar suas considerações, a frase dita, da forma como foi dita, é a explicação encontrada por ele para os critérios que teriam sido utilizados pela ADAO para definir quem deveria sair e quem deveria ficar após o “PDV”. Deixa transparecer que teria havido favorecimentos decorrentes das relações de parentesco entre aqueles que se mantiveram na associação.

De fato, são todos da mesma família. Pais e filhos, irmãos e primos. E essa relação extrapola o círculo dos produtores, incluindo o setor de administração da ADAO.

Foi durante o processo de capacitação dos doze produtores para ampliação do quadro de produtores que ProdutorS (primo) e ProdutorP (pai de ProdutorL), ingressaram na ADAO.

Aos poucos, após o “PDV”, o número de produtores voltou a crescer, com o reingresso de ProdutorP (pai de ProdutorL) e de seus dois filhos (ProdutorM e ProdutorF). E assim se

estabilizou a ADAO em relação ao número de associados produtores, até 2006 – todos da mesma família.

Em torno de ProdutorL, o ingresso de seu pai e irmãos é quase que uma exigência da ADAO, já que seria incoerente a convivência numa mesma propriedade de produção orgânica e convencional.⁶³

Mas, mesmo entre produtores com laços de parentesco, a dificuldade de ingresso de novos produtores agora enfrenta resistências.

A única desavença que existe é quando você começa a querer introduzir outras pessoas no grupo. Mesmo da família! Aí, eles não gostam, não. A entrada do X e do Y, rapaz, olha, foi fogo! Eu agüentei porque, olha: ‘rapaz! Vai entrar! Por que que não entra? Eu dizia: ‘olha, se tivesse outro que você quisesse botar? Você ia ser contra isso? Qual é o argumento que vocês têm?’ O argumento é esse, que vai dividir a receita deles. É isso aí. (ex-diretor da ADAO)

O fato de serem aparentados não significa ausência de conflitos entre eles. Pelo contrário, várias manifestações de ProdutorN deixam transparecer que essas relações estariam prejudicando sua participação na ADAO. Questiona desde possíveis favorecimentos na distribuição (“minhas caixas são colocadas por baixo, são as últimas a serem distribuídas e acaba sobrando mais do meu do que dos outros”), desproporcionalidade entre o que é destinado aos produtores frente aos custos administrativos (“o salário daquele pessoal [SecretariaS é sua prima] sai da nossa produção”), até a falta de empenho por parte da gerência de distribuição [GerenteB é marido de SecretáriaS] em arregimentar mais associados (“se aquele pessoal recebesse por comissão, aposto que se mexiam pra arrumar mais associados. Agora, do jeito que está, salário fixo, arrumar mais associado pra que? É só mais trabalho pra eles”). O nível de tensão chegou a tal ponto que ProdutorN chegou a provocar uma reunião de diretoria para questionar a contabilidade da associação, certo de que havia desvio de dinheiro por parte da administração. A própria diretoria se sentiu sob suspeição. Após a reunião de esclarecimentos, com apresentação das contas e dos demonstrativos de

⁶³ Essa incoerência é verdadeira em parte. Os vizinhos de todos os produtores da ADAO praticam a agricultura convencional. Tive a oportunidade de testemunhar um desses vizinhos pulverizando e aplicando veneno em sua horta, cultivada a poucos metros da horta orgânica de um dos produtores da ADAO. Obviamente, seria inadmissível se essa prática fosse adotada pelos demais membros da própria família, no mesmo sítio, mas, do ponto de vista “técnico” e não “familiar”, a coerência alegada fica comprometida.

despesas, SecretariaS chegou a colocar seu emprego a disposição da diretoria, que a apoiou. Meses depois, conversando com ProdutorN, pude constatar o nível de desgaste existente entre eles. “Pode escrever aí: a ADAO vai ser dominada por aquele pessoal, o ConsultorR vai se cansar, e eles vão tomar conta e fazer tudo do jeito deles”.

Talvez, se não fossem da mesma família, essas considerações não teriam sido manifestadas com tamanha ênfase.

3.8.3. O ressurgimento da mercadoria⁶⁴

Acomodada a situação de excesso de produtores (e de produção) um novo sistema é discutido e implementado (em 2000, após o “PDV”). Criam-se duas modalidades de distribuição: a Cesta Básica Mínima – CBM e Escolha Livre. Optando pela CBM, o associado recebe um conjunto de produtos estabelecidos previamente conforme a produção. O optante por essa modalidade paga uma mensalidade fixa, e continua com a comodidade de encontrar sua cesta (caixa plástica) pronta para ser levada, mas agora com uma composição mais adequada ao seu padrão de consumo.

Quadro. 3.2. Composição da CBM:

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">- 2 variedades de folhagens, sendo sempre 2 pés de alface e mais uma folhagem (repolho, espinafre, acelga, etc.);- 2 de “raízes”, sendo sempre cenoura acompanhada de batata doce, ou macaxeira, ou beterraba, etc.;- 3 de temperos, sendo 1 molho de cada, como salsinha, coentro, cebolinha, manjeriço, etc.;- 3 de frutos, como chuchu, pepino, pimentão, vagem, quiabo, abobrinha, etc. |
|--|

A outra modalidade é a Escolha Livre. Os produtos agora são classificados por categorias de preço. Inicialmente são estabelecidas três categorias, de acordo com o peso, produtividade e custos de produção (o quilo de produtos mais pesados e produtivos, como a mandioca, por exemplo, são mais baratos do que o quilo de produtos mais leves, menos produtivos e mais complicados de se produzir, como as folhosas e o tomate). O associado paga um valor fixo que lhe dá um saldo a ser convertido em quilos das diversas categorias. Caso ultrapasse o valor da mensalidade, o excedente será cobrado no boleto do mês seguinte. Caso não utilize todo o saldo, este se acumula.

Quadro 3.3. Categorias de preço

Categoria I: R\$ 1,00 (kg) – batata doce, capim santo, chuchu, laranja, macaxeira, melancia, milho com palha;
Categoria II: R\$ 1,50 (kg) – abóbora, banana, acelga, coco seco, jiló, mamão formosa, pepino;
Categoria III: R\$ 2,00 (kg) – abacate, abobrinha, acerola, berinjela, beterraba, cebola, cenoura, goiaba, limão, mamão Havaí, manga, pimenta de cheiro, rabanete, repolho verde, salsão/aipo, tamarindo c/ casca, tangerina;
Categoria IV: R\$ 3,40 (kg) – alfaces, batata inglesa, brócolis ramoso, caju, carambola, chicória, couve folha, escarola, espinafre, feijão seco, hortelã, inhame, manjeriço, maracujá, mastruz, maxixe, pimentão, quiabo, repolho roxo, sapoti, vagem, tomate;
Categoria V: R\$ 4,50 (kg) – agrião, alho poro, bardana, brócolis de cabeça, cebolinha, coentro, couve flor, rúcula, salsa.

Tabela 3.1. Modalidades de contribuição para a opção “Escolha Livre”(*)

Núcleos	Escolha Livre – Opções de pagamento		
	Opção 1	Opção 2	Opção 3
Água Fria	R\$ 37,50	R\$ 62,50	R\$ 82,50
Aldeota(**)	R\$ 41,00	R\$ 66,00	R\$ 86,00
Cota mensal em produtos	R\$ 35,00	R\$ 60,00	R\$ 80,00

(*) Dados atuais, considerando os dois pontos de distribuição em funcionamento. O acréscimo de R\$ 2,50 para os associados do núcleo Aldeota se deve a despesa com aluguel do ponto.

(**) Núcleo inaugurado em 2001, com distribuição às terças-feiras, primeiramente em um espaço cedido por um tradicional ponto de comércio de hortaliças (Mercadinho Japonês), mas que não foi bem aceito (espaço restrito, local de difícil estacionamento); posteriormente, passou para um local alugado em sociedade com Valter, onde inaugura loja de produtos naturais (Quitanda Verde) e se torna o primeiro sócio pessoa jurídica da ADAO, adquirindo cestas e comercializando para consumidores não sócios. Aproximadamente 30% dos associados passam a buscar sua cesta nesse segundo endereço. A ADAO assume 70% das despesas do ponto, apesar de utilizá-lo apenas uma vez por semana. Recentemente, nova negociação foi feita, tornando mais equitativo o rateio das despesas. A ADAO está procurando outro ponto de distribuição.

Por conseguinte, a remuneração do produtor não mais se dá por hectare orgânico cultivado. Agora ele é remunerado pelos quilos (ou cestas) produzidos e consumidos. A administração fica mais sofisticada. A Gerência de Distribuição envia a cada produtor, no dia anterior à distribuição (que ocorrem às terças e sextas-feiras), o pedido contendo as quantidades dos produtos demandados, para a modalidade CBM e Escolha Livre. Com o tempo, estabilizado o número de associados consumidores em torno de 400, esses pedidos praticamente não se alteram, à exceção de período de férias, por exemplo, quando diminui significativamente a presença (e a demanda) do consumidor.

Cada produtor entrega sua produção em caixas de determinada cor que o identifica. A gerência de distribuição confere e pesa os produtos por cor (por produtor), prepara as CBM e organiza a exposição dos produtos para os associados optantes da Escolha Livre. Ao final, as sobras são pesadas e rateadas proporcionalmente entre os produtores relacionados com aqueles produtos. O volume do que foi comercializado igualmente é rateado proporcionalmente entre os produtores que forneceram os produtos determinados, e o resultado financeiro (mensalidades equivalentes aos optantes da CBM, mais as mensalidades e eventuais saldos dos optantes pela Escolha Livre) é rateado entre a administração e os produtores (meio a meio, via de regra). Na administração estão incluídos os custos dos funcionários, do gerente de distribuição, do frete (que é feito em caminhão do ProdutorN⁶⁵) e das despesas operacionais (contas, despesas bancárias, materiais administrativos, etc.). Constitui-se ainda, um fundo de reserva, utilizado para cobrir despesas extraordinárias, mas principalmente para custear despesas dos produtores⁶⁶.

Assim, o associado continua pagando ao produtor uma cota mensal [parte fixa (CBM e opções de pagamento); parte variável (excedente de consumo na Escolha Livre)]. Preserva-se, portanto, a lógica da antecipação da demanda (ou seja, da remuneração antecipada mediante demanda previamente estabelecida), a relação de confiança na remuneração justa e constante, sem flutuações típicas do mercado. No entanto, ao se estabelecer a “liberdade de escolha” e a valorização diferenciada dos produtos conforme atributos específicos (e não mais mediante pacto de necessidades de quem produz e de quem consome), ao se remunerar o produtor pela quantidade vendida (ou melhor, distribuída), a noção de ressurgimento da mercadoria é inevitável – ao produtor, principalmente, ganha mais quem “vende” mais, das categorias mais valorizadas “pelo mercado” – os sócios consumidores.

Aproximadamente 30% dos associados optam pela CBM (mais cômoda, basta passar e levar, não precisa ficar escolhendo, não precisa chegar cedo pois não há risco de acabar o que já está

⁶⁵ Apesar de, em princípio, tratar-se de ressarcimento de custos, o valor repassado a ProdutorN a título de frete é significativo, da ordem de três mil reais/mês segundo um dos diretores, o que confere mais um diferencial na relação da ADAO com o mesmo.

⁶⁶ Esse fundo, constituído com o dinheiro cobrado dos associados a título de caução e dos saldos da contabilidade mensal da ADAO, é emprestado ao produtor a 1% ao mês de juros. Estabelecem um acordo com fornecedor da região da Ibiapaba, e o pagamento das despesas efetuadas se dá diretamente pela administração da ADAO junto ao dono do estabelecimento, mediante apresentação de nota de compra, sem haver repasse de dinheiro para o produtor. As principais despesas referem-se a sementes e produtos naturais de combate a pragas. Os valores emprestados são parcelados e descontados diretamente no repasse mensal de cada produtor (desconto em folha...). Ou seja, a ADAO acaba assumindo o papel de uma agência de micro-crédito informal.

na cesta), e 70% migram para a Escolha Livre (que preferem o consumo de acordo com as necessidades, a possibilidade de escolher na quantidade e variedade desejadas). Essa sistemática não foi implantada sem controvérsias. Ela tinha o mérito de equacionar os principais problemas apresentados pelo modelo anterior – possibilitava a satisfação dos consumidores que queriam adquirir quantidades variadas, proporcionava uma remuneração mais adequada e coerente com a produção obtida por produtor, e não mais por área plantada, as categorias de produtos estimulavam os produtores a investirem naqueles mais nobres, difíceis de produzir, porém mais valorizados, satisfazendo ainda mais os consumidores. Entretanto, sócios mais antigos não deixaram de questionar o afastamento de alguns dos princípios que norteavam a ADAO – a valoração dos produtos e a venda a quilo estariam tornando a ADAO mais um “varejão” como qualquer outro. A lógica do orçamento anual e pacto consumidor-produtor estaria se perdendo.

Quadro 3.4. Demonstrativo de prestação de contas da ADAO.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ADAO – MAIO DE 2006
<p>1. Receitas: R\$ 42.336,15 (saldo fundo de caixa: R\$ 57,86)</p> <p>1.1. Adesão e caução – R\$ 479,03</p> <p>1.2. Devolução (adiantamento aos produtores) – R\$ 2.355,00</p> <p>1.3. Contribuição dos produtores local – R\$ 927,41</p> <p>1.4. Receitas diversas (boleto bancário, aluguel, M/J, saldo cota, venda das sobras, mensalidades do mês e em atraso) – R\$ 38.574,71</p>
<p>2. Despesas: R\$ 34.949,15</p> <p>2.1. Repasse aos produtores – R\$ 16.893,29</p> <p>2.2. Distribuição (aluguel espaço, sacolas plásticas, serviços de distribuição, transporte dos produtos) – R\$ 10.110,15</p>
<p>2.3. Pessoal (salários, alimentação, transporte e encargos) – R\$ 4.805,19</p> <p>2.4. Despesas fixas (Cagece, Coelce, Telemar, seg. eletrônica e manut. Info.) – R\$ 623,23</p> <p>2.5. Investimento (memória e impressora 1/3) – R\$ 390,67</p> <p>2.6. Visita técnica (transporte e hospedagem) – R\$ 150,00</p> <p>2.7. Ressarcimento de caução (em produtos) – R\$ 260,00</p> <p>2.8. Despesas financeiras (liquidação de título e CPMF) – R\$ 811,83</p> <p>2.9. Despesas diversas (mat. consumo, serviço de manutenção Sede, outros) – R\$ 885,79</p>
<p>Saldo em 31/05/2006 – C/C: R\$ 10.423,21</p> <p>Saldo fundo de caixa: R\$ 108,00</p>

Fonte: ADAO, 2006. (anexo ao boleto bancário do mês 5/2006)

Prevaleceu, entretanto, o senso de que os problemas decorrentes da aplicação “textual” da filosofia inviabilizariam a ADAO – sócios desistiam no mesmo ritmo das novas adesões. Tanto produtores quanto consumidores estavam descontentes. Os produtores consideravam pouco estimulante a remuneração por hectare. Os consumidores reclamavam do volume das cestas e da pouca variedade de produtos. Vários associados permaneciam na ADAO por falta de opção, outros desistiam.

Com a nova sistemática adotada, a remuneração dos produtores melhorou significativamente. Os associados, de um modo geral, pareciam mais satisfeitos. Há uma estabilização nos processos. Os problemas agora são de natureza “administrativa” - sócios reclamam das filas para pesagem dos produtos. Os controles de saldos dos associados geram atritos. Os momentos de distribuição, antes uma oportunidade para confraternização e troca de idéias, passam a ser desgastantes e estressantes, principalmente para SecretáriaS e o pessoal da distribuição, sobre quem acabam recaindo as reclamações.

3.8.4. O excedente de produção gera lucro?

Aparentemente contraditório, as sobras de produção fazem parte da estratégia que confere sustentabilidade à ADAO. A produção orgânica é mais suscetível a perdas do que a produção convencional. Na ocorrência de alguma doença ou praga inesperada, os produtos químicos de amplo espectro de ação não podem ser utilizados. Assim, na agricultura orgânica, planta-se no mínimo 20% a mais do que o previsto para a comercialização, e seus custos estão incluídos no orçamento da ADAO⁶⁷. Na medida em que não aconteça nenhum imprevisto, o excedente de produção é inevitável e precisa ter uma destinação nobre.

Uma vez que toda a produção havia sido custeada pelos sócios, ela pertencia aos associados - não fazia sentido vender o excedente, já que a lógica não era a do mercado convencional. Não havendo consumo suficiente, decidiu-se, então, pela doação para instituições assistenciais de Fortaleza.

A lógica da “oferta e procura”, característica do mercado capitalista não prevalece – ou seja, não há barateamento da cesta (queda de preços dos produtos) devido ao excesso de produção,

⁶⁷ No caso da agricultura convencional, cuja produção é comercializada no mercado formal, as sobras (que se verificam diariamente nos CEASAS) são decorrência das incertezas próprias do sistema (relação de oferta e procura).

ao passo que aquelas cenas de protestos de produtores queimando, destruindo ou espalhando no asfalto a produção por falta de preço no mercado, no caso da ADAO não ocorre.

Mas isso não significa ausência de conflito. O consumidor enxerga no excesso de produção, falta de cumprimento do planejamento, principalmente quando faltam algumas variedades que gostaria de dispor, ao lado do excesso de outras que não lhe interessam tanto.

Faltam frutas, a gente compra no supermercado pra complementar.
(Consumidora)

O produtor, ao ver seu produto sendo doado, quando poderia estar “lucrando”, na medida em que gastou recursos, tempo e trabalho, sente-se incomodado. As possibilidades de crescer economicamente se frustram com as sobras não remuneradas.

Nesse contexto, a quem pertence a produção excedente, afinal?

O pagamento antecipado da produção por parte do consumidor – no início da associação – ou da mensalidade equivalente ao volume de hortaliças requerido e pactuado com o produtor – acaba provocando reações de parte a parte que merece uma detida reflexão, especialmente sob a ótica da economia solidária.

Do lado do consumidor, o pagamento da mensalidade representa a “compra antecipada” da produção. Vale dizer, tudo o que vier a ser produzido em decorrência do recurso advindo do consumidor, a ele pertence – tudo!

Do ponto de vista do produtor, na medida em que a remuneração deixa de se dar por hectare (orçamento fixo), mas por quilos de produto efetivamente consumidos (classificados nas categorias de preços e “vendidas”⁶⁸), as sobras deixaram de pertencer ao associado consumidor – ele só está pagando pelo que consumiu!

Fica claramente explicitado o paradoxo da dualidade estabelecida entre economia de mercado e economia solidária nessa situação.

O que se observa, na prática, entre os produtores e consumidores associados, é uma **disputa pelas sobras** (excedente de produção).

⁶⁸ Essa lógica é mais diretamente compreensível na opção da Escolha Livre, mas mesmo no caso da CBM, o raciocínio que predomina é o mesmo – o consumidor está pagando por dez produtos que consome semanalmente.

O consumidor enxerga nas sobras, a garantia de que não haverá escassez – ou se houver, que ele será “atendido” prioritariamente. Por essa visão, nenhuma comercialização externa à ADAO pode ocorrer se o abastecimento do consumidor não estiver plenamente satisfeito. Como ele “nunca” está satisfeito (diante do risco – até hoje não observado - de pagar e não receber), o produtor fica “proibido” de comercializar excedentes para outros que não os associados.

O produtor, mesmo compreendendo essa lógica, se vê incomodado com as sobras – na roça, porque, por segurança ele plantou a mais e não foi solicitado pela distribuição; ou na distribuição, porque compareceram menos consumidores do que o previsto (ou não “compraram” os produtos enviados naquela semana). O que fazer?

Pelo produtor, dar para os porcos e incorporar de volta à terra como adubo orgânico são os destinos mais imediatos que alegam dar para as sobras.

Pelo consumidor, doar para instituições de caridade já foi a alternativa mais nobre e coerente que foi concebida, no início da associação.

Posteriormente, a admissão de um sócio *pessoa jurídica* foi aceita – o gerente de distribuição, deixando essa função, e abriu uma empresa de comércio de produtos naturais, passando a adquirir algumas cestas da ADAO para revenda.

Na vaga de gerente de distribuição, GerenteB assume a função também com personalidade jurídica própria. Abre sua própria empresa e esta é contratada pela ADAO, com a responsabilidade de manter a distribuição, podendo dispor das sobras para comercializar no mercado convencional. Outros contatos com pessoas jurídicas foram tentados (restaurante natural), porém a experiência não foi muito animadora (inadimplência nas mensalidades).

3.8.5. O tomate (*pomo d'oro ou pomo da discórdia?*)

O tomate permanece sendo, até hoje, o pomo da discórdia entre produtores, diretores e consumidores. É um dos produtos mais difíceis de se produzir de forma orgânica, ao mesmo tempo em que é um dos principais itens de consumo requeridos pelo consumidor. Por conta dessa demanda, a ADAO chegou a financiar (com arrecadação extraordinária nas

mensalidades pagas pelos consumidores) a construção de estufas especificamente voltadas para a produção do tomate⁶⁹.

Figura 3.5. Estufas para produção orgânica da ADAO.



Fotos: Arthur Yamamoto.

Foto 10 (acima) – A maior estufa da América Latina (0,9 ha), no sítio de ProdutorN

Foto 11 (no destaque) – Preparativos para cobrir área com tela de proteção contra insetos, em área a ser cultivada com tomate, no sítio do ProdutorL.

Mas ao mesmo tempo em que o produtor reconhece o desejo do consumidor em dispor do tomate em sua cesta, enxerga nas críticas que lhe chegam por não estar conseguindo produzi-lo, uma demonstração de desconfiança, de acusação.

⁶⁹ O ambiente protegido, seja em estufa ou telado, é uma das únicas formas que o produtor orgânico encontra para minimizar o ataque de pragas no tomateiro, altamente suscetível.

Assim, as estufas são recebidas também com desconfiança.

A questão pessoal prevalece nessas situações. É uma coisa do ser humano. Você está falando uma coisa, mas o outro não está raciocinando sobre as suas palavras, mas sobre aquilo que ela acha que você está pensando enquanto está dizendo aquilo. Se ela já criou uma imagem de você, já te considera com uma determinada intenção, nada do que você disser vai ser recebido sem essa interpretação.
(DiretorM)

Essa fala, dita em resposta à pergunta sobre porque as estufas até hoje não funcionam⁷⁰ adequadamente, indica o esgarçamento da relação de confiança entre o produtor e a direção da associação, naquele momento de dificuldades – diga-se, de cobrança pelo cumprimento do *pacto consumidor-produtor* em relação ao tomate. Interessante constatar que, após as estufas se perderem, os produtores, por iniciativa própria, investem em estruturas semelhantes, preocupados em responder à demanda do consumidor.

3.9. Terra, trabalho e....

A constituição da ADAO no Estado do Ceará provocou impactos que provavelmente seus diretores não esperavam. A produção de hortaliças dos mais variados tipos contribuiu para a diversificação do hábito alimentar dos cearenses de Fortaleza, e alterou profundamente o perfil de consumo de hortaliças no âmbito estadual. Os dados comparativos de produção comercializada na CEASA de Maracanaú com a produção distribuída pela ADAO a seus associados revelam esse impacto (Tabela 3.2).

Por exemplo, o volume de espinafre e rabanete produzidos pela ADAO corresponde a 603% e 507% da produção comercializada na CEASA, em 2005, respectivamente. Mesmo no caso de uma folhosa mais comum como a couve, a produção da ADAO representou 36% a mais de toda a produção comercializada em 2003. No caso de alface, a produção da ADAO em 2004 correspondeu a 9% da produção comercializada. São números muito expressivos, principalmente se considerarmos que essa produção provém de apenas cinco produtores.

⁷⁰ Nenhuma explicação direta e objetiva foi dada para essa situação. “O vento derrubou tudo” explica um produtor, “e não tivemos condições para reconstruir”. “O produtor não aceitou, não se interessou” diz um ex-diretor. O consumidor continua cobrando a reciprocidade em relação ao dinheiro emprestado, na forma de tomate em sua cesta.

A ADAO responde por pouco mais da metade das hortaliças orgânicas produzidas no Ceará (a APOI produziu 199 toneladas em 2004, enquanto a ADAO produziu 212 toneladas no mesmo período⁷¹), contribuindo com a mudança do hábito alimentar e com a diversificação da oferta de alimentos orgânicos – são quase dez anos sem falhar uma semana sequer.

Por outro lado, o histórico de produção da ADAO revela que muitas das afirmações apresentadas pelos consumidores, e mesmo pelos produtores, no momento da “crise” por excesso de produção, não se justificam. Não se percebe a diminuição significativa de nenhum produto ao longo dos anos – não há “boicote” às folhosas, como muitos afirmaram. O que houve foi o aumento exagerado na produção de alguns produtos específicos (chuchu, por exemplo), tornando a cesta desproporcional – e confirmando a falta de planejamento na produção (ou de obediência ao planejado).

Diante dessa constatação, é de se supor que as reclamações referentes ao excesso de volume e escassez de variedades poderiam ter sido evitadas, ou minimizadas, se fossem mantidas as proporções desejadas pelos consumidores em suas cestas – e o excedente de produção comercializado no mercado convencional, por exemplo. Tanto é assim que, após a saída dos produtores (pós “PDV”), os níveis de produção dos principais produtos permaneceram os mesmos de antes da “explosão de oferta”, sem maiores reclamações por parte dos consumidores (à exceção do tomate, como veremos adiante).

Outro aspecto interessante, o excesso de produção não produziu um dos efeitos típicos de mercado – e que, naquelas circunstâncias talvez fosse salutar admitir – a contribuição dos associados não sofreu redução (ou seja, os produtos não ficaram mais baratos para o consumidor). Pela lógica da Agricultura Motivada pela Comunidade, esse fenômeno não deveria acontecer. É justamente para fugir dessas cruéis oscilações impostas pela “lei da oferta e da procura” que associações como a ADAO se constituem. Ou seja, a rigidez de critérios (distribuir tudo o que se produz, não comercializar fora do círculo de associados) com que a associação se portou diante da situação de crise de oferta (e de renda para os produtores), não promoveu reações de “defesa” dos produtores. Considerando que esses princípios, logo após o “PDV”, foram adaptados (Escolha Livre, admissão de pessoa jurídica, etc.), com remuneração dos produtores não mais por área plantada, mas por peso de produtos

⁷¹ Jornal O POVO, de 30 de maio de 2005.

distribuídos, mais uma vez ficam as dúvidas em relação a como estariam aqueles produtores demissionários se tais modificações tivessem ocorrido antes de seu desligamento.

E ainda: qual teria sido a reação dos associados consumidores se o valor dos quilos de produtos fossem reduzidos, diante da oferta crescente? Qual teria sido o incremento no número de associados se as taxas de adesão, caução e contribuição mensal diminuíssem proporcionalmente ao nível de produção alcançado pelos produtores? Em suma, como teria sido a evolução da ADAO se a crise de excesso de oferta (e de produtores a remunerar) fosse enfrentada de forma mais flexível do que o “PDV”? Não há como responder a essas questões, mas a reflexão sobre os fatos ocorridos devem servir para revelar as contradições, as possibilidades e limitações do associativismo urbano-rural nos moldes da Agricultura Motivada pela Comunidade.

Em relação à remuneração dos produtores, a Tabela 3.3 demonstra dois aspectos interessantes. O primeiro é que, de fato, o ProdutorN foi fortemente privilegiado nos primeiros anos de existência da ADAO. Mesmo com produção semelhante, outros produtores recebiam repasse menor de recursos. Com a alteração no sistema de repasse, ProdutorN é rapidamente superado por outros produtores. De qualquer forma, o nível de renda médio mensal dos produtores da ADAO é notório (mesmo considerando se tratar de renda bruta, devendo ser subtraídas as despesas com mão de obra e insumos).

Tabela 3.2. Comparativo dos principais produtos distribuídos pela ADAO e comercializados pela CEASA de Maracanaú-CE.

HORTALIÇAS	1999 comparado			2000 comparado			2001 comparado			2002 comparado			2003 comparado			2004 comparado			2005 comparado		
	CEASA	ADA	%	CEASA	ADA	%	CEASA	ADA	%	CEASA	ADA	%	CEASA	ADA	%	CEASA	ADA	%	CEASA	ADA	%
alho poro	0,0	10,4	-	-	2,2	-	-	4,1	-	-	4,4	-	-	3,9	-	-	3,3	-	-	3,2	-
Brócolis	0,1	1,9	1900,0	-	1,4	-	-	1,7	-	-	1,0	-	-	4,0	-	-	3,3	-	-	2,7	-
Rúcula	0,0	4,7	-	-	2,1	-	-	1,8	-	-	1,8	-	-	3,5	-	-	2,2	-	-	2,4	-
Chicória/escarola	0,0	0,0	-	-	-	-	-	0,5	-	-	0,4	-	-	0,1	-	-	0,1	-	-	0,3	-
espinafre	0,0	18,8	-	-	3,4	-	4,7	5,1	108,9	0,4	5,8	1458,0	16,4	4,5	27,5%	0,2	3,8	1875,5	0,7	4,2	603,0
salsa/salsão	0,6	7,3	1216,7	-	3,9	-	11,4	3,6	31,8	0,1	2,7	2656,8	10,0	4,7	46,8%	2,5	2,7	106,4%	0,8	1,7	215,2
agrião	0,0	0,3	-	-	1,0	-	-	0,4	-	-	0,3	-	-	0,8	-	9,2	0,5	5,0%	0,3	0,6	214,7
couve	582,9	10,1	1,7%	319,8	4,6	1,5%	105,5	2,6	2,5%	7,5	2,6	34,2%	2,1	2,9	136,1%	8,0	2,9	36,5%	9,4	2,4	25,5%
couve-flor	393	8,4	2,1%	184,6	1,0	0,5%	129,5	3,1	2,4%	206,6	2,1	1,0%	292,0	2,7	0,9%	74,8	2,6	3,4%	54,8	3,3	5,9%
alface	212,7	20,8	9,8%	180,2	24,9	13,8	383,3	26,4	6,9%	446,8	23,5	5,2%	603,2	34,6	5,7%	340,4	30,8	9,0%	747,9	31,3	4,2%
acelga	590,5	13,9	2,4%	395,2	4,7	1,2%	247,4	3,7	1,5%	316,1	4,3	1,4%	497,3	17,7	3,6%	253,5	9,4	3,7%	319,7	8,2	2,6%
coentro	671,9	6,1	0,9%	587,0	3,5	0,6%	695,9	3,2	0,5%	751,0	5,3	0,7%	638,3	4,6	0,7%	637,7	3,9	0,6%	514,6	4,7	0,9%
cebolinha	705,2	0,1	0,0%	640,8	0,6	0,1%	724,1	3,3	0,5%	715,6	6,8	1,0%	698,6	4,5	0,6%	667,9	4,4	0,7%	545,7	3,6	0,7%
A) flores e folhas	3156,9	102,8	3,3%	2.307,6	53,3	2,3%	2.301,8	59,4	2,6%	2.444,1	60,9	2,5%	2.757,9	88,5	3,2%	1.994,2	69,7	3,5%	2.193,9	68,7	3,1%
Vagem	215,9	2,4	1,1%	188,3	7,3	3,9%	107,7	4,7	4,4%	79,6	2,2	2,8%	78,8	2,9	3,6%	35,4	3,6	10,2%	39,9	3,9	9,7%
Berinjela	563,3	20,8	3,7%	258,0	8,4	3,2%	102,7	5,4	5,3%	66,8	3,4	5,1%	85,5	5,5	6,5%	32,5	4,1	12,6%	52,4	4,0	7,7%
Abobrinha	153,1	20,1	13,1%	62,1	4,8	7,7%	31,5	3,6	11,6	78,2	1,0	1,2%	57,4	4,0	6,9%	77,4	3,3	4,2%	103,6	5,0	4,8%
Quiabo	65,4	0,4	0,6%	51,4	1,2	2,3%	74,6	1,0	1,3%	57,0	0,1	0,1%	79,3	0,6	0,7%	60,0	1,7	2,9%	45,9	2,2	4,8%
Pepino	1376,3	12,3	0,9%	862,8	7,1	0,8%	503,4	4,6	0,9%	436,9	2,9	0,7%	780,9	4,0	0,5%	349,2	7,5	2,1%	468,8	6,9	1,5%
Jiló	136,3	0,0	0,0%	78,4	-	0,0%	77,4	0,0	0,1%	45,7	0,5	1,0%	63,2	0,4	0,6%	37,4	0,0	0,0%	11,5	0,2	1,5%
milho verde	4756,7	9,8	0,2%	2.116,8	2,7	0,1%	1.278,3	2,0	0,2%	1.700,0	5,1	0,3%	2.399,2	4,1	0,2%	1.844,3	2,8	0,2%	1.353,5	3,9	0,3%
Chuchu	7407,1	27,7	0,4%	6.240,7	32,0	0,5%	5.994,0	21,6	0,4%	5.170,3	20,2	0,4%	5.753,0	19,6	0,3%	6.684,3	21,0	0,3%	5.961,6	16,3	0,3%
Repolho	4318,3	13,8	0,3%	3.081,8	16,7	0,5%	3.688,5	8,6	0,2%	3.401,5	11,0	0,3%	4.205,6	13,5	0,3%	5.578,0	9,5	0,2%	6.743,8	9,8	0,1%
Abóbora	4.209,1	5,4	0,1%	3.777,5	2,7	0,1%	4.429,5	0,7	0,0%	4.050,3	0,9	0,0%	4.087,3	1,1	0,0%	3.428,4	1,6	0,0%	3.862,1	3,2	0,1%
Pimentão	4223,4	22,3	0,5%	3.268,8	3,5	0,1%	3.418,6	3,7	0,1%	3.226,0	2,2	0,1%	3.903,1	3,6	0,1%	3.821,6	2,8	0,1%	4.833,9	3,1	0,1%
pimenta cheiro	350,9	0,4	0,1%	245,4	0,0	0,0%	279,3	-	0,0%	213,5	-	0,0%	281,1	0,4	0,1%	355,3	0,2	0,1%	332,0	0,1	0,0%
Maxixe	223,9	0,6	0,3%	127,7	0,0	0,0%	165,0	-	0,0%	209,0	-	0,0%	201,3	-	0,0%	122,7	0,0	0,0%	144,3	0,0	0,0%
B) frutos	27999,7	136,0	0,5%	20.359,7	86,4	0,4%	20.150,5	56,1	0,3%	18.734,8	49,4	0,3%	21.975,7	59,6	0,3%	22.426,5	58,2	0,3%	23.953,3	58,5	0,2%
Rabanete	0,0	8,9	-	-	1,5	-	-	1,3	-	-	1,8	-	0,2	2,2	1088,0	1,2	1,4	116,3%	0,3	1,5	507,8
Macaxeira	1116,6	2,3	0,2%	1.103,2	9,2	0,8%	780,1	7,9	1,0%	600,8	4,6	0,8%	839,0	3,5	0,4%	1.083,6	6,9	0,6%	1.107,8	13,1	1,2%
Cenoura	8275,2	25,6	0,3%	8.000,5	28,6	0,4%	7.967,8	31,9	0,4%	7.441,4	30,5	0,4%	8.431,8	32,2	0,4%	8.487,4	27,5	0,3%	9.726,4	27,3	0,3%
batata doce	4215	19,0	0,5%	4.002,7	19,2	0,5%	3.756,5	5,7	0,2%	3.748,5	15,9	0,4%	5.136,6	9,5	0,2%	3.920,8	10,6	0,3%	4.457,7	8,4	0,2%
Beterraba	5587,3	6,9	0,1%	4.792,1	5,1	0,1%	4.734,5	7,6	0,2%	4.667,1	7,5	0,2%	5.127,6	7,4	0,1%	4.953,5	4,9	0,1%	4.962,3	4,3	0,1%
C) raízes	19194,1	62,7	0,3%	17.898,5	63,6	0,4%	17.238,9	54,4	0,3%	16.457,8	60,4	0,4%	19.535,2	54,7	0,3%	18.446,5	51,3	0,3%	20.254,5	54,6	0,3%
Total (A+B+C)	50.350,7	301,5	0,6%	40.565,8	203,3	0,5%	39.691,2	169,9	0,4%	37.636,7	170,7	0,5%	44.268,8	202,8	0,5%	42.867,2	179,2	0,4%	46.401,7	181,8	0,4%

Figura 3.6. Evolução de produção dos principais produtos da ADAO (1998-2005).

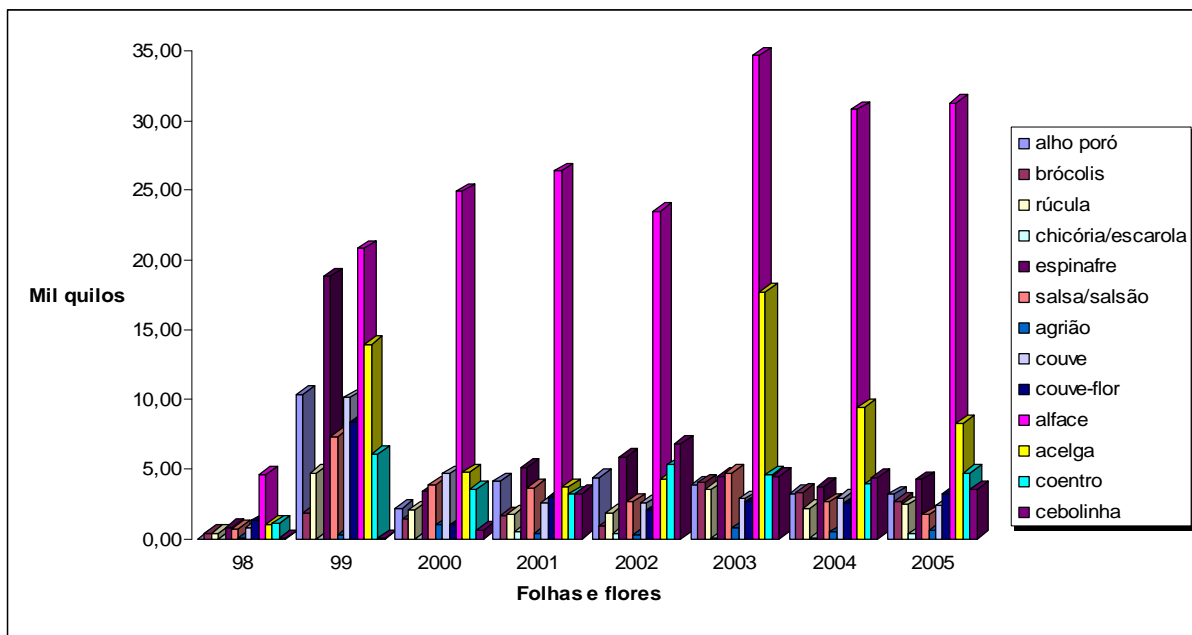
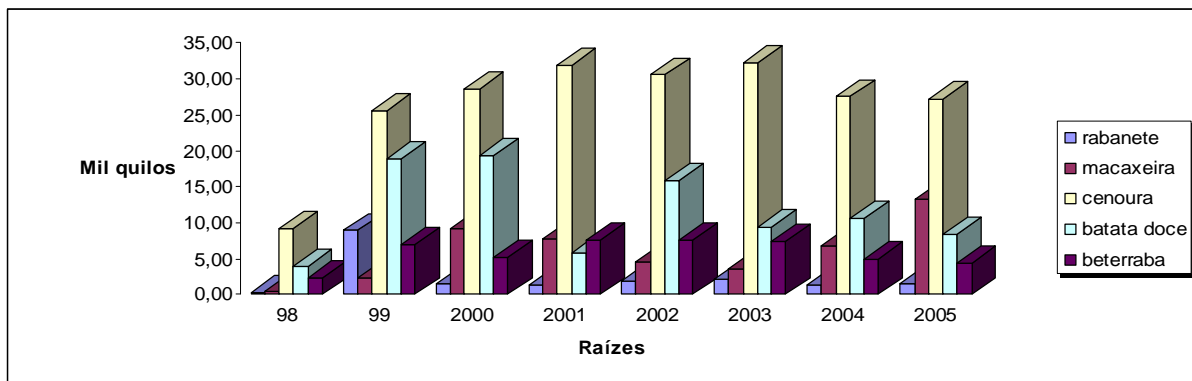
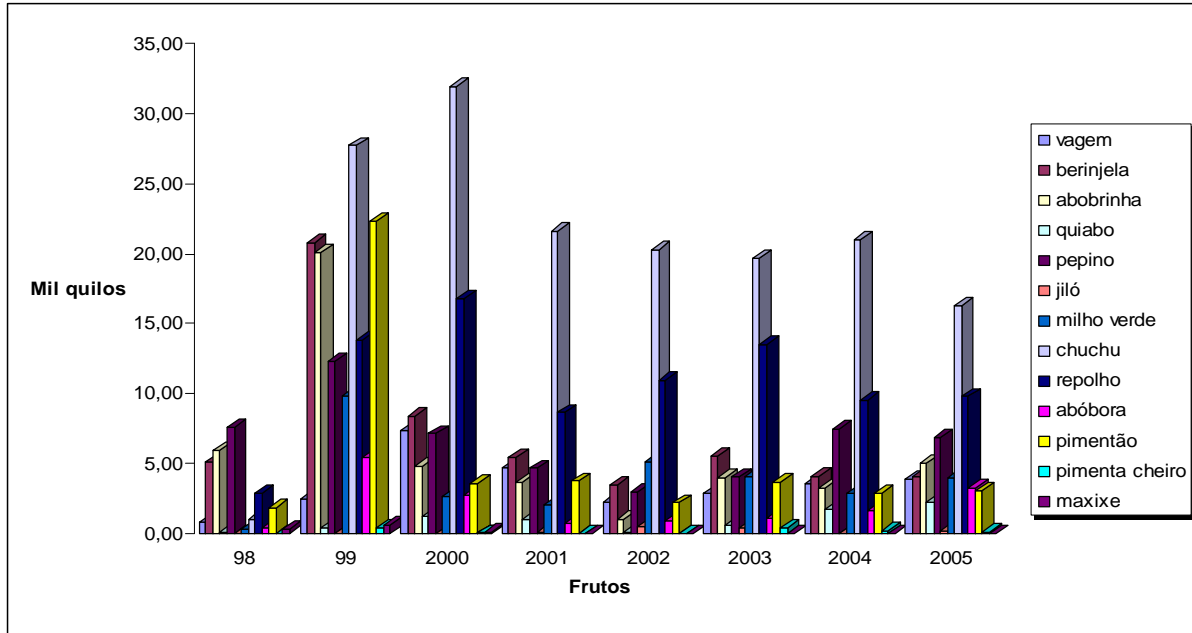


Tabela 3.3. Repasse mensal (R\$) a quatro produtores associados da ADAO (1997-2005).

Ano	Produtor	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL	Média
1997	ProdutorN				1.200,00	495,00	1.295,00	500,00	1.060,00	2.830,00	1.860,00	1.945,00	2.345,60	13.530,60	1.503,40
1998	ProdutorN	2.480,00	2.480,00	2.480,00	2.480,00	2.480,00	2.480,00	3.105,00	2.480,00	2.480,00	3.000,00	3.041,00	3.000,00	31.986,00	2.665,50
1999	ProdutorN	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	36.000,00	3.000,00
	ProdutorL	1.950,00	1.950,00	1.950,00	1.950,00	1.950,00	1.950,00	1.950,00	1.950,00	1.950,00	1.950,00	1.950,00	1.950,00	23.400,00	1.950,00
	ProdutorS	1.950,00	1.950,00	1.950,00	2.530,00	1.950,00	1.950,00	1.950,00	1.950,00	1.950,00	1.950,00	1.950,00	1.950,00	23.980,00	1.998,33
	ProdutorP	216,00	200,00	407,00	950,00	950,00	950,00	950,00	950,00	950,00	950,00	950,00	950,00	9.373,00	781,08
2000	ProdutorN	3.000,00	3.000,00	3.250,00	3.250,00	3.250,00	3.250,00	3.088,14	1.558,51	1.576,73	2.600,00	2.948,42	3.073,22	33.845,02	2.820,42
	ProdutorL	1.950,00	1.950,00	1.950,00	1.950,00	1.950,00	1.950,00	3.107,46	1.148,92	1.029,27	2.000,00	2.361,86	4.219,76	25.567,27	2.130,61
	ProdutorS	1.950,00	1.950,00	1.950,00	1.950,00	1.950,00	1.950,00	3.955,29	1.779,20	1.510,67	2.000,00	4.448,26	5.070,33	30.463,75	2.538,65
	ProdutorP	950,00	950,00	950,00	950,00	950,00	950,00	677,64	849,02	954,00	800,00	977,85	929,96	10.888,47	907,37
2001	ProdutorN	3.536,04	3.821,65	3.690,59	3.979,74	3.397,01	2.943,35	3.088,14	1.852,88	3.369,98	3.911,68	3.317,76	2.265,65	39.174,47	3.264,54
	ProdutorL	1.933,00	1.675,51	2.832,26	2.029,38	2.191,45	2.784,66	3.107,46	1.864,47	2.850,14	3.368,48	4.558,83	3.459,87	32.655,51	2.721,29
	ProdutorS	3.886,58	2.956,47	3.073,68	2.956,13	4.787,10	3.447,74	3.956,29	2.373,17	3.579,03	4.615,17	5.105,82	4.307,37	45.044,55	3.753,71
	ProdutorP	1.172,80	1.111,89	767,15	826,80	869,96	882,12	641,44	384,86	1.101,90	1.120,41	1.490,09	1.331,39	11.700,81	975,07
2002	ProdutorN	2.453,56	1.904,66	1.952,85	1.972,70	3.022,74	3.149,82	3.530,59	3.704,06	4.383,79	4.807,19	5.965,80	4.493,16	41.340,92	3.445,08
	ProdutorL	3.974,67	3.334,86	2.895,78	3.810,82	2.316,43	3.014,61	3.972,06	7.217,68	4.579,20	4.331,80	3.784,46	3.196,24	46.428,61	3.869,05
	ProdutorS	4.106,81	3.203,02	4.344,16	4.176,71	4.485,51	3.629,64	4.982,81	4.757,74	5.081,75	4.060,48	4.162,19	5.390,24	52.381,00	4.365,08
	ProdutorP	1.573,78	959,90	832,25	771,90	1.633,59	1.161,23	898,57	1.168,13	933,29	1.419,11	1.568,96	2.754,32	15.675,00	1.306,25
2003	ProdutorN	4.403,25	4.747,35	3.524,98	3.786,35	2.989,76	4.034,33	4.530,58	5.275,52	4.919,63	4.824,15	3.764,12	4.924,11	51.724,13	4.310,34
	ProdutorL	4.757,00	5.282,66	3.159,64	3.819,11	4.915,52	3.864,23	4.770,27	7.278,51	5.691,76	4.643,58	4.074,77	4.721,67	56.978,57	4.748,21
	ProdutorS	4.322,96	3.832,50	2.288,84	3.246,22	3.404,88	3.986,78	4.628,89	4.566,41	4.233,30	7.402,35	5.849,50	4.200,48	51.963,11	4.330,26
	ProdutorP	1.986,25	1.401,46	1.281,61	1.541,86	1.271,03	1.652,18	908,39	490,99	722,38	1.264,99	1.585,14	1.268,49	15.374,77	1.281,23
2004	ProdutorN	3.425,91	2.774,95	3.214,00	2.634,26	2.700,18	3.837,69	4.205,00	3.809,46	5.543,24	6.011,42	6.713,64	5.242,68	50.112,43	4.176,04
	ProdutorL	3.769,00	3.676,03	2.760,10	3.956,36	3.522,94	5.938,61	4.122,49	4.596,79	5.224,90	4.730,56	5.206,61	4.584,26	48.171,35	4.014,28
	ProdutorS	3.309,74	2.294,68	3.692,03	5.427,30	3.462,40	3.716,07	3.814,78	5.506,74	6.864,39	5.794,75	4.501,91	4.422,99	48.938,45	4.078,20
	ProdutorP	1.474,60	1.043,48	1.362,58	1.398,47	274,91	973,54	1.247,88	1.116,51	683,37	2.091,98	2.139,48	1.841,01	14.786,91	1.232,24
2005	ProdutorN	3.927,19	4.683,17	5.584,28	2.955,73	2.794,66	3.490,12	5.093,54	7.898,14	7.368,23	4.024,88	3.695,22	3.285,33	54.800,49	4.566,71
	ProdutorL	5.332,00	5.726,65	6.946,86	4.354,20	3.069,57	4.463,66	6.341,42	9.014,65	8.051,60	6.116,86	5.834,70	5.126,34	69.587,40	5.798,95
	ProdutorS	4.180,95	3.942,60	3.730,42	5.162,30	4.300,91	4.315,20	5.490,10	5.123,37	4.206,52	5.671,03	5.944,60	4.902,64	56.970,64	4.747,55
	ProdutorP	1.564,68	1.526,91	1.945,42	2.362,96	2.308,11	1.914,22	1.162,44	1.170,48	1.256,42	611,83	2.310,47	1.516,72	19.650,66	1.637,56

3.9.1. Cautela, manutenção e estabilidade.

Passado o susto da crise, a ADAO se volta para buscar sua consolidação. A nova diretoria da entidade assume uma postura de cautela, buscando equilibrar seu funcionamento definindo uma nova forma de administração da distribuição e remuneração dos produtores.

Lentamente, outros produtores ingressam na ADAO. Agora já não há interesse, nem na comunidade rural nem entre os consumidores, de que se associem muitos produtores. Quem chega agora chega devagar, se aproximando naturalmente. Na verdade, as relações de parentesco parecem ser determinantes. São todos irmãos e primos, totalizando agora 6 associados no Bairro do Limoeiro.⁷²

Com esse grupo de produtores “fechado”, a produção aos poucos se estabiliza em termos de variedade e paulatinamente cresce em termos de quantidade. Ao mesmo tempo, o número de associados se estabiliza em torno de 450⁷³.

3.9.2. O que motiva o associado a sair da ADAO

O arquivo de correspondências existente na administração da ADAO permite conhecer a diversidade de motivações que leva o associado a se desligar, e ajuda a compreender o porque de tamanha rotatividade de consumidores (para cada associado efetivo, há dois desistentes). Boa parte dos desistentes não registra as motivações para tal, assim como não acessamos as correspondências mais recentes. Mas daquelas correspondências a que tivemos acesso, como já abordado no item de caracterização do associado consumidor (atores e cenários), apesar do predominante perfil socioeconômico ser de classe média alta (renda acima de dez salários-mínimos), um número razoável de desistências foi motivado por dificuldades financeiras. Várias cartas dão conta de que, não podendo arcar com as mensalidades, associados pediam o desligamento da associação. Porém, possivelmente, o cálculo “custo-benefício” fosse a

⁷² Há atualmente outros cinco produtores fora da Serra da Ibiapaba fornecendo, desde o início da ADAO, produtos de origem animal e processados, que não fazem parte do esquema das cestas nem recebem custeio para a produção. Na verdade, são produtores credenciados para vender seus produtos nos dias de distribuição aos associados consumidores (repassando 20% do que vendem para a ADAO).

⁷³ Eu pessoalmente, me associei em 13 de junho de 2005, com o número 1.192, sendo que, de fato, à época, correspondia aproximadamente ao 430º consumidor efetivo (o número do sócio desistente não é baixado do cadastro). Ou seja, perto de 760 pessoas já haviam se associado e deixado a ADAO, ao longo de sua existência.

motivação mais real – o reduzido consumo de verduras na família não estaria compensando o gasto mensal fixo. Mas, de fato, alguns alegavam perda de emprego, e estariam cortando despesas.

Outra explicação bastante recorrente diz respeito a mudança de endereço, incluindo viagem para outros municípios, estados e até mesmo, países.

Confirmando a crise causada pelo excesso de produção e escassez de variedades, no período de 1999/2000, é grande a incidência de cartas alegando tamanho das cestas muito grande, o desperdício de produtos adquiridos e não consumidos pela família, a falta de produtos de interesse do consumidor (*“muitas das verduras e legumes que mais necessito estavam fora da cesta e portanto (...) terei que comprá-los a parte”*).

As dificuldades para retirar as cestas pela localização do ponto de distribuição e pela rigidez de dia (sexta ou terça-feira) e horário (às oito horas, já não se encontra produtos em quantidade e qualidade aceitáveis), levam outros consumidores a se desligar.

Um ou outro não se sente satisfeito com a rusticidade das instalações da ADAO, reclamando da falta de higiene e cuidados no transporte (*“por se tratar de alimentos para o consumo humano”*).

Após as modificações nos sistemas de distribuição, cobrança e remuneração, alguns associados não concordam ou não compreendem a nova sistemática, e questionam *“o definhamento da cesta a olhos vistos”* - da CBM, que agora contém apenas 10 produtos. Um consumidor em particular chega a aludir que interesses comerciais na venda do excedente estariam desvirtuando a associação. *“Bons lucros”* é a despedida desse ex-associado em sua correspondência de desistência.

A leitura dessa pequena amostra de correspondências revela um aspecto adicional ao levantamento dos motivos da desistência dos associados. Quando se compara com a leitura das atas de assembléias dos primeiros meses de existência da ADAO, em que associados ofereciam fundos de loja para constituir pontos de distribuição e recebimento de mensalidades, por exemplo, as manifestações de descontentamento com as cestas e de impotência em relação a horários e locais de distribuição revelam o distanciamento que ConsultorR previa em decorrência do crescimento. O relacionamento “olho no olho” deixa de existir e, com isso ficam mais

distantes os momentos de compartilhamento das dificuldades e da busca de soluções. Há que se considerar também que, como o processo de ingresso dos novos sócios não é mais acompanhado de palestras explicativas e de motivação para a participação, torna-se mais difícil (ou menos provável) a identificação de associados com maior disposição participativa, com vocações que poderiam ser exploradas pela associação.

E, convenhamos, o associativismo é um “nadar contra a corrente” dos mais significativos – especialmente no meio urbano, em meio à classe média, basta observar a dificuldade de se reunir uma assembléia de condomínio, para reconhecer na ADAO um verdadeiro feito.

ConsultorR tem a seguinte percepção dessa questão

O gargalo não está na produção. Existe o mercado, mas o próprio sistema da ADAO é auto-limitante, no sentido de que só participa da ADAO, de verdade, associados que aceitam uma relação de compra e de participação diferenciados. Então, eu não tenho estacionamento, não tenho ar-condicionado, eu tenho que pagar um fixo por mês, às vezes a cesta não vem tão boa, às vezes vem boa demais, eu tenho que participar de assembléias; e muitos consumidores, a maioria dos consumidores quer simplesmente o produto, eles não querem ajudar uma associação, eles não querem construir, ou não têm tempo, entre aspas, pra se dedicar a isso. Então, como a ADAO pede isso do associado – ela cobra a adesão, ela cobra uma caução - o associado não acompanha isso. Então, nós temos novos associados entrando permanentemente, mas nós temos muitas desistências também. Então o número de 450 parece que chegou no ideal, numa sustentação, mas isso numa cidade de 2 milhões de pessoas, que obviamente que daria pra aumentar se a gente fizesse o marketing apropriado. Mas mesmo assim, as pessoas entram dizendo: “puxa, que pena que tem essa caução, que pena que tem essa adesão, que pena que tem assembléia. Eu só quero o produto, mesmo. Vocês deveriam vender isso sem toda essa contribuição”. Então, aqui está um pouco do dilema da ADAO. A idéia é bonita, a idéia é sustentável. (ConsultorR)

3.9.3. Participação – a alma do associativismo em questão

Aos poucos, tanto os associados pioneiros quanto os diretores arrefecem a intensidade com que atuam à frente da ADAO, reduzindo o voluntarismo e a dedicação que emprestavam ao funcionamento da entidade. Outras prioridades são assumidas. DiretorM se afasta, não só da direção como da própria associação, voltando-se prioritariamente ao Núcleo de Ensino e Pesquisa Aplicada e a projetos concebidos por inspiração da ADAO, porém sem vínculos com a mesma⁷⁴.

ConsultorR assume compromissos profissionais como consultor – valorizado pela experiência proporcionada pela ADAO - que o impedem de continuar apoiando a associação com a mesma intensidade com que vinha se dedicando até então. O boletim que era editado com frequência e circulava nos dias de distribuição deixa de ser confeccionado, a comunicação da diretoria com os associados acaba se dando por intermédio de SecretáriaS. As assembléias escasseiam, e quando ocorrem são para discutir o aprimoramento dos processos de gestão dos sistemas de distribuição (informatização, reajustes nas tabelas, aquisição de programas, investimentos em materiais), e algumas medidas para melhoria da produção.

Algumas iniciativas voltadas a estimular a participação mais intensa dos consumidores na vida associativa são tomadas, sem maiores resultados⁷⁵.

Nessa situação, SecretáriaS acaba se tornando referência, tanto para os consumidores quanto para os produtores. Para a maioria dos novos associados, é ela quem explica o funcionamento da ADAO e sua filosofia, entregando os estatutos; apresenta os produtos e indica as propriedades terapêuticas e culinárias das hortaliças mais “exóticas”; é quem divulga as atividades promovidas pela associação ou nas quais se fará presente (eventos, congressos). Por ser a pessoa que mais se relaciona com os associados, é quem melhor conhece os interesses e opiniões dos mesmos, procurando satisfazê-los, ou ao menos, minimizar as críticas. E é também quem cobra as

⁷⁴ Inaugura nova modalidade de Agricultura Motivada pela Comunidade, denominada Aliança Social (ver www.nepa.org.br), estabelecendo grupos de, no máximo, setenta consumidores apoiando um único produtor. Informa que existem três grupos formados no Estado de São Paulo dentro dessa nova filosofia. A articulação desses núcleos em rede seria o próximo passo.

⁷⁵ Palestras e cursos sobre nutrição e culinária, por exemplo, são organizados, mas a pequena frequência de participantes desestimula novas iniciativas nesse sentido, apesar de constantemente sugeridas e requeridas pelos associados.

mensalidades em atraso, quem negocia o parcelamento das dívidas, e quem recebe as solicitações de desligamento da associação.

Na medida em que a movimentação de entrada e saída de consumidores associados se dá com maior intensidade a partir de 2001, a maioria dos associados novos não tem o mesmo grau de envolvimento que os sócios pioneiros vivenciaram nos anos iniciais da entidade - em relação à filosofia e em relação ao espírito associativo propriamente dito.

Uma consumidora oferece uma explicação processual da queda de participação dos associados da ADAO.

No início, eu participava de todas as reuniões. Com o tempo, eu fui acreditando na proposta, e fui deixando de participar das reuniões. Eu ia porque eu queria conhecer a filosofia. Queria saber mais. O associado novo não vai (não participa) acho que por acomodação. Na época, a gente estava construindo, então a gente tinha que estar mais junto da história. Pra ver se realmente era aquilo ali. Todo começo é difícil. E todo mundo sabe que tem que construir aquilo. Depois de construído está consagrado, então as pessoas vêm de olhos fechados. É aquela história: quando a coisa é mais difícil, você vai conquistar com mais dificuldade, você faz questão de participar porque a coisa está sendo difícil. Então, você já tem a opinião das outras pessoas 'não, isso aí já tá tudo consagrado, isso aí já tá feito, já tá pronto', quer dizer, aí ninguém vai mais atrás, construir nada, já tá tudo construído, já tá tudo determinado.
(Consumidora)

O produtor, a seu modo, percebe essa mudança.

Eu acho que hoje tem muitos consumidores que não sabem da menor, acho que não tem o menor compromisso da importância que tem o manejo hoje, sabe? Ele tá simplesmente comprando um produto. Aqueles que tavam muito bem informado, do que acontecia, da colaboração dele, com a construção da ADAO, com a construção daquele produto, que era

altamente - era não, é - dedicado da produção, que o produtor corre um determinado risco, depende de uma grande boa vontade dele produzir aquilo ali, dele permanecer insistindo com esse trabalho, eu acho que muitas pessoas hoje, não vêm isso aí. (ProdutorN)

Mas, ao mesmo tempo em que critica a falta de participação (ou de consciência associativa) do consumidor, o produtor reconhece suas próprias limitações.

Rapaz, pra falar a verdade, esse diálogo era pra existir, sim (entre os produtores). Mas a gente vive tão dentro das hortas e, se a gente for ver a associação, a gente não tem esse hábito de estar sempre conversando, que seria o certo de fazer. (ProdutorM)

A diretoria tem uma avaliação mais crítica em relação ao associativismo do produtor:

Os que ficaram estão muito conscientes e formam um grupo muito coeso em termos de produção. Em termos de funcionamento, eles têm muitas falhas. Têm que melhorar mais, em termos de organização. Isso é um problema que eu vejo. Apesar da gente ter feito reuniões lá, levado esse assunto pra lá, e até mesmo eu senti que eles nem gostaram, não deram importância. E parece que há até um espírito de competitividade entre eles. Eu acho que poderia estar muito melhor o funcionamento da associação se tivesse espírito de organização, de associação, de associativismo, que eles não têm. (DiretorB)

O conceito formal de empreendimento de economia solidária [que evoca os princípios da autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social], nos induz a pensar que, diante dessas falas dos próprios associados, a ADAO não possa ser considerada um empreendimento solidário.

No entanto, o esforço de enquadramento “taxonômico” dos empreendimentos associativos em solidários ou não-solidários, pela mera listagem de atributos diagnosticados numa primeira entrevista, não capta a riqueza das relações sociais que se dão no dia-a-dia, que somente são percebidas pela observação mais atenta, nas falas menos “dirigidas” ao tema “associativismo”.

Alguma vez a gente se encontra, a gente conversa, toca num assunto e tal. Sempre o D vem aqui mais na época da colheita, procurar saber o que que tem pra tirar, se falta alguma coisa, a gente passa pra ele, passa pro L, o que a gente não tem o L passa pra gente, e aí a gente vai tendo uma movimentação assim.(ProdutorF)

Em seguida a esse depoimento, acompanhei justamente essa rodada de visita de D aos demais produtores. Chamou a atenção o fato de que, sendo também produtor de rapadura, D fez questão de levar uma boa quantidade do produto recém saído do engenho, para distribuir por entre os funcionários e parentes que encontrava em suas visitas.

3.10. O retorno do pai

Em 2005, renova-se a diretoria da ADAO, mediante eleição em assembléia, conforme acontece de dois em dois anos. ConsultorR é, pela primeira vez, eleito presidente da entidade. Já na condição de associado consumidor, fui convidado por ele para participar do que denominava “grupo *core*”, ou seja, um grupo de associados não pertencentes ao quadro de diretores, mas dispostos a participar mais intensamente das atividades da associação⁷⁶.

Na primeira reunião do grupo, chamou-me a atenção o uso da expressão que dá nome a este capítulo: “*o pai da ADAO retornou*”, dizia uma das colegas de diretoria.

E o *pai* parecia bastante saudoso do *filho*, cheio de vontade para *colocar a conversa em dia*. Apesar da pouca disponibilidade de tempo (atuando como diretor técnico na área de produção biodinâmica de uma empresa de âmbito internacional), ConsultorR apresentava uma série de encaminhamentos visando dar “uma chacoalhada” na associação.

Porém, a primeira “chacoalhada” não é muito bem recebida – é cobrado um valor adicional (R\$ 20,00) no boleto mensal dos consumidores - para a compra de computador e balança eletrônica – sem consultá-los previamente. Isso provoca certo mal estar, e se faz necessário convocar uma assembléia extraordinária para ratificar a “doação” que, afinal de contas, visava aumentar a agilidade no atendimento da distribuição, e dar maior conforto ao associado.

⁷⁶ Na condição de pesquisador, aceitei participar das reuniões sob condição de não tomar parte nas discussões mais polêmicas, me permitindo observar e acompanhar os debates e ações da diretoria.

De fato, naquele período, as filas que se formavam entre seis e sete horas da manhã em frente à única balança disponível para pesar os produtos nos dias de distribuição, conforme suas categorias, eram consideráveis, gerando muitas reclamações. A decisão de comprar os equipamentos era acertada – a forma com que ela foi tomada é que foi equivocada, alertaram os consumidores, ao reivindicarem a aprovação em assembléia.

Esse fato revela mais do que a existência de uma preocupação formal por parte dos associados com os procedimentos adotados na tomada de decisão. Mostrava que a diretoria não tinha mais tanta paciência para estimular os processos participativos para questões “corriqueiras” da administração. A reclamação serviu para alertá-la de que os critérios do que é “corriqueiro” e o que não é não compete somente à diretoria definir; porém, o esvaziamento da assembléia talvez tenha reforçado junto à diretoria a sensação de perda de tempo em mais uma frustrada tentativa de estimular a participação do associado – solicitada por ele!

Logo em seguida, a diretoria dá início a um processo de construção do “planejamento estratégico” da ADAO. Reuniões são agendadas e comunicadas aos associados, por e-mail e avisos nos dias de distribuição, chamando os interessados. Duas reuniões são realizadas, para discutir a Missão, a Visão de Futuro, os Valores e Comportamento (compromisso) e as Ações concretas.

Ao final desse processo, uma comunicação foi distribuída aos associados, divulgando seus resultados (Quadro 3.5).

Quadro 3.5. Resultados do planejamento estratégico da ADAO.

1. Apresentação

Associados,

Apresentamos através desse livreto o Plano Estratégico da ADAO. No cenário da crise que nos encontramos, não só na economia e sociedade, mas principalmente no que temos de mais importante para nossa sobrevivência, “o meio ambiente”, precisamos definir para onde vamos, quem somos e o que podemos fazer pelo nosso futuro e das próximas gerações.

Iniciamos o processo de planejamento em junho de 2005, a participação dos associados foi baixa em relação às quase 500 famílias associadas. A ADAO, não se define apenas pelo seu nome e estatuto. É importante tanto nos momentos difíceis, como em épocas de bonança, não esquecer a razão da sua existência. Não apenas a diretoria escolhida, mas todos os que fazem parte dela.

Partimos da reflexão do cenário atual e das questões estratégicas, definindo a Visão e Missão, a análise das principais oportunidades e ameaças, bem como dos pontos fortes e fracos e das ações concretas a curto e médio prazo. Para que possamos vencer os desafios que nos propomos, é preciso a dedicação de todos, associados produtores, consumidores, funcionários e colaboradores. “Nós podemos, juntos, fazer um mundo melhor”!

Parabéns para todos nós que fazemos a ADAO.

2. Missão

Fortalecer, difundir e expandir a relação entre produtores e consumidores de produtos orgânicos de acordo com a cultura e necessidade da comunidade, contribuindo para uma alimentação saudável, com responsabilidade social, ecológica e econômica.

3. Visão

No 15º. Ano da ADAO sermos um referencial de uma relação interativa, consciente e inovadora entre produtores e consumidores, que possibilite a expansão da agricultura orgânica no país.

4. Valores e comportamentos (compromisso) – ⁷⁷

5. Ações concretas

1. Endomarketing;
2. Programação de plantio, variedades continuadas, estufas, controles e fluxos de documentos;
3. Melhoria de desempenho, eficiência de funcionários, desperdício, fardamento (campo e distribuição), contratos e reclamações;
4. Projeto de mini-cesta nos postos de combustível (modelo ODIM)⁷⁸;
5. Reformatação das sacolas (uso de sacolas permanentes)
6. Parceria Nutrinor⁷⁹ (atender a classe trabalhadora de empresas, com uma alimentação de qualidade);
7. Escrever as normas técnicas, rotulagem dos produtos e Selo ADAO;
8. Ação Social – vizinhos carentes da sede da ADAO⁸⁰

⁷⁷ Não foram discutidos, sendo priorizadas as questões referentes às “ações concretas”. E, após vários meses decorridos daquela reunião, poucas foram as “ações concretas” efetivadas.

⁷⁸ Sistema de venda de hortaliças orgânicas em postos de gasolina e outros estabelecimentos, praticado na Holanda.

⁷⁹ Empresa que produz refeições industriais, cujo refeitório atende a 300 funcionários. Houve início de negociação para que fosse adquirido o excedente de produção da ADAO, em valores equivalentes aos praticados na CEASA,

O processo, além de contar com a participação reduzida de associados, chamou a atenção por dois aspectos: a ausência dos produtores; e o uso de técnicas e terminologias típicas da administração empresarial “moderna”⁸¹ na construção do planejamento, conduzida por ConsultorR.

Quanto à ausência dos produtores, no mesmo período em que as reuniões aconteciam em Fortaleza, na Serra da Ibiapaba, os mesmos estavam participando do “Curso 5S de Qualidade Total”⁸², promovido em parceria com o SEBRAE.

3.10.1. Qualidade Total na economia solidária

Em período recente, ConsultorR havia concluído curso de especialização oferecido pela Fundação Getúlio Vargas, voltado à gestão e planejamento. As *ferramentas* e as técnicas de planejamento que lhe foram apresentadas nesse curso o estimulam a aplicar os novos conhecimentos na administração da ADAO. O curso de Qualidade Total havia sido organizado na empresa em que ConsultorR é diretor técnico. Os resultados mostram mudanças significativas na eficiência dos processos, mas principalmente no ambiente da empresa, que fica mais organizado e limpo.

A desorganização dos produtores da ADAO, não só no que diz respeito ao planejamento da produção, mas em relação à arrumação dos materiais e equipamentos, incomoda a diretoria. “*O desperdício e a desordem não se coadunam muito com o conceito de agricultura orgânica*” é o sentido das observações que capto na justificativa da realização do curso 5S.

mais 10%. A alimentação dos funcionários com alimento orgânico seria um grande diferencial para a empresa. Não houve avanços nessa negociação.

⁸⁰ A sede da ADAO está localizada no Bairro da Água Fria, caracterizado pela expansão de condomínios de classe média em meio a favelas e população carente. Às sextas-feiras, dia de distribuição na ADAO, inúmeras crianças se posicionam para “olhar o carro” ou ajudar a carregar as sacolas em troca de algumas moedas. “A ADAO tem uma missão social também - temos que desenvolver algum trabalho na vizinhança”, defende ConsultorR.

⁸¹ O próprio termo planejamento estratégico e seus componentes (missão, visão de futuro) e as técnicas SWOT (strength, weakness, opportunities, threats – traduzidos para FOFA: forças, oportunidades, fraquezas, ameaças), além da responsabilidade social e qualidade, são conceitos muito difundidos nos cursos de administração de empresas e pelas consultorias empresariais.

⁸² Técnica utilizada pela administração empresarial em que se propõe a adoção de procedimentos e comportamentos voltados à maximização da eficiência na organização (pública ou privada). Os cinco “s” referem-se a iniciais de palavras da língua japonesa, onde se originou o método, que significam organização, descarte, limpeza, arrumação, manutenção.

Os produtores participam do curso com um misto de apreensão e expectativa. Ao final, os produtores opinam: *“foi muito bom, aprendemos a prestar mais atenção em coisas que antes a gente não dava importância”*.

Mais do que palavras, foi interessante observar um produtor que visitei vários meses após a realização do curso, orientando seus funcionários a arrumar o material de irrigação que acabara de utilizar, recolher tábuas e pregos que ofereciam perigo de acidente, arrumar madeira que sobrara de uma instalação já concluída, etc.

“O consumidor que aparece aqui gosta de ver tudo em ordem, e a gente mostra nossa produção com satisfação. Qualquer um pode aparecer aqui a qualquer hora pra ver, sem problemas”. (ProdutorL)

3.10.2. Crescer, não crescer – novos dilemas

A distribuição de mini-cestas em postos de gasolina, o fornecimento para restaurantes industriais, o uso de termos como “endomarketing”, são indicadores de que os rumos da ADAO estão mudando, percebe uma antiga associada que questiona a diretoria (*“estaria a ADAO se tornando uma empresa, sem os valores da Agricultura Motivada pela Comunidade que a inspiraram até aqui?”*). Após essa provocação, a diretoria convocou um workshop com o objetivo de se discutir a filosofia da ADAO, visando responder à pergunta: qual a ADAO que queremos ser?

Na abertura da reunião, os participantes se apresentaram expondo suas expectativas. As palavras “colaborar” e “crescer” foram ditas por praticamente todos, aproximadamente cinquenta pessoas, incluindo três produtores que se deslocaram da Serra, e alguns não-sócios que aproveitavam a oportunidade para conhecer a associação, a convite de alguns associados mais antigos.

O teor de algumas falas revela as perspectivas de cada participante frente à associação e ao seu futuro:

Consumidora há oito anos: “gostaria que a ADAO entrasse na cabeça de muita gente. Quero ajudar a levar adiante a associação, e aprender”;

Consumidora há sete anos: “estou aqui para me confraternizar com as pessoas, saber o que acontece; acho importante a ADAO crescer para dar oportunidade a todos de consumir um alimento saudável”;

Consumidora há 5 anos: “a alimentação sempre foi uma preocupação; participo para ajudar no crescimento da ADAO”;

Consumidor (agrônomo) há três anos: “a ADAO é importante para livrar-nos dos agrotóxicos”;

Consumidor desde a fundação: “sou filho de agricultor e sempre tive saudade do alimento saudável; no crescimento da ADAO, devemos levar em consideração que o consumidor quer conforto e comodidade”;

Consumidor desde a fundação: “há um ano e meio tento ser produtor orgânico em meu sítio, e vejo como é difícil!”;

Produtor desde 1999: “produzir o orgânico não é fácil, mas deixa todos felizes e bem; gosto de retribuir a gentileza dos consumidores em nos apoiar”;

Produtor desde a fundação: “tenho orgulho do que faço! Quero seguir o sonho pregado pela ADAO, e colaborar com o seu crescimento”;

A dinâmica da reunião, que não contou com a presença da sócia que havia provocado a realização da mesma⁸³, prosseguiu com uma apresentação e contextualização da associação naquele momento:

A ADAO completava oito anos de existência, havia conquistado reputação nacional, estava estável em relação ao domínio das técnicas de produção orgânica por parte dos produtores e relativamente equilibrada em termos de adesões e satisfação dos consumidores. Em princípio, a ADAO poderia parar por aqui, se estabilizar no ponto em que se encontrava, e apenas aprimorar os processos de produção e distribuição, os relacionamentos internos, reaproximar o produtor do consumidor e destes entre si, desenvolver o associativismo e diversificar as atividades junto aos associados.

⁸³ E para a qual fui convidado para ser o moderador.

Ou crescer. Afinal de contas, trata-se de associação para o desenvolvimento da agropecuária orgânica.

“Nós podemos ser isso: um clubinho fechado, onde aprimoramos nosso relacionamento interno; ou podemos crescer e possibilitar que mais pessoas tenham acesso a esse privilégio que é comer alimento orgânico”, eram as alternativas que ConsultorR sintetizava, abrindo o debate sobre a “filosofia da ADAO”.

ConsultorR apresenta sua visão. “Alguém já viu uma reunião entre consumidores e o Pão de Açúcar?” questiona, para na seqüência afirmar que “a ADAO é um privilégio de ponte entre o consumidor e o produtor. A beleza da ADAO está em estender ao consumidor a possibilidade de influenciar o rural, apresentando as expectativas do consumidor ao produtor”.

Entretanto, lembra que o sistema, inicialmente concebido para um grupo pequeno, cresceu. E sendo um sistema fechado (proporção consumidor / produtor rígida), não há sobra de dinheiro, dificultando qualquer ação mais arrojada por parte da diretoria no sentido do crescimento. Assim, nesse momento, as seguintes alternativas se colocariam para a ADAO (não excludentes):

- a. ADAO pura (clubinho): círculo pequeno / orçamento rígido e pactuado
- b. ADAO atacadista (supermercados)
- c. ADAO como está, crescendo com mais duas fontes de recursos (empresas – restaurantes industriais/ postos de gasolina – mini-cestas)
- d. ADAO descentralizando a distribuição via parceria com quitandas (franquias)
- e. ADAO descentralizando a distribuição via filiais (mantendo administração centralizada)
- f. Captação de recursos via projetos

Outro sócio fundador, ao discorrer sobre a trajetória da ADAO até aquele momento, lembra que a associação é “*sem fins lucrativos, mas não pode ter prejuízo*”. Lembra que a “*associação poderia ser um supermercado, mas não é isso que se quer*”, sendo que “*o desenvolvimento deve ser dinâmico, com mudanças e crescimento, preservando a filosofia, em que a base da certificação dos produtos como orgânicos está na relação de confiança – o consumidor conhece o produtor*”.

Em meio às discussões, em que aparentemente o debate giraria em torno de estratégias na promoção do crescimento, sem maiores divergências quanto a “filosofia” da ADAO (ou seja, na forma que cada um enxerga a entidade), algumas falas e atitudes são reveladoras dos conflitos que ainda permanecem latentes entre os produtores e os consumidores.

“A produção pertence à ADAO”, lembra mais uma vez um diretor, que aproveita para questionar “qual o nível de renda almejado para os produtores? Afinal, a ADAO não pode se responsabilizar pelo crescimento dos produtores ‘ao infinito’”, afirmando que “os produtores da ADAO hoje, podem se considerar empresários, não são mais aqueles agricultores do começo”.

Um produtor se sente incomodado e pergunta: “que empresários somos nós? Será que enricamos?”. ProdutorN aproveita para reivindicar: “queremos permissão para crescer, fora dos limites dos associados consumidores”.

Ao mesmo tempo, o produtor afirma que “há pouco benefício do lado do crescimento no número de produtores. O crescimento no número de produtores aumenta a estabilidade na oferta, na variedade e, portanto, na satisfação do consumidor”. Ninguém contesta, não há um efetivo debate em torno destas questões. A discussão filosófica em torno da “ADAO que queremos” não se aprofunda.

Assim, ao final da reunião, a “filosofia” da ADAO não ficou exatamente explicitada, mas aprovou-se o indicativo de se buscar formas de viabilizar o crescimento da associação, descartadas as alternativas do mercado atacadista, e com a ressalva de que não poderia haver prejuízos na oferta de produtos aos associados existentes.

No entanto, em entrevista dias após aquela reunião, as opiniões de um dos diretores revela um ponto de vista muito significativo.

Aí é onde tem que ter crescimento – quando eu chamei de empresário – está saindo de produtor associado da ADAO, ele se tornar empresário, primeiro tem que ter conhecimento sério, know how, segundo que ele tem condição de aumentar mais a produção e vender pra outro canto. Porque você não pode, a ADAO nem instituição nenhuma pode ter uma pessoa

cativa eternamente. Isso eu to dizendo: você não pode ter uma pessoa cativa eternamente!

Na época da ADAO no começo, o produtor só produzia pra ADAO. Porque ele não tinha nem condição de produzir pra atender a demanda da ADAO, quanto mais você querer produzir pra atender a outros mercados. Mas agora não, agora eles estão capacitados, têm condição, etc. Agora, precisa esse crescimento fora do mercado da ADAO, tem que ser bem controlado, senão, foi o que eu falei lá, quando ele for produzir pro supermercado, para outra coisa, tem que ter um contrato formal. Na ADAO, o contrato é verbal, é um compromisso ético, vamos dizer assim.
(Diretor)

A imagem de cativo utilizado por esse diretor fala mais alto do que qualquer declaração filosófica.

Algumas semanas depois daquela reunião, organizou-se uma excursão – a primeira em anos – de Fortaleza para a Serra da Ibiapaba. Aproximadamente trinta consumidores se inscreveram para passar um final de semana visitando os produtores e suas propriedades.

Lá, conheceram as hortas e os sistemas de produção, recebendo informações de ConsultorR e dos próprios produtores. Na hora da “merenda”, uma mesa repleta de produtos da terra e de quitutes feitos no fogão a lenha, armada sob as frondosas árvores do quintal surpreenderam aos visitantes, que se fartaram, felizes.

Ao final da visita, num churrasco à beira de represa, os visitantes participaram da “solenidade” de entrega dos certificados aos participantes do Curso Programa 5S de Qualidade Total – um visitante entregava o certificado a um produtor ou funcionário participante do curso. O gestual de anúncio dos nomes – do associado consumidor e do produtor ou funcionário, a entrega do certificado e a pose para a foto, cada repetição parecia querer fazer lembrar a todos – conhecemos e somos solidários.

Figura 3.7. Visita aos produtores orgânicos da ADAO - I.



Foto 12 (acima): Entrega de certificado 5S de Qualidade Total – do consumidor ao produtor.

Foto 13 (no destaque): Oferenda de lanche para as visitas – do produtor ao consumidor.



Fotos: Arthur Yamamoto, 2005.

3.10.3. Rumos para o futuro

Visitando os produtores após alguns meses daquela reunião, é perceptível que o tema crescimento está cada vez mais incorporado nas preocupações de cada um. Entretanto, as alternativas encontradas por eles se dão “por fora” da ADAO.

ProdutorD reforça suas relações locais e entrega aproximadamente 30 cestas em uma comunidade próxima, nos moldes da ADAO, porém a custos menores, de moto.

ProdutorN mantém contrato de entrega (5% da sua produção) para a empresa em que ConsultorR trabalha, demonstrando que a atuação fora da ADAO é aceita com naturalidade. Além disso, busca consolidar um grupo de consumidores numa cidade vizinha. Tal fato não é admitido por ele, mas seus vizinhos informam que dispõe até de um gerente de distribuição próprio para esse grupo de aproximadamente 80 consumidores. Essa “concorrência” ocasionalmente provoca desconfiças na gerência de distribuição, quando há informação de que ProdutorN dispõe de determinado produto (tomate, por exemplo) mas este não chega aos associados, por dar preferência a esse grupo paralelo. Não pudemos apurar a consistência desses relatos.

Na ocasião da visita, ProdutorN me levou para conhecer um cidadão recém chegado de São Paulo que, através de pesquisa na Internet, ficou conhecendo a experiência da ADAO e o endereço do produtor, e lhe solicitou assessoria técnica. Sua expectativa é de que, tendo o apoio do produtor da ADAO, também conseguirá comercializar sua produção orgânica, “sem erro, é mercado seguro, tem gente grande por trás, até exportando para a Europa e Estados Unidos”, exagera, aparentemente confiando em informações genéricas e confundindo a ADAO com a Nutrilite (do Grupo Amway, empresa na qual ConsultorR é diretor técnico). Diante do ritmo de implantação das hortas que visitamos, possivelmente haverá produção de dois hectares (ou seja, suficientes para cento e vinte famílias, aproximadamente) ainda em 2006.

Chama a atenção a falta de prudência do agora consultor ProdutorN em não alertar seu “cliente”⁸⁴ para os problemas que a ADAO enfrentou nos anos de 1999 e 2000. “O importante é ter produção, a comercialização é tranqüila, tem mercado à vontade”, afirma ProdutorN no caminho de volta, revelando um otimismo preocupante.

⁸⁴ Cliente que não estaria pagando nada pela assessoria. ProdutorN alega que seu apoio se dá exclusivamente por interesse no desenvolvimento da agricultura orgânica na região.

A experiência de ProdutorN como “consultor” não é nova. Outro empresário, residente no estado do Piauí, conta com a assessoria técnica do mesmo para constituir seu sistema de produção orgânica e distribuição de cestas na capital, Teresina.

ConsultorR, por seu lado, assume a avaliação de que a ADAO não tem mais estrutura para crescer verticalmente. Ou seja, não haveria como ampliar o número de associados consumidores (e correspondente número de produtores), pois se tornaria inadministrável.

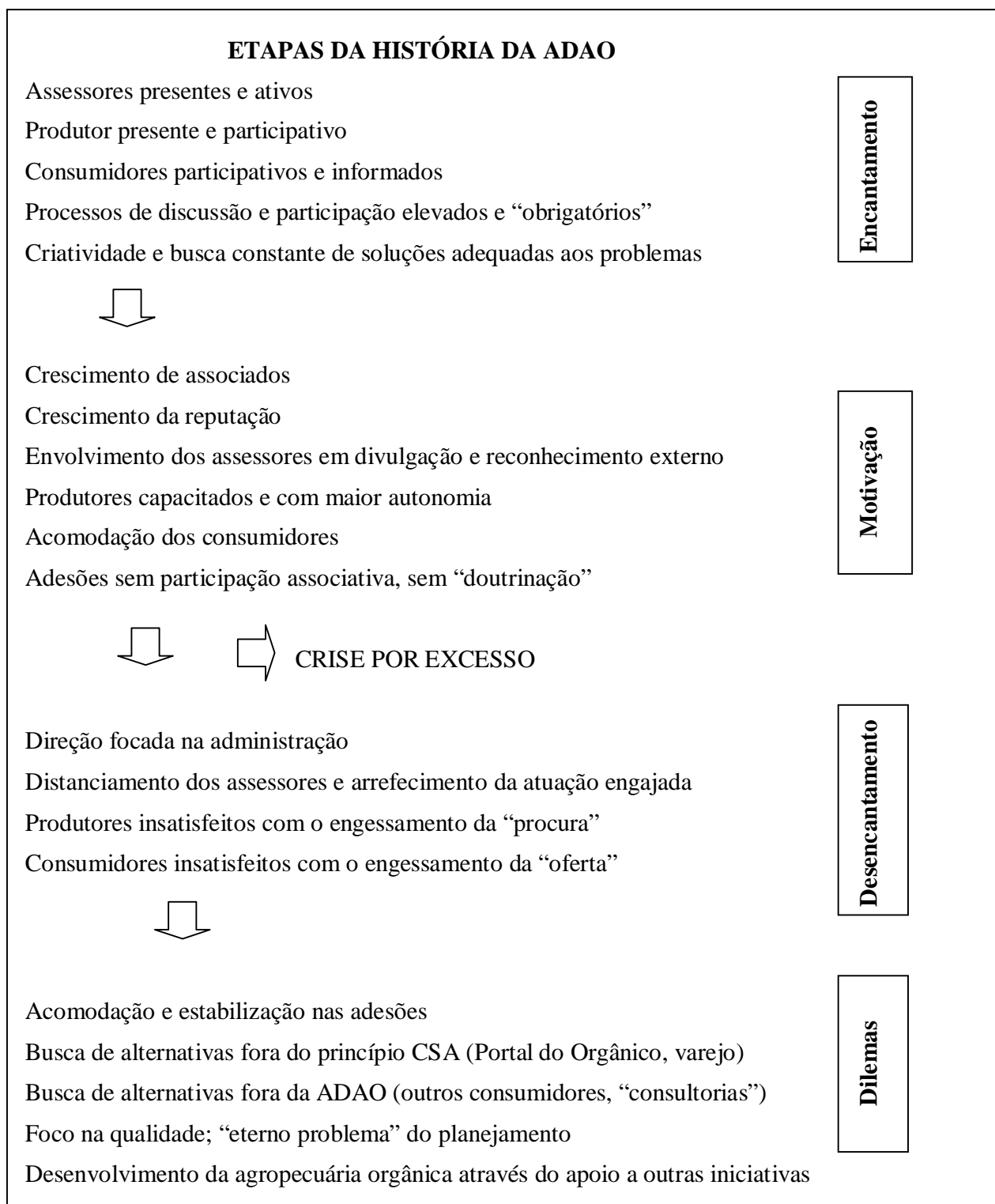
“Eu não conseguiria hoje distribuir pra três mil associados. É difícil você organizar três mil pessoas, três mil boletos, três mil pessoas pra uma assembleia, como é que você vai tomar as decisões? Porque é uma associação, nós não podemos escapar do nosso estatuto, que é uma associação. Precisa de participação”. (ConsultorR)

Dedica-se a apoiar iniciativas em outros municípios e outros estados. Grupos em Goiânia e Rio Grande do Norte contam com sua colaboração. No interior do Ceará, um grupo de produtores de Limoeiro do Norte se mobiliza e ConsultorR se anima a lhes repassar as experiências adquiridas na ADAO.

Diante dessa avaliação, é natural que os produtores associados estejam procurando alternativas para fora dos limites da ADAO, como produtores ou como consultores, de acordo com suas habilidades.

Assim, a história da ADAO lança luzes sobre a relação entre o urbano e o rural, nas suas mais variadas nuances – encontros e desencontros, encantamento e desencantamento, crescimento e evasão, participação e omissão, solidariedade e competição, poder e subordinação – e permite enxergar melhor as potencialidades e as contradições da economia solidária, a partir do associativismo estabelecido com base na agricultura (orgânica) motivada pela comunidade.

Quadro 3.6. Etapas da História da ADAO.



4. Revendo essa história

A maioria dos recentes artigos e publicações referentes ao tema da economia solidária tem como foco principal de análise as relações de trabalho dentro do processo de produção⁸⁵ (de produtos e serviços), pouco se atendo aos aspectos da comercialização (da produção ou da prestação de serviços) - ou seja, aos vínculos com o mercado. Os recentes levantamentos sobre empreendimentos solidários coordenados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária enfatiza, para fins de enquadramento dos mesmos, os aspectos organizacionais e de democracia interna na tomada de decisões. Assim, estabeleceu-se na literatura relativa ao tema quase que uma sinonímia entre economia solidária e empreendimentos autogestionários. Quando há referência a mercado, trata-se do mercado de trabalho. Analisa-se a crise de desemprego provocada pela onda neoliberalizante e a informalidade crescente compondo o pano de fundo da busca por novas formas de organização dos trabalhadores – cooperativas e associações, principalmente (LECHAT, 2005). Os valores e princípios da auto-gestão são apontados como bases para uma nova forma de organização social, de produção e apropriação de riquezas frente ao “capitalismo decadente”.

Ao considerarmos a relação estabelecida entre consumidores urbanos e produtores rurais, associados através da ADAO, procuramos ampliar as dimensões de análise da economia solidária, diante de uma experiência que reverte a lógica da mercantilização do trabalho e das relações sociais, tão bem analisada por Polanyi (2000) ao discorrer sobre as transformações operadas pelo capitalismo dos séculos XIX e XX na sociedade (a transformação do trabalho em mercadoria e a mercadoria em coisa desprovida de referência social).

São dimensões que dizem respeito a relações entre categorias sociais distintas – o agricultor familiar e a classe média urbana, e entre quem produz e quem compra a produção – uma relação de solidariedade, de reciprocidade. A economia solidária que analisamos, portanto, se dá no âmbito do mercado, e não nas relações de produção. Ou, como declara em um de seus documentos, “a ADAO reúne um sistema de trabalho que se enquadra dentro da chamada **Economia Associativa** apregoada na **Agricultura Biodinâmica** e a **Antroposofia** de **Rudolf**

⁸⁵ A exemplo de GAIGER (2003).

Steiner. Desta forma atua tanto como **economia solidária** quanto como **comércio justo**” (ADAO, sem data. Grifados no original).

4.1. Agricultura familiar – além das formalidades

Pensar os produtores associados à ADAO como agricultores familiares implica em reconhecê-los conforme a racionalidade que caracteriza essa categoria social. Mais do que contabilizar quantos empregados permanentes eles contratam (conforme os critérios propostos pela FAO, por exemplo), cabe analisar o grau de subordinação (dependência) que apresentam face aos fatores que efetivamente diferenciam o agricultor familiar do patronal (ou empresarial): capital e trabalho.

A agricultura familiar centra sua lógica na maximização do trabalho, a partir do qual obtém os recursos que permitem a sua reprodução. A relação Renda Agrícola sobre Força de Trabalho (RA/FT) é a base a partir da qual suas estratégias se definem, pois a remuneração (não necessariamente monetária, pois os bens de auto-consumo também são valorados) da mão de obra familiar é o mais importante. Nessa lógica, a unidade entre gestão e trabalho é característica básica da agricultura familiar.

A agricultura patronal (ou empresarial) centra a sua lógica na maximização dos lucros sobre o capital investido. A relação Renda Agrícola sobre Capital (RA/K) determina suas decisões – investir em determinada atividade agropecuária que reproduza o capital investido e gere lucros, ou não. Nesse caso, a Renda Agrícola é exclusivamente monetária, pois o auto-consumo não se contabiliza como lucro. Na agricultura patronal, a gestão se aparta do trabalho, conforme lembra Abramovay (in Comciência, 2005)

“A oposição é de natureza social entre a agricultura que se apoia fundamentalmente na gestão e trabalho de família e aquela que separa gestão e trabalho. O Brasil é um país com tradição escravista e latifundiário, com raiz histórica no modelo empresa, no qual o trabalhador é 'pau para toda obra'”

Nestes termos, na agricultura familiar predomina a propriedade de pequenas dimensões. A grande propriedade dificilmente pode ser trabalhada com a força de trabalho predominantemente familiar. Ao passo que a agricultura patronal busca a ampliação da área de exploração, como fator de acumulação de capital e possibilidade de maximização de lucros. Por isso, formalmente, um dos condicionantes para caracterização da agricultura familiar é sua limitação a quatro módulos fiscais (cada módulo corresponderia a porção de terra mínima necessária para a sobrevivência de uma família).

No caso dos produtores da ADAO, há claramente um estado de tensão entre esses dois pólos. Ao mesmo tempo em que suas origens e tradições os remetem ao universo da agricultura familiar, a dependência dos recursos aportados pelos consumidores da ADAO mensalmente, o estabelecimento das relações de produção centradas na administração do trabalho alheio (apartação entre gestão e trabalho), e não mais no âmbito da família, são características que os vem aproximando da agricultura patronal. Na ausência do capital (repasses), a produção se inviabiliza.

No entanto, a permanência do núcleo familiar na terra, o investimento na educação dos filhos voltada para a continuidade da atividade (a informática que aprendem é utilizada para ajudar nos controles de despesas e receitas do sítio), a diversidade de atividades além das hortaliças (aves, porcos, gado, milho, feijão, mandioca, cana, rapadura), a aplicação dos recursos excedentes em melhorias do sítio e da produção, o convívio comunitário nas festas juninas, nos batizados, nas quermesses, as trocas (de rapadura, de farinha, de verduras) – vários são os indicadores de que, mais do que a relação patrão-empregado que possa haver entre aqueles que participam da produção, essas práticas não negam a identidade cultural desses produtores como agricultores familiares.

A forma de produção da agricultura orgânica praticada pelos produtores da ADAO há mais de nove anos, com toda a sua “simplicidade complexa”, revela ser possível praticá-la por todos quantos se disponham a adotá-la. Desde que disponham de uma assessoria competente e inspirada, os mistérios da agricultura orgânica são infinitamente mais palpáveis ao agricultor do que os “segredos industriais” dos venenos químicos que adquirem às cegas nas lojas especializadas, por recomendação do vendedor.

A agricultura convencional, confirmam os relatos coletados nesta investigação, tem duas faces: a mais vistosa, difundida e reforçada nos bancos das escolas de agronomia, mostra que a agroquímica é mais produtiva, lucrativa e moderna, proporcionando elevada renda a quem a pratica; a face oculta, mostra o produtor freqüentemente acometido por doenças estranhas, em constante sobe-desce em que os ganhos de um ano são perdidos em outro, com juros e correção. Os elevados custos de produção (e crescente perda de produtividade das terras, envenenadas e sem vida) levam à dependência de empréstimos bancários que, volta e meia, não podem ser pagos pela baixa de preços decorrentes do excesso de oferta.

Nessa perspectiva, a agricultura familiar e a agricultura orgânica são categorias (sociais e processuais) que se somam e se complementam. Antes, pode-se dizer que a agricultura orgânica se origina das práticas adotadas pelos agricultores anteriormente à revolução verde, agora re-elaborada com informações e explicações científicas estranhas ao agricultor.

Mas a comercialização ainda é um fator que determina as chances de sucesso ou fracasso também da agricultura orgânica. Como visto, ela é exigente em mão de obra (o que é um bom atributo em épocas de desemprego crescente, mas é caro para o agricultor), sua produtividade nem sempre se garante, o plantio em excesso faz parte da estratégia para garantia de excedente para comercialização – tudo isso aumenta os custos e, via de regra, determina preços de venda maior em comparação com produtos convencionais. Aproximar as pontas (consumidor e produtor) e eliminar ou reduzir os custos de intermediação são saídas das mais promissoras para que esse casamento entre a agricultura familiar e a agricultura orgânica seja pleno. A ADAO se propõe a realizar essa aproximação, e como todo bom casamento duradouro, tem seus momentos de crise.

4.2. O urbano e o rural – reciprocidade, mudança cultural e relações de poder.

No contexto das relações urbano-rural estabelecidas pelos associados da ADAO aqui analisadas, o que se observa é que não há uma fala única e uniforme do urbano ou do rural. São várias falas, várias formas de ver a si e ao outro, e de se verem como associados.

Enquanto há uma fala de ruptura (“faltou reciprocidade por parte dos produtores”), há uma fala de confiança quase utópica (“eu acho que pra quem cultua este ideal – é a cultura não só do comer, mas daquela coisa do agricultor e a consciência...”).

A alegada falta de reciprocidade dos produtores talvez devesse ser reinterpretada como reciprocidade – o produtor não só respondeu com produção em quantidade (o triplo da produção do ano anterior), como sofreu com a falta de alternativas para sua remuneração. Isso é o que indicam os números apresentados pela ADAO. Em contrapartida, o incremento no número de associados não ocorreu, e a produção excedente era doada a instituições de caridade. A tensão resultante desse quadro é plenamente compreensível, mas o poder de “demitir” os produtores estava dado para o urbano. Ao rural, restou acatar a “decisão”.

Um episódio relatado sob diferentes pontos de vista, confirma a frágil posição do rural perante o poder do urbano. ProdutorN, dono do caminhão que efetua o transporte semanal das hortaliças da Serra para Fortaleza, teria reivindicado reajustes no valor do frete. Não satisfeito com o posicionamento dado pela diretoria da ADAO, ProdutorN teria ameaçado boicotar a feira daquela semana. Foi quando o diretor, na ocasião presidente da ADAO teria dito “primeiro, a ADAO não vai se acabar; segundo, se vocês quiserem deixar a ADAO não tem problema não. A gente arranja outros produtores”. Nessas condições, o poder do produtor se esvaziou completamente – ele seria demitido da ADAO! Suas “armas”, o caminhão e a produção, poderiam ser facilmente substituíveis. Mas os consumidores eram únicos – o mercado (o urbano) tinha o poder de dizer não ao produtor. O produtor não podia dizer não ao consumidor, pois significava, naquelas circunstâncias, o fim do seu negócio. As reações de ProdutorN, procurando reforçar outros grupos de consumidores, e atuando como consultor, possivelmente se explicam como reação a essa demonstração de poder percebida por ele naquele episódio.

De outro lado, o senso de solidariedade (no sentido da responsabilidade social) que muitos enxergam quando reconhecem na ADAO a oportunidade de proporcionar remuneração mais justa ao homem do campo, a consciência cada vez mais presente dos prejuízos à saúde provocados pela química adicionada aos alimentos, são vários os matizes que podem ser captados nos discursos e nas simbologias dos associados urbanos quando se referem à ADAO.

As excursões promovidas pela ADAO, (re)aproximando os consumidores do ambiente de produção, possibilita o diálogo direto entre o urbano e o rural. O reconhecimento de todas as etapas de produção, a compreensão das dificuldades pelas quais passam os agricultores para obtenção daquilo que adquirem às terças e sextas-feiras, a percepção das condições de moradia e

de saúde dos produtores (“fiquei impressionada com o aspecto saudável deles – a gente que tem aquela imagem do agricultor coitadinho, no meio do sertão, encontrar aquelas pessoas bonitas, com filhos saudáveis...”(Consumidora)), são percepções que nenhuma palestra ou folheto explicativo poderia proporcionar. E, naquele espaço, é o produtor quem *ensina* as pessoas da cidade.

Figura 4.1. Visita aos produtores orgânicos da ADAO - II.



Foto 14: Consumidores aprendem com o produtor

Ali, o produtor revela seus conhecimentos, os segredos da natureza e *humaniza a mercadoria* que o outro adquire e consome, empresta um nome, um rosto e uma história – uma identidade, enfim, àqueles produtos que, semanalmente chegam à Fortaleza.

O associado rural, antes constantemente abalado pelas agruras das flutuações do mercado e das mazelas da produção convencional, agora percebe na relação com o parceiro urbano a perspectiva de continuidade e perpetuação de sua condição de agricultor.

A gratidão se expressa em palavras e gestos, na mesa farta e enfeitada na visita.

“(...) Eu já não trabalhava dentro da horta que eu não agüentava mais o cheiro do veneno. Então ele foi uma maravilha. Eu só tenho que agradecer a ele e todos que estão no orgânico” (ProdutorL, referindo-se a ConsultorR).

“Produzir o orgânico não é fácil, mas deixa todos felizes e bem; gosto de retribuir a gentileza dos consumidores em nos apoiar”.(ProdutorL)

Ao mesmo tempo, suas perspectivas de capitalização e de crescimento econômico, seu contato com o universo das consultorias, sua participação em fóruns ambientalistas, eventos nacionais e internacionais, e a rotineira presença da imprensa e de pesquisadores em seus sítios, apresentam outros mundos, antes pouco prováveis ou impensáveis – a globalização cultural e a urbanidade assediam o rural com toda sua intensidade. Será que, ainda desta vez, estaria prevalecendo a percepção da “*vida em um parâmetro único (e geralmente urbanizado), que não se aproxima das necessidades, potenciais saberes e desejos dos que vivem no campo, acabam por reproduzir a desigualdade e a exclusão social, distanciando cada vez mais os sujeitos do campo do exercício de sua cidadania*”? (GRUPO PERMANENTE DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. 2004, p. 36).

As experiências de Agricultura Motivada pela Comunidade que constam no livro “Farms of Tomorrow”, fonte de inspiração da ADAO, têm como uma de suas características fundamentais a iniciativa e a condução dos processos de constituição das parcerias e das negociações **partindo dos produtores**. Lá, são os produtores⁸⁶ que dirigem as assembléias e determinam as estratégias a serem consideradas e aprovadas pelos associados. Assim, a relação urbano-rural, nas situações relatadas, tende a ser condicionada pelo rural.

No caso cearense, é o inverso.

Todos os problemas a gente discutiu: a parte de produção, a parte de capacitação, a organização de uma instituição que ninguém sabia o que era, a parte relacionada ao levantamento da demanda – o que cada um consumia. Então a coisa partiu muito do lado do consumidor. Essa é a grande coisa, o grande sentido da ADAO é que ela partiu não foi do produtor. (Diretor)

Nessa perspectiva, as reiteradas colocações dando conta de que “*a produção pertence ao consumidor*”, na visão do consumidor, ou, na visão do produtor em relação ao consumidor “*se o produtor tá achando ruim que saia, nós bota outro bem ali pra produzir pra nós*”, são reveladoras de uma percepção de poder, da prevalência do urbano sobre o rural, do econômico

⁸⁶ Muitos com nível de escolaridade superior, incluindo o autor do livro citado, e portanto, posicionados de outra forma perante o urbano quando comparados com os produtores da ADAO.

sobre o social, ou talvez do capital sobre o trabalho. As possibilidades de intervenção nos rumos da ADAO a partir do rural aparentam ser mínimas. Seja pela desarticulação dos produtores, seja pelo pouco investimento no estímulo a sua participação nos momentos de decisão, ou pelo domínio desproporcional de informações e recursos (capital social) por parte do urbano.

É certo que essa avaliação pode ser decorrente de pessoas e circunstâncias muito específicas e não representativas do pensamento predominante na ADAO. No entanto, é fato também que as ações, as assembleias, as referências a partir das quais se reconhecem os problemas a enfrentar, estão focadas no consumidor, a partir do consumidor e para o consumidor. Enquanto se definia o planejamento estratégico da associação em Fortaleza, por exemplo, o produtor se submetia ao curso de qualidade total na Serra da Ibiapaba – para melhor atender ao consumidor, prioritariamente. Tal observação não significa desconhecer a importância da qualidade nos métodos de produção orgânica, mas antes, questionar a ausência dos produtores no processo de planejamento da entidade a qual pertencem (e da qual dependem para sobreviver). Uma ou outra atividade poderia ser melhor programada para possibilitar a participação dos produtores em ambas.

Enquanto o produtor é “proibido” de comercializar as sobras que “pertencem ao consumidor”, o consumidor solicita suspensão das mensalidades no período de férias, pede desligamento da associação temporariamente, e, acima de tudo, tem a opção de desistir da associação, com o único “prejuízo” de deixar de consumir produtos orgânicos. Para esses consumidores, a ADAO é despesa. O produtor não está exatamente em condições de desistir da ADAO sem comprometer seu modo de vida – para ele, a ADAO é renda – se não a única, a principal fonte de renda.

A distância entre a Serra e Fortaleza é um fator que dificulta a participação conjunta - ou a interação urbano-rural de forma mais igualitária. O fretamento de “Topics” para transportar os produtores até Fortaleza nos dias de assembleia que aconteciam de forma rotineira, não ocorre nas reuniões de planejamento, justamente nos momentos em que, de fato, se dão as trocas de expectativas e de “visões de futuro”.

Há que se reconhecer que os produtores têm sua parcela de responsabilidade nessa situação. São desarticulados e têm pouca iniciativa organizada dentro da associação. Alterar esse estado de coisas não é tarefa fácil, mas os desincentivos têm sido mais recorrentes que os incentivos, por

parte da diretoria da ADAO, para o estímulo à participação dos produtores na tomada de decisão, na organização da produção, na compra de insumos e equipamentos, etc. O maior investimento da ADAO no produtor pioneiro, desde a fundação, ou antes, a falta de investimento proporcional (não apenas financeiro, mas à formação, à participação, ao associativismo e ao protagonismo) junto aos demais, acabou contribuindo para reforçar a dispersão dos produtores, visto que justamente o produtor pioneiro revelou ter sérios problemas de relacionamento com os demais, chegando a “apostar” no fim da ADAO.

É possível que essas considerações pouco signifiquem em termos de “funcionamento” da ADAO. Ou seja, a pouca participação dos produtores nos processos de tomada de decisão talvez se explique a partir da visão de que

“O produtor não entende de Ceasa, de comércio, de venda, por assim dizer. Enquanto que na cidade, você tem pessoas que têm talento pra isso, eles podem ajudar a fazer essa ponte. (...) E basicamente cuidar, fazer um sistema em que os consumidores assumem parte dos riscos de produção, e garante ao produtor certa estabilidade para que ele possa se dedicar àquilo que ele sabe fazer, que é produzir”.(ConsultorR)

No entanto, na perspectiva do desenvolvimento como liberdade postulada por Amartya Sen, a perpetuação do “saber produzir” sem dominar as etapas da comercialização, talvez, involuntariamente, se revele uma forma de limitação da liberdade e, portanto, das possibilidades de desenvolvimento pleno, autêntico. Pois, para Sen, o desenvolvimento não se mensura pela renda, produção de riquezas ou serviços públicos acessíveis. Antes, são as possibilidades de escolha – as liberdades – disponíveis a cada cidadão que irá determinar o desenvolvimento de uma nação. Não ter a liberdade de atuar no mercado, por não dominar, não saber fazer, seria um estreitamento do desenvolvimento.

4.3. A mediação

A participação do agrônomo no meio rural, apresentando não apenas novas técnicas de produção, mas esperanças ao agricultor – de independência dos produtos químicos e das agruras do mercado – tem um significado muito especial na experiência analisada.

Fica evidente a importância do papel do mediador do urbano-rural (agrônomo-agricultor) e da forma com que esse papel é representado, no caso da ADAO, na pessoa do ConsultorR. As palavras que explicam ser possível plantar sem adubo químico e sem veneno são tão chamativas quanto a forma dinâmica e convincente com que demonstra a viabilidade de suas idéias. O convencimento se dá mais pelo grau de confiança e amizade construídos do que pelas evidências empíricas demonstrando que as técnicas funcionam.

Essa capacidade de comunicação e esse conhecimento teórico e prático foram fundamentais para a construção de relacionamentos sólidos, perceptíveis nos depoimentos dos produtores quando se referem a ConsultorR. E sua dedicação, doação e empenho integral foram fundamentais para que as coisas acontecessem, se concretizassem, e passassem do plano das idéias para o plano do real.

A intensificação das atividades, a partir do crescimento do empreendimento, requereu ainda maior dedicação e doação. E essa dedicação estimulou o grupo de pioneiros a também doar, de alguma forma participar “da construção do novo”. Na medida em que as dificuldades foram superadas, “aí ninguém vai mais atrás, construir nada, já ta tudo construído, já ta tudo determinado” (consumidora). A crise decorrente do excesso de produtores e produtos, com a conseqüente “demissão voluntária” de nove produtores associados, certamente abalou os ânimos dos pioneiros. Ao mesmo tempo, outros projetos, outras prioridades disputam suas energias.

O *olho no olho* se torna mais longínquo, não sendo mais possível reunir todos debaixo de uma árvore para “conversar sobre as chuvas”; o motor que estimulava as conversas, que dava o exemplo e motivava os demais a retribuir os sacrifícios feitos cansou, não bate no mesmo ritmo de antes – não nesse corpo. A referência que norteava a atuação dos demais agora se faz pouco presente.

A burocratização e a estagnação (numérica e qualitativa) da entidade são as conseqüências diretas que se observam, a partir do momento em que há um esvaziamento de lideranças.

Questões de fundo são tratadas superficialmente. Assim, as assembleias esvaziadas são encaradas com normalidade. O associado que não aceita a cobrança de vinte reais para aquisição de computadores para a sede da ADAO também não participa da assembleia de aprovação da despesa – e isso já não suscita maiores reflexões.

A discussão sobre a filosofia da ADAO considera, com naturalidade, a venda da produção do excedente junto ao mercado convencional, sem maiores questionamentos quanto aos princípios da Agricultura Motivada pela Comunidade (independente do mérito da proposta). “Todos sabem” que há comercialização de produção fora da ADAO, por parte de praticamente todos os produtores, para comunidades vizinhas ou para grupos organizados. Apesar disso, em todas as reuniões, sempre se lembra que “a produção pertence aos consumidores, que pagaram por ela”, sem nenhuma abordagem explícita sobre a situação.

As cartas de desistência dos associados não se revertem em processos de discussão sobre as condições de funcionamento da associação e sobre as críticas e sugestões nelas apresentadas.

Ou seja, não basta uma associação existir, possuir uma bela declaração de princípios, para que seus valores e objetivos sejam seguidos e alcançados. A história recente da ADAO ajuda a perceber essas questões.

5. Conclusões

O início da ADAO, em conformidade com os princípios da Agricultura Motivada pela Comunidade, demonstra na prática ser possível a relação da produção com a comercialização de forma independente do mercado típico do sistema capitalista. Ou seja, a ADAO propicia a antecipação da demanda, desvincula preço da lógica da oferta e procura, e promove uma aproximação (solidariedade) entre as partes. Muito diferente, por exemplo, da “venda na folha”. No caso da ADAO, em princípio, os consumidores estabelecem um pacto com os produtores, a produção e seus custos são determinados de acordo com as necessidades de ambos, e não de acordo com o antagonismo de interesses (consumidores buscando menores preços, produtores buscando maiores lucros). Mais do que isso, o que une consumidores e produtores é a preocupação com a forma com que os alimentos são produzidos, de forma orgânica, ambientalmente equilibrada.

Polanyi, mais uma vez, ajuda a refletir sobre a natureza das relações econômicas, “embebidas” nas relações sociais até o advento da revolução industrial e a inversão de valores promovidos pelo economicismo.

Ao denunciar o princípio da produção visando lucro “como não natural ao homem”, por ser infinito e ilimitado, Aristóteles estava apontando, na verdade, para o seu ponto crucial, a saber, a separação de uma motivação econômica isolada das relações sociais nas quais as limitações eram inerentes. (POLANYI, 2000, p. 75)

A ADAO, entidade sem fins lucrativos, ao estabelecer uma relação de troca sem visar lucro, está protagonizando uma relação diferenciada, imersa no sistema capitalista. E essa diferenciação não reside apenas no aspecto econômico, mas também no modelo de produção agropecuária adotado, cujo fim é mais do que o produto-mercadoria, mas um complexo *alimento saudável + meio ambiente preservado + desenvolvimento social*.

A revolução verde, e toda sua lógica de eficiência e produtividade pautada na utilização de insumos químicos e mecanização intensiva, se vê negada. Com base na antroposofia, métodos alternativos no relacionamento “homem-solo-planta-animais” foram desenvolvidos configurando a agricultura biodinâmica, base tecnológica adotada pelos produtores da ADAO, seguindo o exemplo de outros produtores retratados na publicação *Farms of Tomorrow – community supported farms, farm supported communities* (GROH, 1990).

Na explicitação daquilo que se entende por Community Supported Agriculture (CSA), percebe-se a própria justificativa da existência da ADAO, inspirada nessas assertivas.

(...) The primary need is not for the farm to be supported by the community, but rather for the community to support itself through farming. This is an essential of existence, not a matter of convenience. We have no choice about whether to farm or not, as we have a choice about whether to produce TV sets or not. So we have to either farm or to support farmers, every one of us, at any cost. We cannot give it up because it is inconvenient or unprofitable. (Ibid, p. 6)

A existência da ADAO por quase uma década, repleta de experimentações e inovações no enfrentamento dos vários problemas que foram surgindo ao longo de sua história, revela uma

trajetória bem sucedida, servindo de referência ainda hoje como uma das únicas iniciativas de Agricultura Motivada pela Comunidade no Brasil.

A agroecologia, como tendência cada vez mais evidente no *ethos* deste novo milênio (ao lado de temas como desenvolvimento sustentável, responsabilidade social, cidadania, e solidariedade) e a contradição com os determinantes do cenário macroeconômico merecem atenção ao se estudar essa experiência. A sociedade reclama maior equilíbrio nas formas de produção dos alimentos, ao mesmo tempo em que os resultados positivos da balança comercial dependem cada vez mais das exportações de *commodities* decorrentes de técnicas de produção altamente degradantes. Políticas públicas refletem essa contradição – de um lado, linhas de crédito integrantes do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF – voltadas para conversão à agroecologia são inauguradas enquanto se estimula a expansão das áreas de plantio de soja invadindo o cerrado já adentrando a região amazônica.

Outra questão, ainda inerente aos novos paradigmas da produção agroecológica diz respeito ao *capital* conhecimento. A “modernização” da agricultura nos padrões da *revolução verde* tem como um de seus principais pilares o sistema de difusão tecnológica. Sistemas oficiais de pesquisa e extensão foram estruturados e financiados com recursos públicos para levar ao agricultor “atrasado” os conhecimentos necessários para a adoção das novas técnicas, mais produtivas, geradas e reproduzidas pelas universidades e faculdades. Na ADAO, os conhecimentos técnicos da agricultura biodinâmica estão presentes no seu corpo de direção. E essa assessoria prestada por ConsultorR nunca foi remunerada diretamente pelos produtores. A experiência adquirida acabou se constituindo na compensação de seu trabalho voluntário, na medida em que a ADAO podia ser apresentada como um “cartão de visitas”, abrindo as portas para novas consultorias e assessorias remuneradas. Alguns produtores hoje se colocam como multiplicadores. Mesmo sem formação teórica formal, são capazes de prestar orientação aos vizinhos e produtores de outras regiões que constantemente visitam seus sítios em busca do conhecimento e da experiência ali vivenciada.

A incursão do urbano sobre o rural, através dos vínculos estabelecidos diretamente entre os associados produtores e consumidores, ou pelo constante assédio da imprensa, de pesquisadores, de empresas e comerciantes, ou ainda pela participação dos produtores em reuniões, palestras e

congressos, confirmam que “*o meio rural não pode nunca ser estudado em si mesmo, mas deve ser encarado como parte de um conjunto social mais amplo, do qual faz parte juntamente com a cidade*”. (Queiroz, 1978).

Porém, mais do que reconhecer a inevitável miscibilidade do urbano com o rural (rurbano?), o que chama a atenção na história da ADAO é a predominância dos processos de tomada de decisão a partir do urbano – *em prol do rural* – reproduzindo, reforçando relações de poder que, em tese, a *economia solidária* se propõe a superar.

O afastamento dos diretores e sócios fundadores do dia-a-dia da associação, o arrefecimento do entusiasmo inicial e do voluntarismo com que todos (do grupo *core*) se dedicavam na construção da associação – devido ao cansaço e à necessidade de assumirem outros afazeres e compromissos alheios à associação – aliado ao crescimento no número de associados e à regularização e estabilização do operacional da entidade, contribuem para a diminuição da participação mais ativa dos associados. Confirmando os prognósticos de Groh (1990), ultrapassar o número de associados para além dos cento e vinte significa tornar as relações cada vez mais impessoais, menos “olho no olho”. No somatório desses fatores, a burocratização e a prevalência dos aspectos administrativos e operacionais colocam em risco a *alma* da associação (de qualquer associação), qual seja, a participação do associado.

As mudanças promovidas pela ADAO na forma de valoração dos produtos (por categorias de preços), em detrimento da filosofia inicial (de rateio do orçamento anual da produção e das despesas do produtor e sua família), e os esforços da atual diretoria no sentido de se promover melhoria na qualidade dos produtos (eficiência, aparência, classificação), adotando processos típicos dos empreendimentos capitalistas “modernos” (qualidade total, 5S), além da busca de alternativas de comercialização fora dos limites dos associados (quitandas, cestas em postos de gasolina, mercados) revelam que alguns aspectos da lógica do mercado (maior oferta em função de melhor preço, satisfação do “cliente”, comércio varejista) ainda persistem, não só como referencial de funcionamento, mas como estratégia de estímulo à preservação dos interesses pactuados (consumidores satisfeitos com qualidade e quantidade, produtores satisfeitos com venda das sobras e incremento da renda).

Esses novos rumos da ADAO respondem a problemas que marcaram sua história: a falta de reciprocidade dos produtores no cumprimento do planejamento de produção e distribuição (qualidade e variedade) alegada por ex-associados consumidores, a insatisfação dos produtores para com as sobras de produção não valoradas, a ociosidade das terras e da capacidade de produção (limitando sua obtenção de renda).

Tais problemas (e as soluções concebidas) são indicadores de que essa relação *solidária* apresenta vários pontos de atrito, ou antes, de convergência com as regras da economia capitalista, o que deve inspirar a produção de novas investigações que ajudem a enxergar essa *relação complexa* com mais clareza.

E assim, enxergando melhor a natureza das suas relações, conhecendo-se melhor mesmo que tão distantes – não só em quilômetros, mas em valores, culturas, conhecimentos, habilidades e condições econômicas - talvez os homens passem a dispor um pouco mais do que o “*montante de seus egoísmos*” para a superação da crise em que nos encontramos. E, acima de tudo, que permaneçamos juntos, porque assim queremos.

Espero estar contribuindo para isso.

6. Bibliografia

- ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. *A visão do Brasil em relação ao comércio justo, ético e solidário*. Disponível em http://coordinationsud.org/Abong1/article.php3?id_article=137. Acessado em 23 de abril de 2006.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *O que é Fome?* Coleção Primeiros Passos, 102. Editora Brasiliense. São Paulo, 1983.
- ADAO – Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica. *Livro-ata 1997-1999*. _____ . *Levantamento de produção distribuída e repasse aos produtores*. Arquivo Office Word. Fortaleza, 2006.
- ANDRADE, Tânia. *Mediação e conflitos em espiral: encontros e desencontros do estado e dos movimentos sociais no Pontal do Paranapanema*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Centro de Humanidades da UFC. Fortaleza, 2006.
- ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira (org.). *Transformações no mundo do trabalho: realidade e utopias*. Fortaleza: Editora UFC, 2005.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: 34, 2001.
- CARMO, Maria Simões do. *Assentamentos rurais em São Paulo e a agricultura sustentável em um enfoque de redirecionamento de perspectivas*. In: BERGAMASCO, Sonia M. P. P., AUBRÉE, Marion, FERRANTE, Vera Lúcia S. B. Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara, SP: UNIARA; São Paulo, SP: INCRA, 2003.
- CEASA/CE – Centrais de Abastecimento S/A. Oferta de Produtos Hortifrutigranjeiros 1999-2006. Arquivo Office Excel. DITEP, Fortaleza, 2006.
- COMCIÊNCIA- Agricultura familiar predomina no Brasil. Reportagem Políticas públicas: proteção e emancipação. Disponível em www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp07.htm. Acessado em 10 de agosto de 2005.

- COMERFORD, John Cunha. *Falando da luta, observações sobre a noção de luta entre trabalhadores rurais*. In: Comunicações do PPGAS, Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ, 1995, nº 5, p. 39-60.
- DAF – Departamento de Assentamento Fundiário. *1º. Curso de Formação sobre Reforma Agrária*. Edição não catalogada. São Paulo, 1991.
- FAUNDEZ, Antonio. *O poder da participação*. Coleção Questões da Nossa Época, 18. Cortez Editora. São Paulo, 1993.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 10ª. edição. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1992.
- FURTADO, Celso. *Os desafios da nova geração*. Texto apresentado na III Conferência Internacional da RedCelsoFurtado. Rio de Janeiro, 4 a 6 de maio de 2004. Por e-mail.
- GAIGER, Luiz Inácio (org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004
- GIFONI, Ana Raquel, *et alli*. *Plano de Marketing: Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica*. Proposta acadêmica de interdisciplinaridade. UFC. Mimeo. Fortaleza, 27 de fevereiro de 2003.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GOMES DA SILVA, José. *A Reforma Agrária brasileira na virada do milênio*. Campinas: ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária, 1996.
- GONÇALVES, Daniel Bertoli. *Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração*. Revista Espaço Acadêmico, no. 51, Ano V. Agosto de 2005. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/051/51goncalves.htm>. Acessado em 25 de julho de 2006.

- GRAEBER, David. *Give it away*. Disponível em www.freeworks.org/graeber.html. Acessado em 6 de junho de 2004.
- GROH, Traugott M. e McFADDEN, Steven S. H. *Farms of tomorrow – community supported farms, farm supported communities*. Kimberton: Bio-Dynamic Farming and Gardening Association, Inc., 1990.
- GUANZIROLI, C. et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- GUIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes. 2003.
- HALAMSKA, Secretária S. *Relações com a sociedade global*. In: LAMARCHE, Hugues (coord.). *A agricultura familiar – Comparação internacional – Do mito à realidade*. Tradução por Frédéric Bazin. Campinas, SP: UNICAMP: 1998.
- HALL, Stuart. *Da diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- IANNI, Otavio; DOWBOR, Ladislau; RESENDE, Paulo-Edgard A. (orgs). *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- JOHNSON, Pierre W. (org). *Comércio Justo e Solidário. Caderno de Proposições para o Século XXI. Aliança por um mundo responsável, plural e solidário*. Pólo de Socioeconomia Solidária. São Paulo. Instituto Polis, 2004.
- JOLLIVET, Marcel. *Agricultura e Meio Ambiente: Reflexões sociológicas*. Estudos Econômicos, São Paulo, vol. 24(especial): 183-198, 1994.
- KÜSTER, Ângela; MARTI, Jaime Ferre. *Agricultura familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste do Brasil*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, DED 2004. Disponível em http://www.kas.de/db_files/dokumente/7_dokument_dok_pdf_65411.pdf. Acessado em 23 de julho de 2006.
- LECHAT, Noëlle Marie Paule. *As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil*. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002. Disponível em

- http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc2.doc. Acessado em 12 de maio de 2005.
- MACHADO, Luciana de Oliveira Rosa. *Reforma Agrária e Desflorestamento na Amazônia: uma relação de causa e efeito? O caso da região de Barreira Branca, Tocantins*. Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Brasília, 2002.
- MAGALHÃES, Antonio Rocha. *Desenvolvimento comunitário e combate a pobreza no Nordeste*. Depoimento. Maio de 2000. Disponível em www.obancomundial.org/content/downloadblob.php?cod_blob=283. Acessado em 20/07/2006.
- MALAGODI, Edgard A., QUIRINO, Eliana G. *Caminhos da Agricultura Familiar*. In: DUQUE, Ghislaine (org.). *Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento – ensaios e pesquisas em sociologia rural*. João Pessoa, PB: Universitária/UFPB, 2002.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.
- MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia.v. II*. Edusp, São Paulo, 1974.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MILLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. Traduzido por Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
- MOREIRA, Fabrício Santos. *Relações de conflito e cooperação em organizações de economia solidária: apresentação de um projeto de pesquisa*. Disponível em www.adm.ufba.br. Acessado em 23 de julho de 2006.
- MOTCHANE, Jean-Loup. *Economia social e economia solidária: alibi ou alternativa ao neoliberalismo?* Traduzido por Tereza Van Acker. Mimeo. Acessado em 3 de junho de 2005.

- NOVAES, H. Tahan. *Os simões bacamarte da economia solidária*. Versão preliminar. Criado em 19 de agosto de 2004. Disponível em www.itcp.unicamp.br/site/itcp/arq166.pdf. Acessado em 30 de maio de 2006.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Trad. Fanny Wrobel. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- PRADO JR., Caio. *A questão agrária no Brasil*. Editora Brasiliense. São Paulo, 1979.
- QUEIRÓS, Maria Isaura P. de. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana: ensaios*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- RADAELLI DA SILVA, A. M., et alli. *Bases teóricas de análises atuais sobre o espaço rural e urbano na região de Passo Fundo*. Disponível em http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1/E1_210.htm. Acessado em 3 de novembro de 2005.
- RIBEIRO, E. M., et alli. *Mercados urbanos de cidades rurais: ação pública, comércio, receitas e consumo em feiras livres do Jequitinhonha*. Obtido em www.ufla.gov.br. Acessado em agosto de 2006.
- ROCHA, Márcio Mendes. *Associativismo e participação: alternativas populares para fazer frente ao modelo neoliberal*. Trabalho apresentado ao 3º. Congresso Internacional de Latioamericanistas. Amsterdam, 3-6 de julho de 2002. Disponível em
- ROMEIRO, Ademar, GUANZIROLI, Carlos, LEITE, Sérgio (orgs.). *Reforma agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *A reinvenção solidária e participativa do estado*. Sociedade e a Reforma do Estado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, [2001?]. (Mimeo.16 fls).
- SCHEREN-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Loyola/Centro João XXIII, 1993.
- SEBRAE. *Comércio Justo. Pesquisa mundial*. SuDiretorM Executivo. Brasília, 2004. Disponível em www.sebrae.com.br. Acessado em 02 de abril de 2006.

- SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Tradução por Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA, José Graziano da. *Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola*. Versão resumida. *Agroanálisis*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 16, n. 3, p. 8-11, mar. 1996..
- SINGER, Paul. “*Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário*”. Estudos Avançados, v. 18, n. 51, 2004.
- SIXEL, B. T. – *O que é a Agricultura Biodinâmica*. Disponível em <http://www.sab.org.br/agric-biod/o-que-eh-BD.htm>. Acessado em 20/07/2006
- SIXEL, B. T. – *O que é Antroposofia*. Disponível em <http://www.sab.org.br/agric-biod/o-que-eh-BD.htm>. Acessado em 20/07/2006
- TAUILE, José Ricardo. *Do socialismo de mercado à economia solidária*. Trabalho submetido ao seminário internacional Teorias do Desenvolvimento no Novo Século. Junho de 2001. Em <http://www.ie.ufrj.br/prebisch/pdfs/16.pdf> acessado em janeiro de 2006.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- TIBÚRCIO, Breno Aragão. *Comércio Solidário, Comércio Justo, Comércio Justo e Solidário, Comércio Équo e Solidário, Comércio Ético e Solidário e Fair Trade?* Artigo enviado por e-mail (brenoat@brturbo.com.br) , em 13 de fevereiro de 2005.
- VIEIRA, Liszt, BREDARIOL, Celso. *Cidadania e política ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo – em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes. 2002.